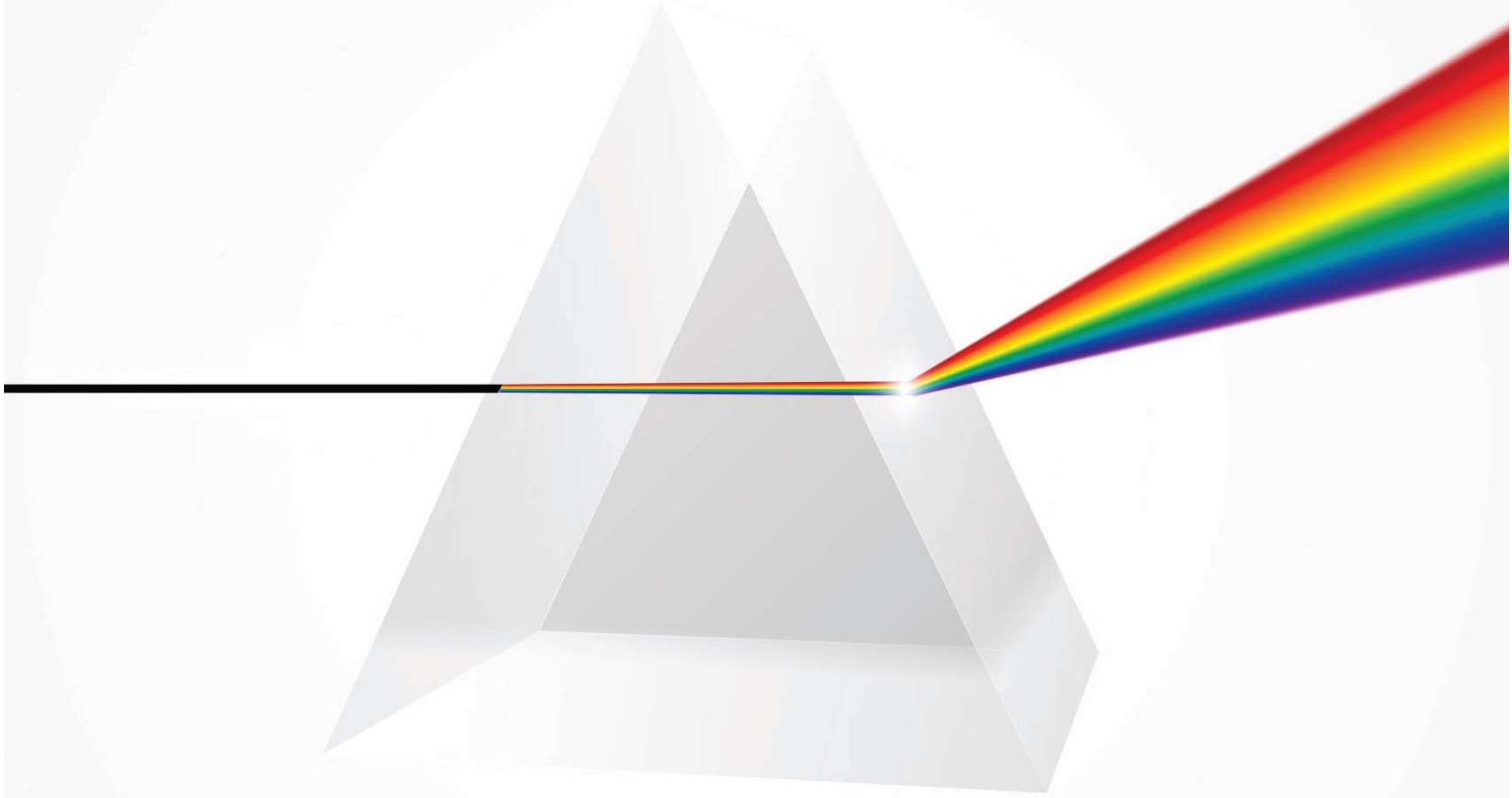
ISSN: 2674-4200

a nômala

Revista do Grupo de Pesquisa Anômalos/UFCAT/CNPQ

V.1, N.1 JAN/JUN 2021



ENCRUZILHADAS EPISTÊMICAS

Interseccionalidades em Debate I

Universidade Federal de Catalão

A **RAL – Revista Anômalas** (ISSN: 2674-4200) é um periódico editado pelo Grupo de Pesquisa e Estudos em Gênero, Sexualidades, Classe e Etnicidades/Raça (ANÔMALOS) e também pela Unidade Acadêmica de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Catalão, que tem por objetivo a publicação de artigos, entrevistas, documentos, resenhas, ensaios e dossiês temáticos, que contemplem os estudos que atravessam o eixo produzido pelos distintos marcadores sociais da diferença a partir da utilização da categoria interseccionalidades, ressaltando a capacidade contestatória dos grupos, sujeitas, sujeitos e sujeites para além da norma.

Editora Chefe (2021-2023)
Eliane Martins de Freitas (UFCAT)

Editor Gerente (2021-2023)
Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto (PPGH-UFSC)

Diagramação
Editora Autografia

Conselho Consultivo (2021-2023)
Alejandra Oberti (UBA)
Ana Maria Colling (UFGD)
James Naylor Green (BROWN)
Luciana de Oliveira Dias (UFG)
Olga Magalhães (UNIVERSIDADE DE ÉVORA)
Renan Honório Quinalha (UNIFESP)
Sara Wagner York / Sara Wagner Pimenta Gonçalves Junior (UERJ)

Conselho Editorial (2021-2023)
Anne Caroline Fernandes Alves (FES-GO)
Débora de Faria Maia (ANÔMALOS - UFCAT)
Eriziane de Moura (ANÔMALOS – UFCAT)
Flávia Pereira Machado (IF-GOIANO)
Getúlio Nascentes da Cunha (UFCAT)
Guilherme Passamani (UFMS)
Janaina Ferreira dos Santos Silva (UFF)
Jorge Luiz da Silva Alves (PPGH – UFSC)
Keides Batista Vicente (UEG)
Marcos Marinho (UFG)
Marcos Vinícius da Silva (ANÔMALOS – UFCAT)
Rodrigo Espiúca dos Anjos Siqueira (UFRGS)
Santiago Joaquin Insausti (UAM)
Vinícius Correia Zanoli (FU-BERLIN)

Comitê de Avaliadores 2021
Allana Letícia dos Santos, Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Anne Caroline Fernandes, Cristiano Nicolini, Danielle Silva Moreira dos Santos, Eliane Martins de Freitas, Elisa Silva Caetano, Emmanuela Hakassara Rodrigues de Lima, Eriziane de Moura, Euzébio Fernandes de Carvalho, Flávia Pereira Machado, Fabiana Jordão Martinez, Getúlio Nascentes da Cunha, Henrique de Cintra Santos, Janaina Ferreira dos Santos Silva, Jackeline de Oliveira Silva, Jefferson Augusto da Cruz, Kaoana Sopelsa, Keides Batista Vicente, Kenia Medeiros, Losandro Antônio Tedeschi, Luiz Morando, Marcos Vinícius da Silva, Max Lanio Martins Pina, Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto, Ricardo Gomes Assunção, Ronald Canabarro, Rubens Mascarenhas Neto, Sara Pinho Silva, Vinícius Correia Zanoli.

ISSN: 2674-4200

a nômala
Revista do Grupo de Pesquisa Anômalos/UFCAT/CNPQ

Encruzilhadas Epistêmicas: Interseccionalidades em Debate I

REVISTA ANÔMALAS, Catalão – GO, v.1, n.1, p.1-172, jan./jun 2021

UFCAT

Universidade Federal de Catalão

APOIO

Unidade Acadêmica de História e Ciências Sociais - UFCAT

SUMÁRIO

EDITORIAL E MANIFESTO: ANÔMALAS 7
Eliane Martins de Freitas, Jorge Luiz da Silva Alves e Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto

APRESENTAÇÃO 9
Jorge Luiz Alves da Silva e Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto

Dossiê

ANOMALIAS DECOLONIAIS OU COMO NÃO SER COLONIZADORA NA PESQUISA 13
Andreza de Oliveira Andrade

INTERSECÇÕES E VULNERABILIDADES: TRAVESTIS E HOMOSSEXUAIS NAS PÁGINAS DO JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA (1980-1981) 27
Bruno Silva de Oliveira e Dra. Manuela Aguiar Damião de Araújo

ESCRITA(S) INSUBMISSA(S) DA(S) HISTÓRIA(S): TRAVESSIAS EPISTÊMICAS A PARTIR DAS NARRATIVAS DE MULHERES ÀS MARGENS 43
Flávia Pereira Machado

HISTÓRIA DE MOÇAS MUITO "FOGOSAS" E "SABIDAS": SEXUALIDADE DE MOÇAS POBRES NO INTERIOR DA BAHIA (FEIRA DE SANTANA, 1940-1960) 64
Alessandro Cerqueira Bastos e Andréa Rocha Rodrigues Pereira Barbosa

APONTAMENTOS SOBRE ECONOMIA DO CUIDADO, FEMINISMOS E MULHERES 82
Joselia Aparecida Pires Vicente e Tânia Regina Zimmermann

Artigos

ENSINO DE HISTÓRIA ENTRE O HISTORIOGRÁFICO E O EPISTÊMICO 101
Guilherme Aguiar Gomes e Domingos Dutra dos Santos

ENTRE BICHAS E BOFES: O AUÊ DAS PALAVRAS NO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981) 126
Alisson Gonçalves

Resenha

UM LIVRO... O PORVIR DE CINTURA FINA 148
Rick Afonso-Rocha

Entrevista

HISTÓRIA PÚBLICA LGBTQIA+ E *QUEERIZAR* A HISTÓRIA: ENTREVISTA COM BENITO BISSO SCHMIDT 154
Henrique Cintra Santos

CONTENTS

EDITORIAL AND MANIFEST: ÂNOMALAS 7
Eliane Martins de Freitas, Jorge Luiz da Silva Alves and Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto

PRESENTATION 9
Jorge Luiz Alves da Silva and Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto

Dossier

DECOLONIAL ANOMALIES OR HOW NOT TO BE RESEARCHER-AS-COLONIZER 13
Andreza de Oliveira Andrade

INTERSECTIONS AND VUNERABILITIES: TRAVESTIS AND HOMOSEXUALS IN THE PAGES OF THE NEWSPAPER DIÁRIO DA BORBOREMA (1980-1981) 27
Bruno Silva de Oliveira and Dra. Manuela Aguiar Damião de Araújo

INSUBMISSIVE WRITING OF HISTORY(S): EPISTEMIC CROSSINGS FROM THE NARRATIVES OF WOMEN OF THE MARGINS 43
Flávia Pereira Machado

HISTORY OF GIRLS VERY 'FOGOSAS' AND 'SABIDAS': POOR GRIL'S SEXUALITY BAHIA'S COUTRYSIDE (FEIRA DE SANTANA, 1940-1960) 64
Alessandro Cerqueira Bastos and Andréa Rocha Rodrigues Pereira Barbosa

NOTES ON THE ECONOMY OF CARE, FEMINISMS AND WOMEN 82
Joselia Aparecida Pires Vicente and Tânia Regina Zimmermann

Articles

HISTORY TEACHING BETWEEN HISTORIOGRAPHICAL AND EPISTEMIC 101
Guilherme Aguiar Gomes and Domingos Dutra dos Santos

BETWEEN RIBBONS AND MALES: THE 'AUÊ' OF THE WORDS INT THE JOURNAL LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981) 126
Alisson Gonçalves

Review

A BOOK ... CINTURA FINA'S FUTURE 148
Rick Afonso-Rocha

Interview

LGBTQIA+ PUBLIC HISTORY AND *QUEERIZING* HISTORY: ENTERVIEW WITH BENITO BISSO SCHMIDT 154
Henrique Cintra Santos

SUMARIO

EDITORIAL Y MANIFESTO: ANÔMALAS 7
Eliane Martins de Freitas, Jorge Luiz da Silva Alves y Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto

PRESENTACIÓN 9
Jorge Luiz Alves da Silva y Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto

Dossier

ANOMALIAS DECOLONIALES O COMO NO SER COLONIZADORA EN LA INVESTIGACIÓN 13
Andreza de Oliveira Andrade

INTERSECCIONES Y VUNERABILIDADES: "TRAVESTIS" Y HOMOSEXUALES EN LAS PAGINAS DEL PERIÓDICO DIÁRIO DA BORBOREMA (1980-1981) 27
Bruno Silva de Oliveira y Dra. Manuela Aguiar Damião de Araújo

ESCRITURA INSUMISIVA DE LA(S) HISTORIA(S): CRUCES EPISTÉMICOS DE LAS NARRATIVAS DE LAS MUJERES EM LOS MÁRGENES 43
Flávia Pereira Machado

HISTORIA DE NIÑAS MUY "CALIENTES" Y "CONOCEDORAS": SEXUALIDAD DE NIÑAS POBRES EN EL INTERIOR DE BAHÍA (FEIRA DE SANTANA, 1940-1960) 64
Alessandro Cerqueira Bastos y Andréa Rocha Rodrigues Pereira Barbosa

NOTAS SOBRE LA ECONOMIA DEL CUIDADO, FEMINISMOS Y MUJERES 82
Joselia Aparecida Pires Vicente y Tânia Regina Zimmermann

Artigos

ESEÑAZA DE HISTORIA ENTRE HISTORIGRÁFICO Y EPISTÉMICA 101
Guilherme Aguiar Gomes y Domingos Dutra dos Santos

ENTRE BICHAS Y BOFES: EL 'AUÊ' DE LAS PALABRAS EN LA REVISTA LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981) 126
Alisson Gonçalves

Reseña

UN LIBRO: EL PORVENIR DE CINTURA FINA 148
Rick Afonso-Rocha

Entrevista

HISTORIA PÚBLICA LGBTQIA+ Y *QUEERIZAR* LA HISTÓRIA: ENTREVISTA A BENITO BISSO SCHMIDT 154
Henrique Cintra Santos

EDITORIAL E MANIFESTO: ANÔMALAS

Eliane Martins de Freitas[1]
Jorge Luiz da Silva Alves[2]
Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto[3]

Em um mundo polarizado entre dominados e dominadores nos instalamos. Numa sociedade em que o capital vale mais que a vida das sujeitas nós nos instalamos. Como forma de (sobre) vivência nós contamos agora a nossa história. Os grupos que historicamente foram marginalizados não vão mais se calar. Mulheres, LGBT's, indígenas, negras não podem mais esperar por uma assimilação social, é preciso romper com *status quo*, é preciso expor a violência e configurar na resistência projetos de novos mundos.

Anômalas surge para expor as correntes enferrujadas do processo de dominação. Trazer do esquecimento, histórias que necessitam emergir. Num contexto político-social tão antiquado, Anômalas se propõe resistir e possibilitar a quebra de antigas amarras que por muitas das vezes estão mais em um imaginário social heteronormativo do que na própria evidência do fazer histórico.

1. É feminista, mãe de dois adolescentes e avó de uma criança. Doutora em História pela UNESP/Franca, Pós-Doutora pela Universidade de Évora-PT. Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional/UFCat e do Curso de História da Universidade Federal de Catalão, coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Gênero, Etnicidade e Diversidade (Laged/UFCat), coordenadora do Grupo de Pesquisa Anômalos - Pesquisas e estudos em gênero, sexualidades, classe e etnicidades/raça (UFCat-CNPq), vice-coordenadora do GT Regional de Gênero da Anpuh- Seção Goiás; membra da diretoria da Anpuh/GO, membra da Associação Brasileira de Pesquisa de Ensino de História (ABEH); membra do GT Regional de Ensino de História e Educação da Anpuh- Seção Goiás; editora da Anômalas - Revista do Grupo de Pesquisa Anômalos (INHCS/UFCat).emartinsdefreitas@gmail.com.
2. Mestranda em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em História pela Universidade Federal de Goiás. É cofundadora do ANÔMALOS – Grupo de pesquisas e estudos em gênero, sexualidades, classe e etnicidades/raça vinculado à Universidade Federal de Catalão. É membra do IEG/UFSC – Instituto de Estudos de Gênero. Atualmente a pesquisadora tem se aprofundado nos debates em torno da Teoria *queer*, aplicativos de pegação, homonormatividades, História Global e *queermarxismo*. E-mail: jorgeluizdasilvaalves@gmail.com.
3. Doutorando em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado e mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. É cofundador do ANÔMALOS – Grupo de pesquisas e estudos em gênero, sexualidades, classe e etnicidades/raça vinculado à Universidade Federal de Catalão. Atualmente realiza pesquisa sobre movimentos homossexuais de primeira onda na América Latina e a formação da nova homonormatividade. rhaniellypereira@hotmail.com.

A nossa anomia é um ponto material de produção de vida, dignidade e liberdade. Não se conformar, subverter, contar e repensar nossa história é garantir a integralidade das sujeitas históricas. Grandes histórias por sujeitas que ainda não foram descobertas em sua totalidade, grandes momentos que se fazem a partir das identidades, sejam elas individuais ou coletivas. Nossa anomia surge como *modus operandi* de ascensão da miserabilidade histórica a restituição de vida em vida.

Daquelas reservas indígenas constantemente ameaçadas, dos vales LGBTQIA+'s num estado de limbo constante pelo imaginário social, do genocídio negro nas favelas e em todas as esferas sociais, da luta incansável pela libertação das mulheres, das variadas mulheres. Nós nos instalamos! Gritaremos contra as formas de opressão expondo-as e desvelando o emaranhado processo histórico que torna a invisibilidade parcial e total a estratégia de um projeto político epistêmico de silenciamento de nossas existências.

Da névoa das identidades fixadas pelo heteropatriarcado nós sublimamos e contamos outras histórias. Recontamos o processo das nossas identidades a partir do olhar de quem luta nos morros, nos pontos de prostituição, nas escolas e em todos os ambientes milimetricamente escolhidos como um lugar possível de resistência.

Dos corpos marcados pela violência, pela predestinação do capital nós destinamos o recontar. Nós trazemos de todo o cinzento real os pontos coloridos que não foram tão fáceis de serem identificados na esperança de subverter o quadro e preencher o cinza do roxo, rosa, vermelho e azul.

Em tempos temerosos escolhemos contar a forma com que criamos a nossa identidade por nós mesmos e pelo contato com a selva capital no intuito de fazer que os corpos anômalos sejam a parte comum da sociedade. Na lógica da dominação nós dizemos não e apresentamos a proposta diária de contar uma história não hegemônica, não colonial, não branca, não hétero, não dominadora. Nós propomos a Anômalas para quebrar as correntes e avisar que estas várias sujeitas estarão em todos os espaços.

ENCRUZILHADAS EPISTÊMICAS: INTERSECCIONALIDADES EM DEBATE I

EPISTEMIC CROSSROADS: INTERSECCIONALITIES UNDER DEBATE I
ENCRUCIJADAS EPISTÉMICAS: INTERSECCIONALIDADES EN DEBATE I

Jorge Luiz Alves da Silva[1]
Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto[2]

> Como, então, cuidar dos processos destrutivos, sem pará-los em nome dos ideais de liberdade progresso, moralidade, normalidade e civilização que constituem a base do texto colonial?
>
> Como cuidar dos processos destrutivos que destituem o humano de seu pódio, como condição para desmontar o racial como descritor hierárquico? Como criar as condições para uma destruição sempre mais consistente dos mecanismos que dão peso e densidade ao fundamentalismo cisgênero, com sua máquina patológica a capturar e reinscrever tudo que escapa à norma como condição emergencial do normal?
>
> Jota Mombaça, 2021, p.532.

É a partir das palavras da terrorista epistêmica Jota Mombaça que nos inspiramos a propor o primeiro dossiê desta revista. As perguntas lançadas pela intelectual e artista nos fomentam a reorganização de ideias e práticas que viabilizem uma parada, um projeto "Para uma greve ontológica". Ainda que estejamos muito longe de respostas provisórias, dois volumes das

1. Mestranda em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em História pela Universidade Federal de Goiás. É cofundadora do ANÔMALOS – Grupo de pesquisas e estudos em gênero, sexualidades, classe e etnicidades/raça vinculado à Universidade Federal de Catalão. É membra do IEG/UFSC – Instituto de Estudos de Gênero. Atualmente a pesquisadora tem se aprofundado nos debates em torno da Teoria *queer*, aplicativos de pegação, homonormatividades, História Global e *queermarxismo*. E-mail: jorgeluizdasilvaalves@gmail.com
2. Doutorando em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado e mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. É cofundador do ANÔMALOS – Grupo de pesquisas e estudos em gênero, sexualidades, classe e etnicidades/raça vinculado à Universidade Federal de Catalão. Atualmente realiza pesquisa sobre movimentos homossexuais de primeira onda na América Latina e a formação da nova homonormatividade. rhaniellypereira@hotmail.com

Encruzilhadas Epistêmicas de uma renovada capacidade de produzir mais perguntas para que o incômodo seja uma condição contínua para a destruição da ficção política na qual estamos imersas.

Como podemos medir a potência dos saberes produzidos à margem? É possível quebrar a hierarquia de velhas estruturas que se caracterizam em torno de um discurso que se pretende "verdadeiro", único e totalizante? As respostas para tais perguntas continuam a ser formuladas. Aqui, a radicalização da produção do conhecimento se dá na medida em que o encontro entre o ser e o transformar codificam as sujeitas que experimentam e condicionam o seu existir mediante aos jogos de poder que ora quebram seus corpos, ora voltam à produção arquitetônica de fissuras que viabilizam o desordenar das estruturas que disciplinam e docilizam o corpo.

É na quebrada que este pensamento deseja se localizar. Organizar um primeiro dossiê para Revista Anômalas é ao mesmo tempo encaminhar e ampliar uma conta inversamente proporcional que se alimenta do debate teórico das interseccionalidades e da posição decolonial. Posição essa que nos situa como investigadoras tomadas pelo fracasso. Aqui, o fracasso é o ponto inicial porque para bichas pobres, racializadas, não homonormativa e inseridas no centro-oeste, a produção intelectual é vista como uma guerra.

De certo modo, a produção intelectual é como um alistamento, a partir de nossas condições materiais e psicológicas, são obrigatórias. Embora o debate sobre a interseccionalidade seja recente no Brasil, a partir do uso da categoria dentro das humanidades tal qual propôs Kimberlé Crenshaw, a ação e o pensamento interseccional datam em nosso território nacional desde o fim dos anos 1970. O pensamento feminista negro brasileiro é, sem sombra de dúvidas, basilar e estruturante das chaves que nos apropriamos a partir do chamamento da encruzilhada.

Se declaramos uma guerra visível ao sistema de produção de saber, nos munimos da Anômalas e de outros espaços como um processo de instrumentalização para a guerra contra a colonialidade do saber. Ainda que saibamos que "a redistribuição da violência não é capaz de parar a máquina mortífera que são as políticas, as masculinidades tóxicas e todas as ficções de poder" (MOMBAÇA, 2021, p.759), nos organizamos em resistência potente para que, no limite, as vozes de nossas irmãs não se percam engavetadas no conluio da ciência branca, "objetiva" e heterossexual.

Nos artigos deste dossiê é nosso desejo incorporar as distintas percepções da interseccionalidade como uma guisa teórica, mas também como um padrão

do fazer metodológico dentro das humanidades. Um pouco mais além da percepção de marcadores da diferença e, talvez, mais próximo as percepções das existências das sujeitas como a consequência da falha cartesiana, este dossiê traz uma gama de temas que são explorados e questionados pela inquietude gestada do corpo e pensamento que se desdobra em forma de dança e se constitui na encruzilhada das ciências humanas.

Compreendendo que as percepções a partir dos jogos propostos pelas interseccionalidades são muitos e multifacetados. Este dossiê é dividido em dois números. Nosso objetivo aqui é instrumentalizar o debate a partir de ricas contribuições que não só viabilizam o poder da encruzilhada como também tornam visíveis os processos constituídos por diferentes opressões.

No primeiro volume deste dossiê, Andreza de Oliveira propõe uma ação decolonial a partir de sua escrita da história. No texto *Anomalias deocloniais ou como não ser colonizadora na pesquisa* a autora escreve e inscreve um compromisso com a construção da produção de um saber acadêmico que permite desatar os nós da relação entre colonialidades e gênero. A partir de relatos sobre o seu cotidiano de pesquisa a autora traz debates e contribuições que estão sendo cada vez mais observados como um elemento indiscutíveis a prática historiográfica.

Já no segundo texto, *Intersecções e vulnerabilidades: travestis e homossexuais nas páginas do jornal Diário da Borborema (1980-1981)*, Bruno Silva de Oliveira e Manuela Aguiar Damião de Araújo nos apresentam um mergulho no cotidiano de travestis e homossexuais a partir das páginas do Diário da Borborema um jornal publicado em Campina Grande desde 1957. O objetivo do texto é demonstrar a partir deste texto é demonstrar como a abordagem interseccional possibilita conectar as distintas violências que se encontram nestas vivências em um contexto de "abertura" e de "redemocratização".

Esta contribuição permite, em específico, ampliar as percepções que escapam ao olhar das experiências e vivências de gênero e sexo dissidências a partir de uma territorialidade que escapa a concentração das cidades do sudeste como São Paulo e Rio de Janeiro. E é a partir de um olhar que desterritorializa a produção dos saberes que Flavia Pereira Machado constrói a sua interpelação.

Em seu texto *Escrita(s) insubmissa(s) da(s) história(s): travessias epistêmicas a partir das narrativas de mulheres às Margens*, Flávia Machado constrói uma análise a partir de um movimento que ao mesmo tempo é parte de sua mobilização teórica-metodológica como também as sujeitas interlocutoras de

sua pesquisa. Partindo de uma reflexão sobre os cânones dos feminismos e destes outros saberes, a autora realiza um deslocamento entre os elementos que recortam a sua percepção teórica sobre os feminismos. Localizando parte das mulheres sem terra em Goiás como mulheres atravessadas por diferentes intersecções, Flávia Machado viabiliza um olhar crítico a teoria feminista.

Já em *Histórias de moças muito "fogosas" e "sabidas": sexualidades de moças pobres no interior da Bahia (Feria de Santana, 1940-1960)*, Alessandro Cerqueira Bastos e Andréa Rocha Rodrigues Pereira Barbosa descrevem e analisam as dinâmicas das práticas afetivas de homens e mulheres das camadas mais populares da cidade de Feira de Santana. Esta análise se baseia na produção em processos-crime datados a partir da tipologia da sedução. Partindo das diferentes intersecções Bastos e Barbosa viabilizam uma análise sobre as estratégias de respeitabilidades e a sua relação com as questões recortadas pela raça, gênero e classe.

Fechando o nosso primeiro volume, o texto *Apontamentos sobre economia do cuidado, feminismos e mulheres* de Tania Zimmerman, apresenta uma discussão sobre a dinâmica das maternidades e da economia do cuidado a partir das relações entrecruzadas com o capitalismo. Aqui foram mobilizadas as questões de gênero e classe como elementos constitutivos para diferenças na construção de narrativas sobre a reprodução humana e as suas relações com as discussões feministas sobre o cuidado.

Referências

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Editora Cobogo, 2021.

KIMBERLÉ CRENSHAW. *On intersectionality: essential writings*. New York: New Press, 2020.

ANOMALIAS DECOLONIAIS OU COMO NÃO SER COLONIZADORA NA PESQUISA

DECOLONIAL ANOMALIES OR HOW NOT TO BE A RESEARCHER-AS-COLONIZER
ANOMALÍAS DECOLONIALES O COMO NO SER COLONIZADORA EN LA INVESTIGACIÓN

Andreza de Oliveira Andrade[1]

Resumo

Como pesquisadora que se propõe a dialogar com o universo epistêmico da decolonialidade entendo que a associação a este campo de pesquisa está para além da própria dinâmica do ato de pesquisar. Se inscreve também numa dimensão política de comprometimento com a construção de um outro mundo, livre das amarras da colonialidade, do patriarcado, do racismo e do capitalismo. Mas isto não é uma tarefa fácil, pois a colonialidade está entranhada em nossas vidas, na forma como enxergamos o mundo, nossas relações e a nós mesmas. E este texto é um pouco do relato de como, na condição de pesquisadora, me percebi reproduzindo olhares e práticas colonizadoras, mesmo dentro de uma pesquisa que se pretende decolonial. E aqui compartilho com as leitoras a forma como me percebi, no trabalho com mulheres indígenas, construindo um olhar marcado pelo meu feminismo civilizatório e colonial. Levou um tempo para me dar conta disto e as reflexões aqui presentes são justamente sobre os erros que cometi e que, infelizmente, pode ser que não sejam só meus. Por acreditar que outras pessoas bem-intencionadas podem cometer o mesmo tipo de erro ao empreender pesquisas que se pretendem decoloniais é que resolvi compartilhar algumas confissões de pesquisa.

Palavras-chave: decolonialidade, feminismo, mulheres indígenas, colonialidade

Abstract

As a researcher who intends to propose dialogues with the epistemic universe of decoloniality, I understand that working within this field entails more than the regular dynamics of researching. There is also a political dimension that is committed with the construction of a different world, a world free from the ties of coloniality, patriarchy, racism and capitalism. But this is not an easy task, for coloniality is embedded within our lives, in the ways we see the world, our relations and ourselves. In this sense, this text is a report on how, as a researcher, I caught myself reproducing colonial gazes

1. Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, professora do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, estudante do Programa de Pós-graduação em História do Tempo presente da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

and practices while developing a research I intended as decolonial. So, here I share with readers the ways in which I realized that I was constructing, while working with indigenous women, a gaze marked by my civilizing and colonial feminism. It took me some time to recognize this issue; so I reflect exactly upon the mistakes I made, which, unfortunately, may not be exclusively mine. These research confessions are ultimately being shared in the hopes of reaching well-intentioned researchers who may perhaps commit the same mistakes when developing decolonial research.

Keywords: decoloniality, feminism, indigenous women, coloniality

Resumen

Como investigadora que se propone dialogar con el universo epistémico de la decolonialidad entiendo que la asociación a este campo de pesquisa está más allá de la propia dinámica del acto de investigar. Se inscribe también en una dimensión política de compromiso con la construcción de un otro mundo, libre de las amarras de la colonialidad, del patriarcado, del racismo y del capitalismo. Mas, esto no es una tarea fácil, pues la colonialidad está entrañada en nuestras vidas, en la forma como observamos el mundo, nuestra relaciones y a nosotras mismas. Este texto es un fragmento que relata como, en la condición de investigadora, me percibí reproduciendo perspectivas y prácticas colonizadoras, aun dentro de una pesquisa que se pretende decolonial. Comparto aquí con las lectoras, la manera en que me percibí, durante el trabajo con mujeres aborígenes, construyendo una mirada marcada por mi feminismo civilizador y colonial. Tomó un tiempo para darme cuenta de esto y las reflexiones aquí presentes son justamente sobre los errores que cometí y que, infelizmente, puede ser que no sean sólo míos. Pensando que otras personas bien intencionadas pueden cometer el mismo tipo de error al emprender investigaciones que se pretenden decoloniales es que decidí compartir algunas confesiones sobre la investigación.

Palabras-clave: decolonialidad, feminismo, mujeres aborígenes, colonialidad.

O tempo presente tem arrebatado a todas nós com seus inúmeros retrocessos que nos tocam tanto coletiva quanto individualmente, afinal o particular é político e a política toca nossas vidas de todas as formas. A aceleração do tempo e a forma como alguns retrocessos têm se colocado neste contexto, em um país marcado pela morte de mais de meio milhão de pessoas e uma política de omissão por parte do governo, exigem de nós uma reação política, epistemológica e ética.

O conhecimento, mais do que nunca, é necessário e precisa ser socializado, democratizado e acessível. Há muito o que se dizer e precisamos falar de modo que todas as pessoas possam compreender. Pode parecer óbvio isto que digo, mas às vezes falar ao grande público pode ser um grande desafio à academia. Como já, há muito, nos alertava Michel de Certeau (1992), temos o hábito de falar e escrever para os nossos pares. São tempos que nos

convocam a reivindicar identidades como forma de gritar nossa existência e insistência em resistir e não nos deixarmos sucumbir. Somos mulheres, somos LGBTQIA+, somos pretas, somos indígenas, trabalhadoras, refugiadas, periféricas, transviadas, subversivas neste mundo de disciplinamento e controle, neste Brasil de ordem e progresso das elites do atraso, que esqueceram de caminhar com a história e abandonar seu caráter escravista.

Todos os dias, precisamos lançar mãos de novas táticas e estratégias para enfrentar inimigos tão tradicionais: o patriarcado moderno, filho do capitalismo, a transfobia, sua filha do meio, o racismo, o filho mais velhos, a desigualdade de classes, sua companheira mais fiel.

Mudam as vestes, reinventam as armas, mas não desistem de subjugar nossos corpos e nossas mentes. Mesmo que os julgos sejam diversos e às vezes fluídos demais para serem apreendidos, seu objetivo é claro: colonizar nossa existência e nos inscrever em definitivo nas margens desse mundo que inventam todos os dias. Afinal, há uma utilidade na diferença, ela serve para reafirmar a identidade hegemônica, é uma régua muito útil para as hierarquias sociais.

Como pesquisadoras, o tempo presente nos insta a uma postura política de desobediência epistêmica, dando um passo em outra direção para pensar a produção do conhecimento, seus matizes, seus objetivos e princípios. Falo no feminino não só por ser mulher, mas porque pensar o mundo a partir de outro lugar de sujeito que não seja o masculino, heteronormativo, judaico-cristão, eurocêntrico/ estadunidense é um exercício de pensar a epistemologia partindo de questões que orbitam em torno da vida de inúmeros corpos historicamente subalternizados.

Por isso é preciso enfatizar o corpo que fala, que produz saber, que olha o mundo. O meu é o corpo de mulher, lésbica, nordestina, habitante de inúmeras periferias da vida, mas que hoje, como uma professora universitária de classe média, precisa promover para si e em si mesma, inúmeros deslocamentos para empreender pesquisa sobre mulheres indígenas, no Nordeste, a partir de uma abordagem decolonial.

Sou um corpo-território (MIRANDA, 2020) que precisa ampliar suas fronteiras e romper suas bolhas para entrelaçar-se com outros corpos que produzirão saberes em mim. Anseio como pesquisadora ser também parturiente de um novo mundo no qual as vidas e as histórias das mulheres sejam também hegemônicas, visíveis, audíveis, sensíveis e cotidianas nas mídias, nos livros didáticos, na literatura, dentro e fora das Universidades. Assim, o

ponto de partida deste texto ainda é o microcosmos a partir do qual tenho tentado construir o caminho de minhas pesquisas: a historiografia.

O tradicional debate sobre a escrita da história mobilizado pelas feministas marxistas e que foi incorporado pelo modelo francês de historiografia, do qual somos herdeiras diretas enquanto acadêmicas, depois de mais de quase um século não está superado, ao contrário, se vê desafiado pelas sujeitas que se perceberam ausentes e que sem as quais, nenhum processo revolucionário jamais foi possível. Refiro-me a inúmeros grupos de mulheres que reivindicam voz e alteridade dentro dos debates feministas: mulheres negras, indígenas, mulheres transgênero, mulheres do sul global e/ou do terceiro mundo, só para citar algumas.

Nesse contexto, a história do tempo presente e o presente enquanto história precisa lidar com variáveis identitárias, políticas, sociais e culturais das mais diversas, demandando novas práticas de produção de conhecimento, novas abordagens e o revisionismo de tradicionais teorias sociais, notadamente àquelas articuladas com o feminismo e o marxismo.

Os questionamentos sobre a modernidade, sua identidade colonizadora, seu projeto capitalista, os saberes e as formas de conhecer que dela originam, têm colocado inúmeras questões à história e à historiografia, que como elementos inseridos em um projeto de sociedade precisam passar mais uma vez, por reflexões amplas e profundas. Isso toca diretamente a forma como pensamos e agimos diante do presente, enquanto mulheres de nosso tempo e historiadoras.

Possivelmente um texto que se propõe dialogar sobre decolonialidade gere a expectativa de partir do debate sobre capitalismo, colonialismo e modernidade. Esse é o caminho óbvio e já tem sido trilhado por quase todas as pessoas que se ocupam da temática. Muito já foi dito a este respeito, por isso, neste momento, escolhi seguir outra estrada e supor que minha interlocução se fará, por agora, com pessoas iniciadas no tema, que já conhecem alguns dos debates clássicos a este respeito trazido por intelectuais como Nelson Maldonado –Torres (2007), Walter Mignolo (2008), Maria Lugones (2008), Julieta Paredes Carvajal (2020), Aníbal Quijano (2010), Ramón Grosfoguel (2013), dentre tantos/as outros/as. Faço isso não por julgar que o conhecimento de algum/a destes/as autores/as seja óbvio e/ou menos densos, não são. Ao contrário, trazem consigo a complexidade do manuseio epistemológico e metodológico dos debates sobre colonialidade/ modernidade/ decolonialidade de modo muito profícuo e desafiador.

Minha escolha é arbitrária confesso - e a faço como forma de burlar os limites que um texto desta natureza me impõe, na sua limitação de caracteres e nos meus próprios limites como escritora - e ela se dá na tentativa de fazer deste um grande parêntese para falar de como as reflexões sobre a decolonialidade, num plano epistemológico e/ou acadêmico, como norteador das formas de vislumbrar a pesquisa, traz consigo uma dimensão política que passa a se inscrever no campo daquilo que chamaria de políticas das subjetividades, transcendendo a perspectiva de uma dimensão teórico-metodológica, para avançar à possibilidade de forjarmos para nós mesmas uma nova relação como nosso corpo-território, construir novas subjetividades conscientemente desnaturalizadas e orientadas a uma postura decolonial diante do mundo.

Com isso, me refiro aos desafios que nos são colocados ao assumirmos a tarefa de empreender uma escrita decolonial, algo que requer de nós não apenas um exercício teórico-metodológico, o que, por si só não é pouca coisa, mas também um exercício que está para além, numa dimensão mais intersubjetiva, que nos insta a girar inúmeras chaves conceituais associadas à nossa própria inteligibilidade do mundo através dos significados que atribuímos às coisas, aos sujeitos, às relações que estabelecemos, aos conceitos que instrumentalizamos, aos saberes que construímos e/ou acessamos, até mesmo à nossa condição de corpo-território (MIRANDA, 2014) num mundo de fronteiras cada vez mais voláteis e, ao mesmo tempo, herméticas. Por mais contraditório que isso possa soar, posso dizer que não são poucas as contradições que marcam a modernidade enquanto projeto de mundo.

A colonialidade toma de assalto nossa existência e é a partir dela que aprendemos a significar o mundo e naturalizamos tanta coisa, e decolonizar é um exercício contínuo e cheio de reentrâncias, posto que os caminhos vão sendo construídos no caminhar; é um desbravar de si e do mundo a partir do desenvolvimento da empatia como princípio norteador, a qual é um sentimento estranho ao *misancene* da modernidade, cujas performances estão constantemente baseadas no princípio da racionalidade, da verdade e do saber, como pertencentes a um grupo de indivíduos que os detém, em conjunto com a missão de propagá-los em sua universalidade, em troca da aceitação submissa daquelas que serão agraciadas pela verdade intrínseca ao modo de vida ofertado pela colonialidade.

Mas de que modo de vida estamos falando? Ora, de uma humanidade e de um modo de vida culturalmente superior, posto que fincado nos

princípios da racionalidade moderna, que lança à margem da existência e ao campo da resistência todo modo de vida divergente, que passam a ser postulados de processos a serem superados. São os corpos abjetos, desumanizados, territórios de existências marginais que precisam ser superados.

O que significa viver na tentativa de superar esses limites, de romper com essas margens? Como professora, penso que temos a responsabilidade de promover mudanças de atitudes, as quais requerem que seja trazido para o cotidiano a prática de saberes capazes de impactar a forma como nos relacionamos umas com as outras e com o mundo. E aqui não me refiro a uma mudança restrita aos pares acadêmicos, mas a todas as pessoas que acessam e acenam para os saberes sobre (de)colonialidade e seu papel ante um mundo capitalista que se insere em todos os espaços de nosso cotidiano, que diariamente busca tomar de assalto nossas subjetividades e nossos corpos. Corpos marcados pelo peso da colonialidade, como eu e, certamente, como você que me lê neste momento, nascida na periferia do mundo, no Sul global e que tem a vida marcada pelo peso histórico da colonialidade do ser, do poder, do saber e do gênero como nos sugere Maria Lugones (2019).

De modo que possamos identificar e desnaturalizar tais marcas em nosso dia a dia e enfrentá-las de modo consciente e contínuo. Não significa que podemos isoladamente superá-lo, mas é a partir de mudanças no plano pessoal que conseguimos construir o enfrentamento coletivo aos inúmeros mecanismos de opressão que marcam a colonialidade e o capitalismo.

Essa mudança é processual e para ter início é preciso que consigamos dar passos conscientes em direção a uma caminhada que nos levará a sermos partes da mudança postulada e problematizada pelos debates epistemológicos e sociais que empreendemos no campo da decolonialidade.

Permitam-me dar um tom confessional a este texto, trazendo à reflexão minha experiência particular na caminhada da pesquisa de doutorado, na qual me propus, a partir da perspectiva das experiências de mulheres indígenas em comunidades do Rio Grande do Norte e do Ceará, para tentar perceber como essa dimensão se apresenta na sua capacidade e necessidade de se organizarem coletivamente. Compreendia que, a despeito de não se identificarem como feministas nem com os feminismos, ao se organizarem coletivamente em defesa de seus direitos e territórios, galgando espaços políticos dentro e fora de suas comunidades, o que elas praticam é uma forma de feminismo.

Apesar de ter a compreensão de que as mulheres indígenas que exercem liderança em suas comunidades não são um objeto de pesquisa, mas sim interlocutoras, as questões de partida desta interlocução tinham um objetivo específico que estava amalgamado ao meu subconsciente: o de demonstrar que apesar de não se darem conta, elas são sim herdeiras do feminismo civilizatório, para usar o feliz conceito de Françoise Vergés em seu livro *Um feminismo decolonial* (2020).

Dentre os diversos marcadores que tocam as especificidades da vida dessas mulheres, as reflexões acerca da dinâmica das relações de gênero nas quais estão inseridas em suas comunidades e a dimensão do empoderamento feminino estão desde o primeiro momento como questões estruturantes da pesquisa, na busca por problematizar histórica, sociocultural e subjetivamente os deslocamentos que parecem subverter uma ordem patriarcal que circunda as comunidades e ainda é muito forte entre estas.

A partir disso, a perspectiva era entender os pactos sociais estabelecidos dentro das comunidades e o lugar que essas mulheres, seja em associações coletivas, seja assumindo o papel de lideranças nas mesmas, tomam para si. Para pensar, dentre outras coisas, em que medida a nominal liderança se traduziria por uma reinvenção de costumes que contribuem para construção da equidade de gênero nas comunidades por elas lideradas e/ou como essas organizações coletivas têm contribuído no enfrentamento dos preconceitos e violências das mais diversas, sofridas por essas mulheres.

Assim, seguia com a proposta de trabalhar com a chave conceitual que nomeava de feminismo indígena para além das próprias mulheres indígenas, mesmo preocupada em pensar este conceito como algo a ser construído independente dos modelos de feminismos que orbitam o universo acadêmico e/ou o dos movimentos sociais de mulheres não indígenas. Seguindo para tanto, os rastros do chamado feminismo decolonial, na busca por dialogar com perspectivas que emergem no campo social e que tem sido identificada com os movimentos feministas contemporâneos.

> O feminismo decolonial, retomando boa parte dos postulados do giro decolonial e dos feminismos críticos, nos oferece uma nova perspectiva de análise para entendermos de forma mais complexa as relações e entrelaçamentos de "raça", sexo, sexualidade, classe e geopolítica. Essas propostas, feitas principalmente por feministas indígenas e de origem indígena, afrodescendentes, populares, feministas lésbicas, entre outras, têm questionado as formas como o feminismo hegemônico, branco, branco-mestiço e com privilégios de classe entende a

> subordinação das mulheres, a partir de suas próprias experiências situadas, reproduzindo o racismo, o classismo e o heterossexismo em suas teorias e práticas políticas (CURIEL, 2020, p. 141)

Aí se assenta, talvez o maior desafio: entender que as chaves conceituais existentes que constroem o debate feminista em toda sua diversidade, podem não dar conta das especificidades da vida dessas mulheres. E assim, entender que:

> Esses feminismos críticos balançaram a teoria e prática feministas, mas ainda falta pensar mais profundamente o que devemos fazer em relação a práticas políticas, metodologias e pedagogias, para não limitarmos a proposta decolonial à análise epistemológica (CURIEL, 2020. p. 142).

Ainda que a proposta estivesse empenhada em estabelecer a partir delas e com elas novas chaves conceituais, para acessar o entrelaçamento das dimensões políticas e subjetivas que tocam o papel social dessas mulheres e os significados que isso tem para além de seu próprio cotidiano, na comunidade, nas relações políticas, etc, notem que o diálogo decolonial também estava sob engessamento de uma perspectiva transformadora para a vida das mulheres indígenas, o objetivo a ser alcançado não dizia respeito a minha prática apenas como pesquisadora, mas dilatava-se sobre o julgamento do modo de vida delas e do que eu entendia como equidade de gênero.

Como pesquisadora, confesso que essa virada de chave, se deu muito recentemente quando entendi o que significaria, na minha prática de pesquisa, abandonar o lugar da autoridade científica e me abrir para práticas epistemológicas diante das quais me coloco na condição de aprendiz. E aqui me refiro especificamente à forma como constitui inicialmente minha questão de pesquisa e como ela, a partir da minha relação com as sujeitas, me moldou enquanto pesquisadora.

Enquanto professora universitária e feminista pretendia agregar à pesquisa de doutoramento estes lugares sociais e a partir deles forjar meu objeto e articulá-lo com as sujeitas a serem pesquisadas. Dessa forma, o que eu pretendia era demonstrar como as mulheres indígenas eram capazes de agregar os ensinamentos do feminismo para travar suas lutas e seguir o caminho do empoderamento e da emancipação. Partindo daquilo que os debates feministas haviam me ensinado ao longo da vida acadêmica, eu buscava enquadrar as mulheres indígenas nesta perspectiva, para então

demonstrar como os feminismos poderiam e já seriam responsáveis por engendrar uma postura política e social emancipada e empoderada a essas mulheres, notadamente àquelas que exerciam papel de liderança em suas comunidades. Eu não tinha, naquele momento, noção de quão prepotente e colonial minha postura era, por mais cheia de boas intenções que pudesse estar. Pois, na prática, tratava-se de uma perspectiva que vislumbrava o feminismo como um manto sagrado do conhecimento que ao cair sobre as mulheres teria condição de empoderá-las, como se estas já não carregassem dentro de si a potência transformadora de suas próprias realidades, marcada por mais de quinhentos anos de resistência dos povos indígenas em nosso país.

Quando enuncio minhas inquietações, e porque não dizer, meu não-saber, sobre as mulheres indígenas, tendo o feminismo como uma chave que escolhi para abrir portas que suponho dar em um caminho que me levara a perscrutar a vida dessas mulheres e suas intersubjetividades, tenho que a chave não me pertence, a porta não me pertence e apenas o caminho pode ser tomado de empréstimo, cada passo a ser dado conta com a permissão e com o auxílio de instrumentos que não são meus, ou pelo menos, não o são exclusivamente. As chaves são muitas porque há muitas portas a serem abertas, porque o caminho que supunha conhecer me levaria a mais uma vez, lançar mão da violência simbólica da colonialidade do saber tão marcante nessa relação platônica que a historiografia, herdeira de um cientificismo racional moderno, estabelece com o conhecimento/verdade e a partir da qual somos instadas pelo peso da formação acadêmica a espiar o tempo.

Certamente que os enunciados que ensaiava construir sobre as mulheres indígenas tão cheios de verdades que, talvez pouco lhes dissessem respeito, não se tratavam só delas, pode ser que eu falasse apenas de mim mesma e de meu lugar de mulher não indígena e da minha própria cosmogonia. Isso faz refletir sobre o que me levou ao encontro delas naquele momento, como esse encontro mudou minha forma de pensá-las e me pensar diante delas e, mais ainda, a pensar meu ofício de historiadora diante de tais questões. Considerando que a operação que empreendo ao exercer meu ofício parte sempre da reflexão epistemológica acerca da natureza do saber que se propõe produzir.

Isso me levou a refletir sobre do que significaria pensar, no contexto de minha pesquisa, o sentido da ecologia de saberes nos termos propostos por Boaventura de Souza Santos, como uma dimensão do que ele chama de

epistemologias do Sul, forjadas em trocas de experiências, saberes e sentidos sobre o mundo.

> As ecologias de saberes, a tradução intercultural e a artesania das práticas assentam na ideia do encontro mútuo e do diálogo recíproco que sustenta a fertilização e a transformação recíprocas entre saberes, culturas e práticas que lutam contra a opressão. Promovem perspectivas prismáticas entre saberes, culturas e práticas. Assim, por exemplo, o que é tido por ignorância, normalidade ou aluno num certo contexto pode ser sabedoria, anormalidade ou professor noutro contexto ou para outros grupos. E pode mesmo suceder que emerjam identidades, saberes e práticas que transcendem essas dicotomias. As epistemologias do Sul realizam-se, pois, através de identidades diatópicas, de minas epistêmicas, de democracias de alta intensidade (SANTOS, 2019, p.354).

Como uma boa feminista, ocidentalizada e colonizada, pretendia levar "meu" feminismo às mulheres indígenas quando propunha investigar como os feminismos contribuíam para a emancipação e o empoderamento dessas mulheres. Foi a partir da literatura decolonial e, mais especificamente, a partir da interlocução como os textos de Maria Lugones (2014) quando do meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em História do Tempo presente da UDESC, como aluna do doutorado em 2019, que me dei conta do sentido de suas palavras que falavam sobre "diferença colonial" e como o que eu me proponha a fazer era uma forma de lançar mão de um "feminismo civilizatório" (VERGÉS, 2020) para simplesmente ratificar a diferença hierarquizada entre mim e minhas interlocutoras. Contudo, não entendia até àquele momento que uma interlocução desse tipo não é interlocução, é retórica colonial e eu estava tão somente tentando mais uma vez colonizar seus corpos, suas mentes e suas histórias como minhas próprias referências de mundo e não importa quais as intenções que estavam por trás disso, boas ou más, era uma perspectiva constituída dentro da minha ilha de saber que previa uma interação, uma troca que resultasse no aprendizado daquelas mulheres. Como toda atividade colonizadora, o fim era o da assimilação, não o da interação e da troca sincera e desierarquizada.

Pensar um feminismo indígena nesse contexto era, na verdade, minha forma de dizer como o feminismo civilizatório era poderoso e importante para a vida de todas as mulheres, o que implica numa epistemologia retórica da colonialidade.

O que quero dizer com toda essa narrativa confessional? Pode não parecer, mas este é um exercício de reflexão epistemológica e uma demonstração de como a colonialidade do saber e do ser da qual fala Aníbal Quijano (2010), estão inscritas em nossas vidas e acabamos por perpetuá-las nas pequenas coisas. E aqui, me refiro não apenas a uma perspectiva de epistemologia da história, mas da episteme como elemento de manutenção dos valores da colonialidade moderna, de como constituímos nossas problemáticas de pesquisa e quero com isso enfatizar como o campo denominado de história indígena, por exemplo, pode estar marcado por essas armadilhas de nossa cultura.

Nunca é demais lembrar que a ideia fundante de *Razão* moderna foi responsável por articular múltiplas formas de subalternização e a história dos povos indígenas acaba sempre por ter nela um marco fundante. Me refiro ao fato de que a partir da colonização da América, foram criadas identidades – europeu, branco, índio, negro, mestiço – que serviram à verticalização das relações entre os sujeitos e possibilitaram a criação de diferentes categorias de humanos, cuja condição hierárquica tem no racismo sua materialização (MALDONADO-TORRES, 2007, pp. 132-134).

Para as pessoas, como nós, colonizadas – e os povos indígenas são aqui tomados como categoria-chave destas – isso assumiu um critério extremo que significou, e ainda significa, a usurpação de seu direito à existência, tanto física, quanto epistêmica. Não por acaso, o racismo moderno e a colonialidade representam a radicalização e a naturalização da ética da guerra, na qual a morte e a escravização passam a ser o destino de um inimigo, cuja oposição se inventa ao se construir categorias classificatórias para o humano, quando se inventa o sub-humano e o inumano. Segundo Nelson Maldonado-Torres, a "colonialidade representa uma ordem das coisas que coloca as pessoas de cor sob a observação assassina e violadora de um ego vigilante" (2016, p. 138 – *Tradução minha*).

A história da colonialidade traz consigo a marca indelével da violência e por isso, nunca é demais chamar atenção para o fato de que, o silêncio e os inúmeros não-ditos, são traços de uma violência epistêmica, que é um importante elemento da colonialidade do poder, do ser e do saber. Ela se manifesta ao negar às pessoas seu direito à voz, à imagem, à cor, à imaginação. E estes são apenas mais um modo de manifestar os traços do caleidoscópico racismo moderno que atende pelos nomes de epistemicídio e necropolítica (MBEMBE, 2017; GROSFOGUEL, 2013).

A colonialidade já demonstrou também sua plasticidade, moldando-se aos contextos históricos e sociais sem deixar de exercer seu papel dentro do capitalismo, que é o de subjugar grupos sociais e modos de vida a outros que estão em patamar superior nas escalas sociais, as quais sofrem a volatilidade dos interesses do capital. Por isso o pensamento e a prática decolonial e anticolonial precisam antes de tudo, ser anticapitalistas.

Ou seja, o conhecimento traz consigo uma responsabilidade que não se limita a estar fechado em uma "bolha teórica", na qual instrumentalizamos este ou aquele conceito, claro que não desprezo o valor político da instrumentalização de conceitos como práticas discursivas, a leitura de obra de Michel Foucault nos ajuda a entender isso, mas me refiro ao fato de que uma leitura decolonial do mundo precisa estar atrelada à construção de novas sensibilidades para enxergar o outro, e para pensar acerca dos valores sociais metabolizados na construção do olhar e como as identidades do "eu" e do "outro" são forjadas dentro de uma estrutura social marcada pela retórica cruel e genocida do capitalismo.

Como feminista, historiadora e educadora não me basta o conhecimento sobre a colonialidade, os feminismos, a decolonialidade, etc, se não sou capaz de abrigar em minha prática o princípio da diversidade de modo radical, que implica em entender que os estranhamentos com os quais sempre terei que lidar são fruto de minha inscrição em um lugar social específico, ainda que fluído, marcado por sensibilidades específicas forjadas historicamente. E neste sentido, o saber precisa ser aplicado na ampliação de horizontes que me permitam, enquanto sujeito social, me deslocar para tentar vislumbrar as pessoas e os mundos diversos de mim, a partir de uma ótica livre de hierarquias e aberta ao aprendizado, não apenas sobre o outro, mas com o outro.

Essa outridade radical é um elemento que tenho tentado trazer para dentro da minha pesquisa. Não considero que já a tenha conseguido, como não considero que tenha resolvido os problemas que apontei ao longo deste texto. Mas já entendi que a questão central não é pensar o que os feminismos têm a ensinar às mulheres indígenas e sim o que nós, feministas, temos a aprender com essas mulheres, ou melhor ainda, dar vazão às trocas que possam ser mais sinceras e desprendidas de hierarquias tão caras à academia.

Mesmo porque a diferença é aquilo que nos identifica e nos enlaça, essa outridade radical está inscrita não apenas nos corpos periféricos das mulheres indígenas, mas está tatuada também em meu corpo e nos lugares de sujeito que ocupo e na forma como, ao mover-me no mundo, o faço em

entrelaçamentos com outros corpos que, assim como eu, habitam espaços marginais e de lá se entrecruzam no projeto de construir um mundo novo, que carregue consigo as marcas da empatia, da solidariedade, da generosidade, dos saberes diversos, dos amores múltiplos, dos laços de solidariedade substituindo as amarras do vigiar e punir nos termos foucaultianos. Ter identificado a marca da colonialidade em mim e a forma como a reproduzia, ao menos na pesquisa, foi mais um passo importante nesse sentido, porque essas reflexões se dão a partir do estranhamento para com o pacto narcísico da colonialidade inscrito em mim.

Pode ser que as questões postas até aqui sejam apenas um atestado da minha limitação como pesquisadora e que estas não sejam questões para as pessoas que me leem, mas pode ser também que, assim como eu, muitas pessoas bem-intencionadas também estejam entrelaçadas na teia da colonialidade, quanto a sua forma de problematizar questões de pesquisa e não tenham se dado conta disto, porque afinal, como me ensinou a professora Claudia Mortari, somos colonizados e colonizadas até à medula. E espero que o tempo dedicado a esta leitura tenha sido importante para vocês, assim como foi para mim escrever.

Referências

CARVAJAL. Julieta Paredes. "Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental" In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. VAREJÃO, Adriana (Org.). *Pensamento feminista hoje***:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020, pp. 227-237.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSFOGUEL. Ramón. *El giro decolonial:* reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global / com-piladores. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontifi cia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, pp. 127-167.

CURIEL, Ochy. "Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial" In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. VAREJÃO, Adriana (Org.). *Pensamento feminista hoje:* perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020, pp. 141-162.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, No. 92/93 (jan./jun.). 1988b, pp. 69-82

GROSFOGUEL, Ramón. Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, Nº.19: 31-58, julio-diciembre 2013, pp. 31-58.

GROSFOGUEL, Ramón. "O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando o currículo. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze, MALDONADO – TORRES, Nelson, GROSFOGUEL, Ramon (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, pp. 223 – 246.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. *Revista Tabula Rasa*, Bogotá - Colombia, nº 9, pp. 73-101, julio-diciembre, 2008. Disponível em: http://dev.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf. Acesso 02 out. 2021.

LUGONES, María. "Rumo a um feminismo decolonial". In: HOLLANDA. Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista:* conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp.425-451.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. pp. 127-168.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Transdisciplinaridade e decolonialidade.* Revista Sociedade e Estado – Volume 31. Número 1 Janeiro/Abril 2016, p. 75-97.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Políticas da inimizade*. Portugal: Antígona, 2017, pp. 107-152.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite:* ensaio sobre a África descolonizada. Petrópolis: Vozes, 2019.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**.** *Cadernos de Letras da UFF* – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, 2008, pp. 287-324.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. *"O negro do Pomba quando sai da Rua Nova, ele traz na cinta uma cobra coral"*: os desenhos dos corpos-territórios evidenciados pelo Afoxé Pomba de Malê. 2014. 180p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Desenho Cultura e Interatividade) - Universidade Estadual de Feira de Santana: Feira de Santana, 2014. Disponível em: http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/97/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Eduardo%20O%20MIranda.pdf. Acesso 02 jul. 2021.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. *Corpo-território & educação decolonial*: proposições afro-brasileiras na invenção da docência. Salvador: EDUFBA, 2020.

QUIJANO, Aníbal, Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul.* São Paulo: Editora Cortez, 2010. pp. 73-118.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo:* a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Boaventura Sousa & MENESES, Maria Paula (orgs.) *Epistemologias do Sul***.** São Paulo: Cortez, 2010.

VERGÉS, Françoise. *Um feminismo decolonial.* São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Recebido em 23 de agosto de 2021.
Aprovado em 17 de setembro de 2021.

INTERSECÇÕES E VULNERABILIDADES: TRAVESTIS E HOMOSSEXUAIS NAS PÁGINAS DO JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA (1980-1981)

INTERSECTIONS AND VUNERABILITIES: TRAVESTIS AND HOMOSEXUALS IN THE PAGES OF THE NEWSPAPER DIÁRIO DA BORBOREMA (1980-1981)

INTERSECCIONES Y VUNERABILIDADES: "TRAVESTIS" Y HOMOSEXUALES EN LAS PAGINAS DEL PERIÓDICO DIÁRIO DA BORBOREMA (1980-1981)

Bruno Silva de Oliveira[1]
Dra. Manuela Aguiar Damião de Araújo[2]

Resumo

É grande a veiculação e importância atribuída ao desenvolvimento intelectual das regiões Sul e Sudeste, com destaque às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O que isso impacta na história desses (as) sujeitos (as)? Com o objetivo de contribuir para a descentralização desses estudos, este artigo, que deriva de nosso trabalho de monografia, irá analisar duas matérias que fazem menções a homossexuais e travestis que foram publicadas no jornal *Diário da Borborema* nos anos de 1980 e 1981, fundado na cidade de Campina Grande – PB em 1957, pelo senador à época Assis Chateaubriand. Dessa forma, observaremos como a ditadura civil-militar em sua fase de "redemocratização" (CORDÃO, p. 16, p. 2018), dificultou a vida desses indivíduos a partir de uma análise interseccional a fim de analisarmos as violências de que foram alvos.

Palavras-chave: Interseccionalidade; homossexuais; travestis; Diário da Borborema.

Abstract

There is great publicity and importance attributed to the intellectual development of the South and Southeast regions, with emphasis on the cities of São Paulo and Rio de Janeiro. What does this impact on the history of these subjects? In order to contribute to the decentralization of these studies, this article, which derives from our monograph work, will analyze two articles that mention homosexuals and transvestites that were published in the Diário da Borborema newspaper in 1980 and 1981, founded in city of Campina Grande – PB in 1957, by the senator at the time Assis Chateaubriand. In this

1. Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Mestrando em História pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, brunosilvalorde@hotmail.com;
2. Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Doutora em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB; Pesquisa sobre literatura, gênero e mídia, aguiarmanuela4@gmail.com.

way, we will observe how the civil-military dictatorship in its "redemocratization" phase (CORDÃO, p. 16, p. 2018), made life difficult for these individuals based on an intersectional analysis in order to analyze the violence they were targeted.

Keywords: Intersectionality; homosexuals; transvestites; Diário da Borborema.

Resumen

Es de gran importancia y difusión el desarrollo intelectual de las regiones Sur y Sudeste, especialmente las ciudades de São Paulo y Río de Janeiro. ¿Qué impacto tiene esto en la historia de estas personas? Con el fin de contribuir a la descentralización de estos estudios, este artículo, que se deriva de nuestra monografía, analizará dos artículos publicados en el periódico Diário da Borborema en 1980 y 1981, que hacen mención a los homosexuales y travestis. El periódico fue creado en la ciudad de Campina Grande - PB en 1957, por el senador de la época Assis Chateaubriand. Así, observaremos cómo la dictadura cívico-militar en su fase de "redemocratización" (CORDÃO, p. 16, p. 2018), dificultó la vida de estos individuos desde un análisis interseccional para analizar la violencia que han sufrido.

Palavras clave: Intersecciones; homosexuales; travestis; Diário da Borborema.

Ao longo da década de 1970 houve uma quantidade significativa de produções que discutiam sobre sujeitos considerados minoria, bem como gênero e sexualidade no campo da História a partir da abertura de novos campos de investigação (Mesquita SAMARA; Silveira TUPY, 2010). Ainda nesse período, houve mudanças no trato das fontes, como é o caso do jornal que começa a ser visto enquanto objeto de pesquisa (Regina DE LUCA, 2010). Pesquisadores e pesquisadoras têm se debruçado não apenas sobre a História do Movimento LGBT no Brasil, como em narrativas que versam sobre esses sujeitos nos mais diversos contextos e aportes teóricos. No que tange à história do movimento, apesar de não ser exclusividade desse tema, é grande a veiculação e importância atribuída ao desenvolvimento intelectual das regiões Sul e Sudeste, com destaque às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O que isso impacta na história desses (as) sujeitos (as)? A difusão de obras que acabam conquistando visibilidade e tornando-se referência pode contribuir com narrativas limitadas e que não atendem às especificidades de determinados (as) sujeitos (as) e regiões, mesmo que elas sejam mínimas e com muitas semelhanças.

Com o objetivo de contribuir para a descentralização desses estudos, este artigo, que deriva de nossa monografia[3], irá analisar duas matérias que fazem

3. Monografia para a conclusão do curso de licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, *Práticas repressivas e resistências das homossexualidades nos discursos do jornal Diário da Borborema na cidade de Campina Grande (1975-1982),* 2020;

menções a homossexuais e travestis que foram publicadas no jornal *Diário da Borborema* nos anos de 1980 e 1981, primeiro jornal diário fundado na cidade de Campina Grande em 02 de outubro 1957, pelo então senador paraibano Assis Chateaubriand (1892-1968), e pertencente ao seu conglomerado midiático Diários Associados. Dessa forma, observaremos como a ditadura civil-militar[4] em sua fase de "redemocratização", a qual teria sido conservadora (Sousa CORDÃO, p. 16, p. 2018), dificultou a vida desses indivíduos. Neste sentido, é importante uma análise interseccional a fim de analisarmos as violências de que foram alvos para, enfim, nos contrapor a algumas produções. Como discutem as autoras e feministas negras Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, no livro *Interseccionalidade* (2021), a interseccionalidade assume diversas formas a partir de contextos e problemas que se insere e analisa. Assim, a intersecção perpassa toda a nossa discussão ao situarmos o espaço geográfico de análise, a sexualidade e a classe desses (as) sujeitos (as).[5]

O termo interseccionalidade foi cunhado pela afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, a qual possui formação na área do Direito, em 1989, ao escrever *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*, para tratar do caso de trabalhadoras da empresa General Motors que, ao denunciarem a dupla violência a que eram submetidas de raça e gênero, não foram ouvidas, ainda na década de 1970. Se faz importante ressaltar que práticas interseccionais são anteriores a cunhagem do conceito, como é o caso de Sojourner Truth, a quem é creditada o pioneirismo do feminismo negro interseccioal ao proferir o discurso *Eu não sou uma mulher negra?*, em 1851, onde articula raça, classe e gênero. No Brasil podemos encontrar análises interseccionais ainda na década de 1970 com produções de Lélia Gonzales, ao articular racismo, sexismo e classismo.

.....

4. A opção por fazer uso do conceito ditadura civil-militar se deu muito em virtude de apontar as participações de civis em violências cometidas contra homossexuais. Por meio do material analisado encontramos a ação dupla da polícia e militares para repreender esses sujeitos, são ações que interagem entre si quando ambos os setores compartilham de ideais conservadores no que tange a sexualidade, e que são legitimados pelo regime ditatorial que prega um nacionalismo da boa moral e bons costumes;
5. Em virtude da fonte aqui utilizada, jornal, não foi possível realizar uma discussão profunda onde a raça se fizesse presente. Entendemos que essa limitação da fonte, em não trazer elementos que nos permitisse identificar a raça dos sujeitos mencionados em suas matérias, tem impacto em nossas análises ao nos impossibilitar discussão tão importante. A discussão aqui realizada, bem como a fonte analisada, faz parte de um projeto de pesquisa em desenvolvimento o qual terá utilização de outras fontes, como é o caso do material coletado a partir de entrevistas, onde pretende-se suprir a necessidade da inclusão da raça dentro dos debates realizados.

A categoria analítica conquistou o âmbito acadêmico no início dos anos 2000 e seu uso por acadêmicos (as) tem gerado grandes discussões. Carla Akotirene, em seu livro que sistematiza o conceito, *Interseccionalidade* (2019), pontua os maus usos, nesses espaços quando destaca que incluiriam o masculino e feminino dentro de superinclusões. Ou seja, as especificidades dos corpos femininos não seriam levadas em consideração. O problema da superinclusão e da subinclusão, que também se faz necessário destacar, encontra-se presente na produção da Kimberlé Crenshaw, "Em resumo, nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto, em abordagens superinclusivas, a própria diferença é invisível" (Kimberlé CRENSHAW, 2002, p. 176).

Nesse sentido, podemos pensar em como a popularização de determinadas obras, tais quais *Devassos no Paraíso* (2018), de João Silvério Trevisan, e *Além do Carnaval* (2019), do historiador James N. Green, contribuem para a construção de narrativas superinclusivas, como é o caso de pensarmos a maior liberação sexual vivenciada no Brasil no período da ditadura apontada por estes e chamada por João Silvério Trevisan de *desbum guei* (2018). A popularização dessas obras construiu uma visão de uma história desses (as) sujeitos (as) a nível nacional sem dar conta de sua diversidade e experiências. Apesar das semelhanças, possuem suas divergências e contribuem com perspectivas que categorizam a ditadura brasileira como "menos pior", como nos diz o historiador Guilherme Rodrigues Passamani (2010) ao destacar que a ditadura argentina (1976-1983) teria sido, de algum modo, "mais eficaz" em repressões contra homossexuais e travestis por existirem leis com claras menções a estes (as). Ora, sabemos que no Brasil estes (as) sujeitos (as) também foram alvo de fortes repressões quando atestamos em diversas pesquisas, e nas matérias jornalísticas a serem discutidas aqui, que houve a utilização de leis e mecanismos para tais repressões como é o caso de leis de repressões contra a vadiagem onde, posto em prática, enquadrava-se qualquer um (a) que os órgãos de vigilância/repressão e o Estado quisessem.

O que queremos dizer com isso não é que essas obras não tenham importância, grandes contribuições ou que a pretensão delas fossem, conscientemente, criar uma superinclusão e colocar a diversidade das vivências em nosso país sob um guarda-chuva anulando as diferenças. A questão aqui é que essas obras versam sobre grandes centros urbanos e homogeneízam determinadas experiências, contribuindo com a

construção de histórias e perspectivas universalizantes. E, por isso, a fomentação de novos trabalhos devem ter o cuidado de não reproduzir tais concepções e compreender que as experiências são diversas mesmo que estes (as) sujeitos (as) estejam situados num mesmo espaço geográfico, por exemplo. É importante que novas produções evidenciem a pluralidade que é a história destes (as) no Brasil.

É notório que a conquista de espaços de consumo só atende as necessidades de um público LGBTQI+ que dispõe de acesso e meios econômicos favoráveis e que a parcela pobre não fará igual uso. É notório que uma maior visibilidade LGBTQI+, no sentido de maior aceitação ou maior liberação, ainda é restrita a sujeitos (as) que se enquadram dentro de uma perspectiva normalizadora. E aqui estamos falando de homens cis gays e mulheres cis lésbicas que, apesar de também serem vítimas de violências devido sua sexualidade dissidente, podem vir integrar esse regime de aceitação. O que não ocorre com pessoas trans e travestis. A pedagoga, mulher travesti e negra Letícia Nascimento discorre, em seu livro *Transfeminismo*, sobre dificuldade de:

> [...] homens e mulheres cis brancos, negros e com tantos outros marcadores reconhecer que as materializações de gênero performadas por mulheres transexuais e travestis possam estar nas lutas feministas ou ser reconhecidas dentro das mulheridades e feminilidades" (NASCIMENTO, 2021, p. 52).

Ou seja, as formas de organização de sujeitos (as) em movimentos sociais, com perspectivas totalizantes de modo a se voltar para a superinclusão, se traduz em violência contra aqueles (as) que não dispõe de espaço para suas reivindicações. Assim, pessoas trans e travestis, por exemplo, se veem diante de uma situação onde pessoas cis brancas, negras, gays e etc. não as (os) veem enquanto indivíduos (as) dignos de luta.

Apesar dos apontamentos de Carla Akotirene, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge realizam uma análise mais complexa acerca da utilização em meios acadêmicos e ressaltam a importância da investigação e a práxis de forma articulada com o compromisso da justiça social. Nas palavras das autoras:

> Acadêmicos e acadêmicas de muitas disciplinas e campos interdisciplinares agora usam a interseccionalidade como ferramenta analítica para repensar questões e instituições sociais importantes. Atualmente, existem muitas abordagens

> interseccionais diferentes, cada qual adaptada a perguntas, histórias e caminhos específicos do campo em questão. Não existe uma estrutura interseccional a ser aplicada a todos os campos. Ao contrário, cada campo acadêmico de estudo aborda diferentes aspectos da interseccionalidade em relação a suas preocupações específicas (COLLINS; BILGE, 2021, p. 64)

Dessa forma, articular a discussão de dissidências sexuais e ditadura civil-militar, aqui proposta, é recontar uma história que foi dita de forma excludente e inserir na historiografia elementos que se fizeram presentes, mas que foram invisibilizados (Rodrigues PASSAMANI, 2010, p. 2). Trata-se, portanto, de um acerto de contas, ou, como disse Chimamanda Ngozi Adichie, as histórias importam, muitas histórias importam (Ngozi ADICHIE, 2019, p. 32).

Portanto, o texto a seguir analisará matérias veículadas no jornal *Diário da Borborema* que fazem menções a travestis e homossexuais. Discutiremos sobre as violências que foram alvo e que não foram denunciadas pelo veículo de informação, este contruindo cenários e situações que respaldassem tais acontecimentos. Daremos destaque às primeiras matérias publicadas neste jornal que foram encontradas dentro do recorte da pesquisa: 1975-1983 por fazerem menções a morte destes (as). Casos narrados fora da cidade de Campina Grande – PB[6].

O caso de Emanoel Dias Fernandes, assassinado na cidade de Recife – PE

Publicada no dia 27 de agosto de 1980 a matéria discorre sobre um crime ocorrido na cidade de Recife – PE. A escolha desta matéria para nossa discussão se deu por ela ser a primeira, e única no ano de 1980, encontrada na fonte que noticia o assassinato de um individuo com prática sexual dissidente, neste caso um homossexual. Sob o título "Médico paraibano acusado de morte de homossexual", o pequeno texto encontrado na página inicial diz:

.....

6. Localizada no interior do Estado da Paraíba, adquiriu notória importância devido a produção de algodão ainda no século XIX, contribuindo para a organização do espaço da cidade para a produção e escoamento em uma ligação entre o sertão Nordestino e o mercado internacional (TORQUATO FERNADES, 2011, p. 34). Na década de 1960 Campina Grande teve um aumento médio da população de 63,64%, passando a ter 207.445, enquanto a capital, João Pessoa, tinha um total de 155.117 habitantes, quadro que muda na década seguinte, quando João Pessoa contabiliza 221.546 e Campina Grande, 195.974 (FERNADES, 2011, p. 50).

> O médico paraibano Maurilio Almeida *está sendo acusado de morte do homossexual* Emanoel Dias Fernandes, comerciante, *abatido* na madrugada de segunda-feira, com um tiro no coração, em frente da loja Equipe Center Som, na Avenida Norte, 1987, Santo Amaro na Capital pernambucana.
>
> Maurilio Almeida, que reside João Pessoa, é o principal suspeito do crime, tendo em vista o seu relacionamento anterior com a vítima, segundo informa a imprensa pernambucana.
>
> Segundo suspeitas da polícia, o primeiro desentendimento entre o médico e o comerciante aconteceu no ano passado, quando o dr. Maurilio Almeida conseguiu convencer o menor A.C.M., a acabar com o relacionamento homossexual que mantinha com Emanoel, aceitando tomar conta do apartamento 205 do edifício Santa Rita, mantido apenas para encontros homossexuais, de propriedade do médico paraibano. O segundo desentendimento entre a vítima e o suspeito teria acontecido dias após a morte do estudante Ivanildo José do Nascimento, ocorrida no dia 28 de setembro do ano passado no apartamento do dr. Maurílio Almeida, durante uma "sessão de pico" quando menor morreu, após tomar excessiva dose de Algafan. (Policial) (DB, 27/08/1980, p. 1, grifos nossos).

No primeiro momento, ao realizar uma leitura superficial, pode parecer que as violências contra homossexuais e travestis passaram a ser denunciadas. Todavia, temos na primeira linha do texto, "O médico paraibano Maurilio Almeida está sendo acusado de morte do homossexual [...]", onde enxergarmos que a preocupação do jornal, voltada para classes mais abastadas. Antes do homossexual abatido é sobre o médico que está sendo acusado de "morte de homossexual" aquilo que será narrado. É curioso que ao invés de palavras como "assassinado", tenha sido empregado o termo "abatido", o qual soa de forma menos agressiva e impactante, termo que também refere-se a fraqueza. Mesmo ao se tratar de um atentado contra a vida, o texto segue fazendo uso das palavras de modo a torná-lo mais brando, ao colocar que Maurilio Almeida "está sendo acusado de morde do homossexual". Fica evidente, portanto, como a classe social destes sujeitos interferem na forma de tratamento e de que modo serão apresentados na matéria.

Ao deixar de se constituir um mero objeto que se perde no silêncio em meio a reproduções daquilo que expõe em suas matérias, o jornal possui propostas que partem muito em virtude do meio em que se insere, que devem ser questionadas e analisadas. Em sua análise, Eder Luis Santana (2018) observa a falta de criticidade presente em matérias que abordem a comunidade LGBT. Contudo, cabe ao pesquisador se atentar ao nó discursivo

presente para compreender que o jornal não é homogêneo. Michel Foucault nos esclarece que, não constituindo numa matéria inerte, o documento "[...] procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações" (Michel FOUCAULT, 2012, p 8).

Na parte superior da página policial, encontra-se a matéria completa sobre o caso. Apresentando o acusado do homicídio enquanto médico e doutor. A vítima Emanoel Dias Fernandes é mencionada enquanto homossexual. Essas formas de denominação dos envolvidos se mantém no título da matéria completa. Entretanto no texto, o homossexual logo passa ser mencionado enquanto comerciante. Agora, sem fazer menção ao nome do suspeito de ter cometido o crime, passa a ser chamado de indivíduo e criminoso. Apesar do texto ser constituído pelo que seria a descrição de uma testemunha ocular, o vigia José Marques da Silva, podemos nos questionar se a escolha dessas palavras, a fim de não citar o nome do acusado neste momento pelo jornal, não se trataria de não colocar Maurilio Almeida diretamente na cena de seu crime contra Emanoel Dias Fernandes.

> O comerciante Emanoel Dias Fernandes, residente no 1º andar do Prédio onde funcionava a loja de acessórios de automóveis, foi morto quando chegava à sua casa, pouco depois da meia-noite, no momento em que descia do veículo. Ao perceber que era vítima de um atentado, o comerciante sacou seu revólver e, deu três tiros.
>
> Depois de matar Emanoel Dias, o indivíduo, de estatura média, cor branca, gordo, vestindo roupa branca, fugiu correndo, em direção ao cruzamento da Avenida Norte com a João Barros, na Encruzilhada. Na fuga, o criminoso foi visto pelo vigia do Dentel (Rua Castro Alves, Encruzilhada), José Marques da Silva, residente na rua da Amizade, em Santo Amaro (DB, 27/08/1980, p. s/n).

Após apresentação do acusado e da vítima, o texto segue apontando um confronto ocorrido entre a vítima Emanoel, o qual teria reagido efetuando três disparos de arma de fogo, contra um indivíduo que supostamente seria Maurilio, principal suspeito de ter cometido o homicídio "[...] tendo em vista seu relacionamento anterior com o comerciante" (DB, 27/08/1980, p. s/n). Para situar o leitor, o texto apresenta dois desentendimentos, os quais poderiam terem levado ao crime.

> Segundo suspeitas da polícia Recifense, o primeiro desentendimento entre o médico e o comerciante aconteceu no ano passado, quando o Dr. Maurilio

> Almeida conseguiu convencer o menor A.C.M. acabar o relacionamento homossexual que mantinha com Emanoel, aceitando tomar conta do apartamento 205 do edifício Santa Rita, mantido apenas para encontros homossexuais.
>
> O segundo desentendimento entre a vítima e o suspeito teria acontecido dias após a morte de estudante Ivanildo José do Nascimento quando o comerciante Emanoel Dias prestou depoimento ao Delegado José Edson Barbosa, apontando o médico em todas as causas com rapazes, que frequentavam o apartamento do Edifício Santa Rita (DB, 27/08/1980, p. s/n).

Para a polícia da cidade de Recife dois acontecimentos teriam desencadeado o crime. O primeiro seria o que podemos interpretar como falta de fidelidade de Emanoel ao envolver- se com um menor, o qual acabou seu "relacionamento homossexual" a pedido de Maurilio. O segundo acontecimento, poderá nos auxiliar melhor a interpretar o caso. Após a morte de Ivanildo, que teria ocorrido no apartamento alugado por Maurilio, o qual o menor A.C.M. havia aceitado tomar de conta, Emanoel, em depoimento à polícia, aponta o envolvimento do médico em "transações homossexuais". A transcrição irá seguir conforme o encontrado no material.

> Dias depois do caso, o me A.C.M., procurou seu ex-ama Emanoel Dias Fernandes e contou t que havia acontecido no apartame alugado por Maurilio Almeida e que era responsável. Ao prestar depoim to, o comerciante agora assassina contou à polícia todos os detalhes caso inclusive, apontou o envolvi-me médico Pessoense em transaç homossexuais (DB, 27/08/1980, p. s/n)

A narrativa jornalística-policial toma o posicionamento em defesa da imagem do médico em não o associar de forma direta à homossexualidade, o que não é concedido a vítima, Emanoel Dias. A associação do médico com a homossexualidade se dá via depoimento de Emanoel Dias à polícia antes de ser assassinado, o que poderia ter contribuído para a motivação do crime. Ele, o acusado, poderia ter se sentido manchado, exposto, com uma moral social violada a partir do momento que suas "transações homossexuais" tornaram-se de conhecimento público. Não temos um discurso sobre um possível crime de ódio. A matéria busca construir uma narrativa em cima de uma relação entre médico e homossexual-comerciante perpassada pela noção de infidelidade.

Durante o acompanhar do caso temos dois homossexuais centrais, sendo o comerciante Emanoel Dias assim identificado pelo jornal, enquanto o médico

Maurilio Almeida é descrito em circunstâncias que busca a menor exposição possível de sua imagem (a não menção de seu nome no relato da fuga do autor do crime e a não associação de forma direta com a homossexualidade). Não podemos pensar em um crime devido à sexualidade da vítima por mais que esse marcador se faça presente e possa constituir enquanto um dos elementos os quais levaram Maurilio a cometer o crime. É comum outros elementos serem associados enquanto motivacionais para que tais crimes viessem a ocorrer, como é o caso deste em que a infidelidade teve maior visibilidade.

Ao analisarmos essas matérias em que homossexuais e travestis aparecem, não se trata de menções que atendam a demanda desses indivíduos, mas que visa atender uma demanda social que pensa numa heterossexualidade enquanto normalidade, perpetuando estigmas e preconceitos. O jornal articula a sexualidade desses (as) sujeitos (as) com a classe social que pertencem ao escolher a forma em que serão associados (as) à homossexualidade, a exemplo do caso acima analisado. Temos dois marcadores sociais que convergem, a classe e a sexualidade, e que são usadas pelo jornal a partir de seus interesses que estão dentro de uma ordem a reproduzir e corroborar com preceitos sociais vigentes à epoca, estes ainda estando presente no tempo atual.

> Apesar de situar sua pesquisa entre o período de 2014-2015, o que constata Eder Luis Santana nos serve para observarmos de que modo funciona esse jornalismo, "No caso do jornalismo, os enquadramentos estão postos e pouca margem é deixada para se considerar aspectos que estão além do que foi noticiado. Afinal, os LGBT sequer têm lugar de fala, são silenciados dentro da condição de subalternidade a que estão inseridos" (Luis SANTANA, 2018, p. 28). Assim, o períodico reproduz alguns acontecimentos atendo-se não exclusivamente ao que ocorreu, como, onde e quando, mas a construir narrativas fechadas em si e sem maiores dialogos com outros meios, limitando-se aos discursos policiais.

O caso de Vânia, travesti campinense assassinada na cidade de Bayeux – JP

"Vânia" – o mais popular travesti campinense diz a legenda da imagem que a exibe sentada, cabelo comprido preso no chamado "rabo-de-cavalo" e o rosto levemente virado de lado sem expressar quaisquer reações. Na matéria publicada em capa inicial, no dia 18 de dezembro de 1981, temos o título

"Travesti morre após atentado", acompanhada de uma imagem com a legenda "O travesti "Vânia"".

> O conhecido travesti campinense Vanaldo Pereira da Silva, "Vânia", morreu no hospital Antonio Targino, após sofrer de um atentado a faca na cidade de Bayeux. Um desconhecido investiu contra "Vânia" com uma faca peixeira, tendo ele segurado a arma com as mãos, recebendo um profundo golpe. No hospital "Vânia" foi acometido de tétano e morreu (DB, 18/12/1981, p. 1).

O pequeno texto apresenta uma breve narrativa acerca do atentado contra a travesti conhecida por Vânia, noticiada enquantoVanaldo Pereira da Silva, ocorrido na cidade de Bayeux – JP. O crime teria ocorrido naquela cidade, onde a vítima havia sido atacada por um desconhecido que empunhara uma faca peixeira contra ela, tendo sido golpeada e faleceu no hospital Antonio Targino, localizado na cidade de Campina Grande – PB, "acometido de tétano". A matéria na integra encontra-se na "8ª página – I caderno", a qual não possui identificação se seria uma página policial (acreditamos que sim, tendo em vista que a página policial tende a ser nas páginas 7 ou 8 nas edições até aqui analisadas), com o título "Travesti ferido em Bayeux morreu no HAT"[7].

> Faleceu no Hospital Antonio Targino, o travesti, Vanaldo Pereira da Silva, Vânia, que atualmente estava residindo na cidade de Bayeux. Ele foi vítima de atentado a faca por um seu conhecido, cuja identidade não foi revelada aos pais da vítima antes de morrer.
>
> Segundo o pai do travesti, ele gostava muito de viajar e estender amizade a todos quantos encontrassem, fazendo logo uma aproximação mais aconchegante. Aconteceu que quand (sic) Vânia deslocou-se de sua residência com destino à praia, entrou num determinado bar, e foi recebido com pilhérias partidas pelo indivíduo que estava bebendo numa das mesas do botequim (DB, 18/12/1981, p. 8).

Segundo a matéria o crime teria ocorrido em um botequim, na cidade de Bayeux, quando, ao adentrar no recinto, Vânia, também mencionada pelo redator enquanto "pederasta", foi alvo de agressões verbais, "[...] recebido

7. Devido a estrutura em que se encontrava o caderno utilizado para pesquisa, que continha as edições do jornal, algumas frases encontram-se incompletas, devido as páginas estarem coladas de forma a formar o caderno. Todavia, apesar de algumas palavras estarem incompletas, o sentido do texto não se perde. A transcrição irá seguir conforme o encontrado no material.

com pilhérias...", por parte de um indivíduo que "[...] estava bebendo numa das mesas...", as quais revidou, vindo a ser agredida com uma faca-peixeira em seguida pelo mesmo.

Alguns elementos presentes, para além da descrição do ocorrido, são dignos de análise por nos possibilitarem maiores problematizações e melhor entendimento das circunstâncias sociais que cercam a vítima. Fazendo uso de declarações do pai, o texto narra que a vítima se envolveria facilmente com "desconhecidos", fazendo amizades e logo com uma "aproximação mais aconchegante", o que pode vir a ser referência a relações afetivas/sexuais. Essa construção de sua imagem enquanto sujeita de fácil envolvimento, ao anteceder suas "andanças" que a levariam ao botequim, constrói um cenário no imaginário social que seria propício para que violências ocorram: uma travesti circulando livremente e se relacionando com "todos quanto encontrassem", culminando com sua chegada ao botequim, lugar em que ocorre o crime.

Ao longo da pesquisa temos observado a menção a espaços que em algum momento tiveram relação com homossexuais e travestis. Agora, o botequim é mencionado nessa relação e, não por acaso. Pois, ele faz parte do cotidiano de classes pobres e é lugar, também, onde ocorrem conflitos entre os trabalhadores. Sidney Chalhoub, ao escrever *Trabalho, lar e botequim* (2012), reconstrói o cotidiano de sujeitos da classe operária a partir da ênfase atribuída aos conflitos que ocorriam no dia-a-dia relacionando com a macro-história quando coloca as relações sociais desses trabalhadores pensadas dentro de mudanças sociais significativas, tais quais o processo de modernização do Rio de Janeiro por meio da reforma urbana implantada pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX. Para tanto, ele faz uso de um terceiro espaço para além da casa e do trabalho, o botequim, um espaço que irá fugir da ideologia de trabalho que passa a ser construída naquele período.

O que nos interessa saber é que ao invés de seguirem uma rotina previamente estabelecida trabalho-casa-trabalho, esses trabalhadores fogem desse ciclo para um espaço que passa a constituir, também, enquanto local de sociabilidade, sejam elas conflitantes ou não. É possível pensarmos no botequim enquanto um espaço de resistência frente ao modelo social que lhes é imposto, na medida em que eles expõem seus comportamentos repreendidos por uma moral burguesa. É neste espaço que Vânia, sendo alvo de pilhérias, irá revidar, entrando em confronto com aquele culpado de sua morte. A transcrição irá seguir conforme o encontrado no material.

> Sem gostar dos termos que seu algoz estava usando, o pederasta revidou com palavras de baixo calão, recebendo em consequência do atrito a ameaça de esfaqueamento, tendo o citado hom (sic) sacado sua faca-peixeira e investido tra (sic) Vanaldo, e a segurou com as ma (sic) recebendo um olpe (sic) muito profundo.
>
> A turma do deixa disso partiu para e logo apartou a briga, tendo o agres fugido ao notar que Vanaldo se enc (sic) trava ferido, enquanto que a vítima socorrida para o Hospital, onde rec (sic) os primeiros cuidados médicos.
>
> Quando melhorou, 'Vânia' avisou seus familiares que residem na rua raíba (sic), nº 257, no bairro da Liberdade, n ta (sic) cidade, que tinha sido ferido, tem mesmos providenciado a remoção paciente para o Hospital Antonio Targ (sic) local que veio a morrer depois de acometido de tétano.
>
> A polícia de Bayeux registrou a oco cia (sic) e, segundo afirmou o genitor Vana vai apurar minuciosamente o crime de foi vítima o seu filho (DB, 18/12/1981, p. 8).

Ao contrário de matérias com títulos intensos quando se referem a supostas desordens causadas por travestis e homossexuais, "Travesti ferido em Bayeux morreu no HAT" apresenta uma relativização do caso. A chamada para a matéria torna-se menos sensacionalista. Ela apresenta uma menor gravidade do ocorrido. A relativização também pode ser percebida quando o agressor fez uso de pilhérias, ou seja, fez uso de um conjunto de palavras com a intenção de provocar o riso, uma forma de brincadeira. A palavra pilhéria também tem seu significado relacionado ao humor, entretanto, nas relações cotidianas elas também são utilizadas de forma a insultar. Em momento algum há a problematização dessa agressão enquanto ocorrida por se tratar de discriminação contra Vânia. Outros frequentadores que se encontravam no local, a "turma do deixa disso", tentaram apartar a briga, porém a vítima já se encontrava ferida e o agressor, fugido. Vânia é trazida para um hospital na cidade de Campina Grande – PB. Mesma cidade em que residem seus familiares, onde vem a óbito acometida de tétano.

O jornalista Eder Luis Santana faz uma análise de suma importância para compreendermos a forma como esses crimes são noticiados, ou seja, sempre a partir de uma instituição enquanto protagonista, a polícia, e de modo a culpabilizar a vítima na medida em que a relaciona com o "mundo gay". Como é o caso de Vânia que gostava de viajar e fazer uma "aproximação mais aconchegante" com quem encontrava. Novamente encontramos uma matérias que faz uso de discurso policial como principal fonte e articula com o "comportamente sexual de risco" da sujeita, assim, não é levado em consideração o processo social que

teria levado ao que seria "comportamento sexual de risco" (SANTANA, 2018, p. 148-149), dessa forma a vítima é culpabilizada neste caso as andanças de Vânia.

Considerações finais

Após analisarmos estes dois casos em que Emanuel Dias Fernandes e Vânia foram vítimas de violências, constatamos que sexualidade e gênero constituíam enquanto elemento no qual os crimes giram em torno. Seja durante as execuções de ações violentas contra esses (as) sujeitos (as), culminando em suas mortes, seja por parte do jornal ao ressaltar suas sexualidades, nos títulos e no corpo das matérias.

Não resultando em denúncias, por parte da polícia, do jornal ou de civis, de que esses crimes possam ter ocorrido por discriminação, o periódico passa a noção de unidade de que o principal motivo para tais crimes, como é o caso do primeiro caso aqui discutido, teria ocorrido por ciúmes.

> Percebe-se, então, como os crimes passionais escondem nuances do preconceito que deixam de ser explorados pelo jornalismo. A paixão, o ciúme e outros sentimentos atribuídos a esse tipo de crime estão envoltos em aspectos da abjeção de corpos e do regime de vulnerabilidade (SANTANA, 2018, p. 159).

Fica evidente que a posição social desses (as) sujeitos (as) influência na forma de tratamento dada pelo jornal. Enquanto temos Maurilio Almeida, o médico acusado de ter assassinado o comerciante Emanoel Dias Fernandes, construído dentro de uma narrativa que ressalta sua formação enquanto médico e não o associa a homossexualidade, o mesmo não ocorrer com a vítima, contribuindo para a construção de situações e ambientes propícios, pela imprensa, para que tais crimes viessem a ocorrer, como é o caso do qual foi alvo Vânia.

Ao problematizarmos essa unidade de forma discursiva que se pretende o jornal, temos, no primeiro contato, o discurso repressivo sob todo aquele que se pretende ocultar, pois o não dito encontra-se articulado (FOUCAULT, 2012, p. 30). Em meio ao nó em uma rede (FOUCAULT, 2012, p. 28), encontramos substâncias, seja no discurso jornalístico em si, seja no contexto histórico no qual se insere, que nos permitem afirmar ações contra esses indivíduos. O que observamos no jornal quando ele discorre sobre esses crimes, e possíveis direções que seguem as investigações dos mesmos, é a unidade de um discurso que não necessariamente resulta na singularidade

do objeto. Ou seja, por mais que estes crimes sejam colocados de forma alinhada, a partir objetos que partem de um espaço, o jornalístico-policial, ele cria a unidade de um discurso sobre indivíduos que não são singulares (FOUCAULT, 2012, p. 40).

Apesar de nossas análises não terem incluido raça, categoria analitica de suma importância, em virtude da fonte utilizada, constatamos como as sexualidades dissidentes e as distinções de niveis sociais, a classe, na medida em que temos populares sendo violentados (as), em regiões do Nordeste, articulam-se em ações e formas discursivas que versam sobre estes (as). Assim, a análise interseccional, nos permitiu enxergar e compreender essas articulações, de forma não hierarquica, que compõe os (as) sujeitos (as), que aqui foram mencionados (as), e o meio social no qual se inserem (AKOTIRENE, 2019, p. 43).

Referências

MÉDICO paraibano acusado de morte de homossexual. *Diário da Borborema,* Campina Grande – PB. 27 de ago. 1980.

TRAVESTI morre após atentado. *Diário da Borborema,* Campina Grande – PB. 18 de dez. 1981.

TRAVESTI ferido em Bayeux morreu no HAT. *Diário da Borborema,* Campina Grande – PB. 18 de dez. 1981.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única***.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade.* São Paulo: Pólen Livros, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade.* São Paulo: Boitempo, 2021.

CORDÃO, Michelly P. De Sousa. *O jogo político da democracia: a luta simbólica no fim da ditadura brasileira.* Curitiba: Appris, 2018.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.* São Paulo: UNICAMP, 2012.

CRENSHAW, kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao gênero**.** *Revista Estudos Feministas,* v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <htpps://periódicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X20002000100011/0> Acesso em: 08 maio. 2021.

DE LUCA, Tania Regina. "História dos, nos e por meio de periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas.* São Paulo: Contexto, 2010.

FERNANDES, Silvana Torquato. *Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960-1980)*. 2011. Dissertação (Programa

de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, Brasil.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GREEN, James N. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp, 2019.

NASCIMENTO, Letícia C. Pereira do. *Transfeminismo.* São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Bruno Silva de. Práticas repressivas e resistências das homossexualidades nos discursos do jornal Diário da Borborema na cidade de Campina Grande (1975-1982). 2020. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, Brasil.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. *Homossexualidades e ditaduras militares: os casos de Brasil e Argentina*. Disponível em: www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1275391766_ARQUIVO_Passamani.Completo.FG9.pdf Acesso em: 01 jul. 2019.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. "A análise do documento: crítica interna e externa da fonte". In: *História e documento e metodologia de pesquisa.* Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SANTANA, Eder Luis. *LGBT como pauta do jornalismo: visibilidade e limitações.* Salvador: Devires, 2018.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Recebido em 2 de agosto de 2021.
Aprovado em 3 de setembro de 2021.

ESCRITA(S) INSUBMISSA(S) DA(S) HISTÓRIA(S): TRAVESSIAS EPISTÊMICAS A PARTIR DAS NARRATIVAS DE MULHERES ÀS MARGENS

INSUBMISSIVE WRITING OF HISTORY(S): EPISTEMIC CROSSINGS FROM THE NARRATIVES OF WOMEN ON THE MARGINS

ESCRITURA INSUMISIVA DE LA(S) HISTORIA(S): CRUCES EPISTÉMICOS DE LAS NARRATIVAS DE LAS MUJERES EN LOS MÁRGENES

Flávia Pereira Machado[1]

Resumo

As insurgências das/dos sujeitas/os às margens provocam movimentos contínuos e não lineares de questionamentos da matriz ocidental, branca, cisheteropatriarcal, eurocentrada, o que evidencia a necessidade da incorporação de epistemes, saberes, fazeres e conhecimentos até então denegados pela ciência moderna e pela produção acadêmica hegemônica nas universidades. Tais movimentos têm gerado um "transbordamento" acadêmico e político em direção a uma nova percepção da condição criativa que impulsiona os entrecruzamentos entre esses diversos campos do saber e das experiências marginalizadas. Em vista dessa implosão dos cânones, a proposta do presente artigo incide em uma reflexão sobre os deslocamentos teóricos, epistemológicos e metodológicos na escrita da história, a partir da pesquisa com mulheres sem terra em Goiás. Proponho, dessa maneira, realizar uma breve incursão na matriz histórica hegemônica no sentido de identificar algumas das iniciativas de incorporação dos e das sujeitos e sujeitas às margens, especificamente evidenciando a passagem de uma história das mulheres e das relações de gênero para uma perspectiva feminista, decolonial e interseccional. Ainda nesse ensejo, busco evidenciar como as intersecções de raça, classe, gênero, geração, desterramento, entre outros marcadores, que atravessam os corpos dessas mulheres às margens, provocam leituras e escritas insubmissas mediante esse cânone historiográfico e a produção acadêmico/científica ainda pautada na racionalidade ocidental.

Palavras-chave: mulheres às margens; escrita da história; deslocamentos teóricos, epistemológicos e metodológicos.

.....

1. Licenciada em História (UEG); Mestra e Doutoranda em História (PPGH/UFG); Professora da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG/Campus Goiânia); membra do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero (GEPEG/FH/UFG); pesquisadora do Anômalos (Pesquisas e Estudos em Gênero, Sexualidades, Classe e Etnicidades/Raça – UFCat/CNPq). Contato: flavia.ifg.machado@gmail.com

Abstract

The insurgencies of the subjects on the margins provoke continuous and non-linear movements of questioning the Western, white, cisheteropatriarchal, Eurocentric matrix, which highlights the need to incorporate epistemes, knowledges, doings and knowledge hitherto denied by modern science and hegemonic academic production in universities. Such movements have generated an academic and political "overflow" towards a new perception of the creative condition that drives the intersections between these diverse fields of knowledge and marginalized experiences. In view of this implosion of the canons, the purpose of this article is to reflect on the theoretical, epistemological and methodological dislocations in the writing of history, based on research with landless women in Goiás. I propose, in this way, to make a brief incursion into the hegemonic historical matrix in order to identify some of the initiatives to incorporate the subjects and subjects on the margins, specifically highlighting the transition from a history of women and gender relations to a feminist, decolonial and intersectional perspective. Also in this context, I seek to highlight how the intersections of race, class, gender, generation, dispossession, among other markers, which cross through the bodies of these women on the margins, provoke readings and unsubmissive writings through this historiographical canon and the academic/scientific production still based on Western rationality.

Keywords: women on the margins; writing history; theoretical, epistemological and methodological shifts.

Resumen

Las insurgencias de los sujetos en los márgenes provocan movimientos continuos y no lineales de cuestionamiento de la matriz occidental, blanca, cisheteropatriarcal y eurocéntrica, lo que pone de manifiesto la necesidad de incorporar epistemes, saberes, haceres y conocimientos hasta ahora negados por la ciencia moderna y la producción académica hegemónica en las universidades. Estos movimientos han generado un "desbordamiento" académico y político hacia una nueva percepción de la condición creativa que impulsa las intersecciones entre estos diversos campos del conocimiento y las experiencias marginadas. Ante esta implosión de los cánones, el propósito de este artículo es reflexionar sobre las dislocaciones teóricas, epistemológicas y metodológicas en la escritura de la historia, a partir de una investigación con mujeres sin tierra en Goiás. Propongo, de este modo, hacer una breve incursión en la matriz histórica hegemónica para identificar algunas de las iniciativas de incorporación de los sujetos y las sujetas en los márgenes, destacando específicamente el paso de una historia de las mujeres y las relaciones de género a una perspectiva feminista, decolonial e interseccional. También en este contexto, busco resaltar cómo las intersecciones de raza, clase, género, generación, desposesión, entre otros marcadores, que atraviesan los cuerpos de estas mujeres en los márgenes, provocan lecturas y escrituras insumisas a través de este canon historiográfico y de la producción académica/científica aún basada en la racionalidad occidental.

Palabras clave: mujeres en los márgenes; escritura de la historia; cambios teóricos, epistemológicos y metodológicos.

Para início de conversa: um panorama do lugar de onde eu falo...

O lugar de fala é um lugar de pertencimento.
(Vilma PIEDADE, 2017, p.17)

Sou uma mulher branca, cisgênero, heterossexual, feminista, filha, mãe, professora, pós-graduada e de um cenário urbano periférico. Desde minhas primeiras incursões pela pesquisa, me aventurei nas interlocuções entre minha militância e ativismo em movimentos sociais com o fazer histórico. Assim, a aproximação com movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária me possibilitou transformar o ativismo em objeto de reflexão a partir da graduação em História. Percorrer territórios outros e vivenciar experiências distintas das minhas, em vista das minhas localizações, anunciadas acima, demandaram a busca por outros referenciais e metodologias para a construção de uma "ponte" entre esses "mundos".

Essa ponte, ainda em constante processo de construção, desconstrução e reconstrução, me enveredou por caminhos distintos daqueles iniciados nos primeiros exercícios de pesquisa e reflexão. Da incorporação de bibliografias sobre a questão agrária, a modernização, as identidades e representações sobre o rural e dos/das trabalhadores/trabalhadoras rurais sem terra, à uma escuta cada vez mais sensível e atenta às narrativas de mulheres sem terra, houve um processo de desvelamento de outras matrizes de conhecimento que não aquelas já definidas e percorridas pela historiografia.

Cada vez mais compreendi que minha pesquisa é situada, não apenas pela formação acadêmica e pelas leituras realizadas dos cânones historiográficos e acadêmicos de áreas afins, mas principalmente pelo lugar que ocupo em face de minhas marcações, experiências e de diálogos com outras mulheres, com outras trajetórias e epistemes. Dessa maneira, trilho um caminho de construção de uma pesquisa engajada (Rhada D'SOUZA, 2010), corporificada e localizada (Donna HARAWAY, 1995; Ilana LÖWY, 2000) e a partir de um ponto de vista feminista (Patrícia Hill COLLINS, 2016).

Assim, ao me aventurar pela pesquisa de doutoramento acerca das narrativas e trajetividades de mulheres sem terra em Goiás, sou desafiada a realizar necessários deslocamentos teóricos e epistemológicos que me possibilitem estabelecer a interlocução com essas mulheres. O intuito de enveredar nas tramas históricas de suas vidas-travessias é o de descortinar práticas feministas no cotidiano de luta, trabalho e (re)existência. Para tanto, busco por meio

do entrecruzamento entre a metodologia da história oral, da metodologia da proximidade e da metodologia participativa feminista, a imersão em seus fazeres e saberes para compreender como suas tramas históricas individuais e coletivas são tecidas e se entrelaçam com as estruturas que delineiam a história agrária, a história dos movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária e os feminismos em Goiás e no Brasil. Desse modo, é na percepção dos atravessamentos destas estruturas em seus corpos e de como as intersecções entre gênero, raça, classe, geração, sexualidade, desterramento, entre outros eixos de subordinação, que identifico suas posições enquanto sujeitas históricas e políticas, ao mesmo tempo que estabeleço a interlocução entre o meu eu-pesquisadora e suas narrativas enquanto mulheres sem terra nos rincões de Goiás.

Em vista dessas considerações iniciais, proponho evidenciar como todos estes elementos são combinados na constituição de uma pesquisa e escrita histórica que "transborde" os cânones tradicionais e aponte direções múltiplas para a interpretação dos sentidos atribuídos às experiências e trajetórias de sujeitos e sujeitas às margens. O ponto de partida para a presente reflexão é a própria composição da margem. Nesse sentido, me aproprio das palavras potentes de bell hooks (2019), para quem:

> Estar na margem é fazer parte de um todo, mas fora do corpo principal.
>
> [...]
>
> E por viver como vivíamos – nas extremidades – desenvolvemos um modo particular de enxergar as coisas. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora. Focávamos nossa atenção no centro assim como na margem. Compreendíamos ambos. Essa forma de ver nos lembra da existência de todo um universo, um corpo principal com sua margem e seu centro. Nossa sobrevivência depende de uma conscientização pública contínua da separação entre margem e centro e de um contínuo reconhecimento privado de que nós somos uma parte necessária, vital, desse todo. (HOOKS, 2019, p. 23).

É na tessitura de um olhar privilegiado sobre a vida, as experiências e corporalidades que vislumbro a(s) escrita(s) insubmissas da(s) história(s). Se para Gayatri Spivak (2010) os subalternos não podem falar, parto da premissa que as mulheres com quem dialogo são subalternizadas e não subalternas, haja vista o/a subalterno/a não ter voz. Assim, a escrita da história que ouso aqui anunciar, se aproxima da perspectiva de Marta Rovai (2021), para quem as mulheres subalternizadas:

> (...) ousam dizer, fazem ruído, gritam e circulam fora do circuito de produção do conhecimento na Academia e em outras instituições, muitas vezes, excluidoras. Constituem alianças e cobram de nós, continuamente, posicionamento político na reinvenção de uma ciência que nunca foi neutra e que é atravessada por muitas relações de poder e de colonização de saberes que envolvem, inclusive, os debates de gênero. (ROVAI, 2021, p. 17-18).

No sentido de compreender as possibilidades e potencialidades dessa(s) história(s) insubmissa(s), o presente artigo é estruturado em duas partes. Na primeira, realizo um panorama sucinto da matriz histórica hegemônica, no sentido de identificar algumas das iniciativas de incorporação dos/das sujeitos/ sujeitas às margens, especificamente evidenciando a passagem de uma história das mulheres e das relações de gênero para uma perspectiva feminista, decolonial e interseccional. Em um segundo momento, procuro evidenciar como as intersecções de raça, classe, gênero, geração, desterramento, entre outros marcadores, que atravessam os corpos dessas mulheres às margens, provocam leituras e escritas insubmissas mediante o cânone historiográfico e a produção acadêmico/científica ainda pautada na racionalidade ocidental.

Escrita(s) de uma "outra" história: as margens no campo historiográfico

> *- A gente combinamos de não morrer!*
>
> *(...)*
>
> *Não sei por que o medo, pensou Bica. Se ao menos o medo me fizesse recuar; pelo contrário, avanço mais e mais na proporção desse medo. É como se o medo fosse uma coragem ao contrário. Medo, coragem, coragemedo, coragemedo de dor e pânico*. (Conceição EVARISTO, 2016, p. 99-100).

É por meio desse medo e coragem, narrado por Conceição Evaristo, que sujeitas e sujeitos às margens sobreviveram e sobrevivem aos silenciamentos e invisibilizações de suas histórias e vivências, negadas pelos cânones das ciências humanas e sociais. Seus corpos, tragados pelas violências físicas e epistêmicas, resistem e (re)existem por meio de suas potências. Não morreram e não morrerão, ainda que o sistema, as estruturas políticas e sociais, os epistemicídios e a desumanização sejam uma constante ao longo da história e da produção acadêmica. Mesmo não representadas/os nos livros e nas grandes mídias, suas vozes potentes ressoaram e se fizeram ouvir,

impulsionando o "encontro entre a história acadêmica e a história reflexionada fora dos muros das universidades" (Marina Vieira de CARVALHO, 2021, p. 11).

Essas sujeitas e sujeitos foram visibilizadas/os devido não somente à uma sensibilização por parte dos/das historiadores/as, mas pelas pressões exercidas por meio de suas mobilizações e suas constituições enquanto sujeitos/as políticos/as, e nesse processo se aperceberam também como sujeitos/as históricos/as. Assim, provocaram rupturas e transformações nos modos de produção da ciência e da própria história. Desvelaram a posicionalidade de quem produz a ciência e a história, identificaram as intencionalidades e interesses por traz de cada seleção, perspectiva e recorte, questões estas cada vez mais presentes no cerne das reflexões sobre os campos teórico, metodológico e epistemológico dos produtores do(s) conhecimento(s). Destarte, estes apontamentos colocam cada vez mais em xeque o que Marina Carvalho nos informa sobre a "monocultura do saber e do rigor científicos":

> O que significa afirmar que a "identidade dos índios e das mulheres é definida de fora" (Cusicanqui, 2019)? Significa compreender e admitir, começando para si mesmo, que a produção acadêmica sobre os significados e usos do nosso passado é organizada pela *monocultura do saber e do rigor científicos* (Santos, 2002), a qual nega a visibilidade e inteligibilidade a todas as formas de conhecimento que não se encaixam nos critérios de verdade instituídos pelas ciências modernas. Em nome da imposição de uma suposta neutralidade do conhecimento, esta monocultura situa as idiossincrasias do sujeito masculino branco como critério exclusivo de legitimidade epistemológica. (CARVALHO, 2021, p. 11-12).

As ciências modernas foram, assim, erigidas a partir da constituição e expansão da matriz colonial de poder da Europa, ocasionada com a conquista da América e fundamentada em uma classificação racial como justificadora da dominação dos corpos e territórios (cf. Aníbal QUIJANO, 2010). A legitimação do colonialismo e da colonialidade do poder é fundada na modernidade filosófica, a partir da localização desta como um fenômeno eurocentrado, o que desloca o epicentro da modernidade do Sul para o Norte global (Enrique DUSSEL, 2010).

Desse modo, a colonialidade foi constitutiva de discursos e práticas delineadoras da modernidade ocidental, sendo esta compreendida como um período mais avançado da civilização, determinando uma hierarquização das sociedades e culturas a partir da experiencia moderna da Europa. A

modernidade é assinalada pelo entretecimento entre os marcadores de civilização com ideias que identificam os povos não europeus, os "outros", como primitivos ou selvagens, assentando assim um *ethos* colonizante (Nelson MALDONADO-TORRES, 2018). Para Maldonado-Torres, a alegação é que o significado e a estrutura de instituições, práticas e representações simbólicas são pressupostas por conceitos de progresso, soberania, sociedade, subjetividade, gênero e razão, "entre muitas outras ideias-chave que têm sido definidas como pressuposto de uma distinção fundamental entre o moderno e o selvagem ou primitivo, hierarquicamente entendidas ou não" (*ibid*., p. 30). É a marca do humano como definidora dos/as sujeitos/as, das relações, instituições e estruturas sociais (LUGONES, 2014).

Como desdobramento, funda-se uma epistemologia ocidental, universalizada e homogeneizada mundialmente, provocativa do epistemicídio das comunidades não ocidentais (cf. Boaventura de Sousa SANTOS, 2010; Sueli CARNEIRO, 2005; QUIJANO, 2010). Tal epistemicídio é representativo da permanência/ continuidade do pensamento moderno ocidental que opera, de acordo com Santos (2010), por "linhas abissais". Configurando-se, a geopolítica e corpo-política ocidental e colonizadora dos saberes, das epistemes e das formas de composição dos/das sujeitos/as e suas instituições, instituídas pelas vias da colonialidade do ser e saber (cf. MALDONADO-TORRES, 2018).

No bojo da epistemologia ocidental, a operação historiográfica foi estabelecida a partir de regras de seleção e exclusão dos corpos dissonantes do projeto colonial, moderno, capitalista, branco, masculino, cisteheternormativo e hegemônico. Por meio de critérios de verdade definidos por esse sujeito universal, moderno e criador e detentor dos cânones, foi determinado o "verdadeiro conhecimento", tornando-se incompreensíveis, inteligíveis, inenarráveis "outras racionalidades, temporalidades, cosmovisões, sensibilidades, experiências e representações, específicas de sujeito(a)s subalternizado(a)s" (CARVALHO, 2021, p. 12).

Dessa maneira, a história enquanto ciência foi fundada sob uma perspectiva eurocêntrica e eurocentrada, dimensionada no processo de determinação do "Outro" do ocidente e por meio de narrativas excludentes das experiências históricas dos não-europeus. A escrita da história do Ocidente, assim, se pretendeu universal, imparcial e sob uma pretensa neutralidade científica, estruturada a partir do método histórico centrado na ideia de comprovação. Destituindo, a priori, os povos não europeus de historicidade

e inteligibilidade frente à marcha da história europeia, que se tornou o padrão, o modelo de progresso, desenvolvimento e devir histórico para todas as demais sociedades.

Os grandes feitos e os grandes homens foram eleitos como objetos de estudo e reflexão de uma narrativa histórica eventual, escatológica e linear. Na curva da história permaneceram mulheres, indígenas, negras/os, trabalhadoras/es, quilombolas, camponeses/as, enfim pessoas "comuns" e subalternizadas pela ótica masculinista, branca, androcêntrica, ocidental e colonial do fazer histórico.

Sem esgotar a reflexão, é importante ressaltar que a produção de uma história pretensamente universal, foi alvo de constantes críticas ao longo do seu processo de constituição a partir do século XVII. Focalizando os grupos subalternizados, excluídos da história oficial, diplomática, nacionalista, destaco algumas produções e/ou movimentos significativos no decorrer do século XX e XXI.

Desde o surgimento dos *Annales* nos anos 1930 há um processo de expansão e fragmentação do campo historiográfico, estabelecido por meio da crítica ao chamado "paradigma" tradicional, pautado essencialmente na construção de uma história política e diplomática (cf. Peter BURKE, 1992). Assim, a história de grandes feitos e de grandes homens foi questionada com base em uma perspectiva da história que se interessou por todas as dimensões da vida humana. Desse modo, a "nova história" incorporou novos objetos, fontes e temáticas para a escrita da história, tornando o que antes era considerado imutável, como uma "'construção cultural', sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço (BURKE, 1992, p. 11). Assim, os "esquecidos/as" da história passam a compor suas páginas e o horizonte de reflexões e debates de historiadores/as.

Para além do campo da história, Ochy Curiel (2011) identifica mudanças nas ciências sociais a partir de 1945 com a advento da crítica ao ahistoricismo, a não consideração da mudança social e uma crítica ao universalismo ocidental europeu e seu paroquialismo cultural, ao "aplicar conceitos ocidentais a culturas e sociedades não ocidentais uma vez que se questionava a ausência dos grupos oprimidos e marginais; mulheres, grupos racializados e étnicos, sócio-sexuais, etc., na construção histórica" (CURIEL, 2011, p. 04; tradução minha)[2]. A autora identifica como

2. "aplicar conceptos occidentales a culturas y sociedades no occidentales a la vez que se cuestionaba la ausência de los grupos oprimidos y marginales; mujeres, grupos racializados y étnicos, socio-sexuales, etc., en la construcción histórica" (CURIEL, 2011, p. 04).

pioneiros deste pensamento crítico, os intelectuais negros Frantz Fannon e Aymée Cesaire, nos anos 1930 e 1950 respectivamente. Estes propõem um processo de descolonização, compreendida pelos autores, como não apenas a independência das colônias em relação às metrópoles ou entre os países do norte e os países do sul, mas também como um desmonte das relações de poder e de concepções do conhecimento que provocam a reprodução das hierarquias raciais, geopolíticas e de imaginários que foram concebidas no mundo moderno/colonial.

O fim da segunda guerra mundial e a reconfiguração dos territórios e dos estados nacionais, a recomposição geopolítica mundial, os processos de descolonizações de países africanos e asiáticos, o maio de 1968, entre outros diversos eventos que demarcam a segunda metade do século XX, impulsionam uma série de reflexões a partir da crise paradigmática, enfrentada pela ciência moderna (cf. DIEHL, 2002). Uma explosão de memórias e sujeitos/as denegados/as pela racionalidade ocidental, são colocadas na ordem do dia e das reflexões epistêmicas e teóricas. Novas matrizes são compostas de modo a compreender as realidades delineadas no pós-guerra e na emergência dessas/es novas/os sujeitas/os, identidades e representações.

Para Curiel (2011) entre os anos 1960 e 70, estas práticas de enfrentamento mencionadas acima impulsionam as posições críticas. A autora destaca ainda que na América Latina as lutas pela redemocratização e a luta das populações negras e indígenas, provocam a geração de novas concepções no campo do pensamento social; bem como os chamados novos movimentos sociais, como o ecologismo, os feminismos, o pacificismo, os movimentos indígenas e negros, entre outros, colocam novas questões (sexo, raça, etnia, sexualidade, etc) como categorias importantes para se compreender o social a partir de suas demandas identitárias e por reconhecimento. Para Curiel estes são antecedentes importantes para a projeção dos estudos culturais, pós-coloniais, decoloniais e subalternos que tem possibilitado:

> uma resistência crítica e um maior protagonismo de sujeitos e sujeitas de países do chamado Terceiro Mundo que questionam o sujeito único, e as oposições tradição/ modernidade, civilização/ selvageria, desenvolvimento/ subdesenvolvimento, metrópoles/ periferia, lobalização/ localismo, dominação/ dependência, colocando no centro a importância do discurso sobre as representações coloniais, e o gênero, a raça, a sexualidade, somado a classe, ao lugar e ao espaço

> tem sido categorias centrais em todas estas posições críticas (CURIEL, 2011, p. 5-6; tradução minha[3]).

Desse modo, os desdobramentos das resistências de sujeitos e sujeitas às margens se coloca no crescente enfrentamento da permanência de uma história escrita e ensinada centrada na Europa, no ocidente e em homens brancos. Nesta seara, identifica-se ainda, o questionamento da *mentalidade cativa* e da *dependência acadêmica* (Ana Carolina Barbosa PEREIRA, 2018) em relação às produções euroamericanas, a partir de outras leituras e na admissão da convivência entre temporalidades, historicidades e sujeitos/as históricos/as, revelando assim, a necessidade de uma identificação por parte dos historiadores e historiadoras de seu "lugar epistêmico"[4] na escrita e no ensino da história.

Apesar das mudanças na produção historiográfica serem consideráveis desde os *Annales*[5], compreendo que dois discursos e práticas políticas, acadêmicas e epistêmicas são fundamentais para a formulação de história(s) insubmissa(s): as epistemologias feministas e os estudos decolonias.

Em relação às epistemologias feministas, estas são erigidas no bojo dos feminismos contemporâneos, propondo desde a integração do universo feminino ao conjunto social até a subversão dos paradigmas teóricos vigentes (cf. Guacira Lopes LOURO, 2014). Ao ensejaram a necessidade de

3. "resistencia crítica y un mayor protagonismo de sujetos y sujetas de países del llamado Tercer Mundo que cuestionan el sujeto único, y las oposiciones tradición/modernidad, civilización/salvajismo, desarrollo/subdesarrollo, metrópolis/periferia, globalización/localismo, dominación/ dependencia colocando en el centro la importância del discurso en la representaciones coloniales, y el género, la raza, la sexualidad, sumado a la clase, al lugar y al espacio han sido categorías centrales en todas estas posiciones críticas" (CURIEL, 2011, p. 5-6).
4. A autora propõe uma ampliação do debate sobre o "lugar social" dos historiadores e historiadoras, proposto por Michel de Cearteu, a partir de uma leitura decolonial. Pereira argumenta que o lugar social de Certeau tem um alcance limitido, apesar de desvelar os "bastidores" da produção historiográficas e as relações de poder implícitas à instituição histórica e seus espaços e ativas na fundação e perpetuação dos institutos, faculdades, departamentos, núcleos de pesquisa, grupos, associações, entre outros. Desse modo, dialogando com a concepção de lugar social de Grosfoguel e Bernandino-Costa, a categoria de lugar social não afirma o locus (epistêmico) de enunciação, já que é necessário um compromisso ético-político e ainda o compromisso com a elaboração de um conhecimento contra hegemônico.
5. Sem esgotar o debate, faço aqui referência ao que Jim Sharpe (1992) identifica como uma "história vista de baixo". Publicações de autores e autoras como Edward P. Thompson, Nathalie Zemon Davis, Cristopher Hill, Carlo Ginzburg, entre outros e outras, ensejaram a incorporação não apenas das pessoas "comuns", como também impuseram reflexões fundamentais para o fazer histórico e o instrumental teórico e metodológico. Assim, se delineia no decorrer do século XX e XXI mudanças significativas na cultura historiográfica, como uma virada rumo ao cultural, a preocupação com o discurso, com a narratividade, o texto, entre outros elementos fundantes dos debates atuais, a esse respeito cf. DIEHL, 2002; José D'Assunção BARROS (2010).

"apreensão singular da dinâmica sexuada das relações sociais, desmistificando a tradição intelectual e científica que as havia excluído até então de seus locais de produção" (Francine DESCARRIÈS, 2000, p. 10), provocaram o questionamento do caráter universalista e androcêntrico da produção da ciência, dos saberes dominantes, denunciaram o sexismo operante na estruturação do saber, das ciências e das relações sociais e desmistificaram as relações de poder constitutivas da produção dos saberes (cf. Diva do Couto MUNIZ, 2015). Desse modo, as feministas engendraram a produção de uma nova linguagem e um novo campo epistemológico.

A epistemologia feminista em convergência com o pensamento pós-moderno balizou a desconstrução do viés identitário e essencialista dos conceitos operados nas Ciências Humanas, assim como corroborou para "questionar e evidenciar a operacionalidade do saber ocidental, informado por relações de poder e fundamentado em categorias reflexivas fechadas, a-históricas, que não permitem pensar a diferença" (MUNIZ, 2015, p. 319).

Em face das críticas internas da História e da construção da epistemologia feminista inspiradas pelo pensamento foucaultiano, houve uma reformulação dos fundamentos da disciplina histórica, a apreensão de dimensões e objetos até então obscurecidos nas narrativas e expressões capazes de evocá-los discursivamente (MUNIZ, 2015). Em face dessas redefinições, a história das mulheres foi se constituindo enquanto um campo de estudos fundamental para a reflexão sobre as mulheres na história e a produção histórica de mulheres. Para Joan Scott (1990), o trabalho de incorporação das mulheres na história, não poderia se limitar a dar visibilidade e dizibilidade a estas, mas demanda uma mudança epistemológica, uma ruptura com o saber disciplinar androcêntrico. O que ainda é permeado por tensionamentos, disputas, preconceitos e dificuldades de legitimação.

Estas reflexões em torno do modo como a produção dos conhecimentos, da ciência e da história são operados a partir de um viés universalista, masculinista e androcêntrico, trouxeram à cena o debate necessário em torno das inscrições em que os e as intelectuais se localizam, demarcando uma postura a favor de um conhecimento situado e posicionado (HARAWAY, 1995). Além disso, trouxeram para o debate não apenas a necessidade de incorporar as mulheres na história, mas fundamentalmente em problematizar as condições em que estas foram excluídas e ainda a necessidade de pensá-las como produtoras de conhecimento histórico, revelando assim a dimensão corporificada da escrita da história.

Apesar das inúmeras contribuições ensejadas por esses embates propostos pelas feministas, Ana Maria Veiga (2020) evidencia que a emergência de novas demandas sociais, políticas e culturais erigidas pelas "outras" do feminismo, a partir do movimento de mulheres negras e de mulheres LGTBQIA+, colocaram em questão o próprio conceito de feminismo, fundamentado também em uma matriz ocidental, branca e heteronormativa. Emergem, neste cenário, "feminismos" "demarcando diferenças, ampliando territórios e se tornando uma espécie de guarda-chuva político capaz de abarcar movimentos e sujeitos distintos por meio de coalisões, da busca conjunta de uma coexistência pautada no respeito, na visibilidade e na luta por direitos" (VEIGA, 2020, p. 03).

As críticas contundentes à pretensa universalidade da categoria mulher e a identificação das desigualdades de gênero como elemento unificador e homogeneizador das experiências das mulheres, contingenciaram os feminismos plurais a partir da multiplicidade de localizações das mulheres em diferentes partes do mundo e em distintas condições. Uma das categorias fundamentais erigidas neste contexto, é a da interseccionalidade como forma de compreender as avenidas identitárias em que as mulheres negras se localizam, haja vista suas marcações enquanto mulher e negra, enfrentando de uma maneira diferenciada tanto o sexismo, quanto o racismo e o classismo (cf. Carla AKOTIRENE, 2019; VEIGA, 2020). Neste sentido, as epistemologias feministas negras provocaram o deslocamento do eixo de discussão dos feminismos brancos, ocidentais e hegemônicos, centrado no gênero, para a ampliação a partir de como as mulheres vivenciam de formas distintas os eixos de subordinação e o quanto estes atravessam as suas vivências. Questões estas já percorridas por Lélia Gonzalez:

> (...) apesar das contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão graves como a sofrida pela mulher: as de caráter racial. (...) Mas o que realmente se constata, na leitura dos textos e da prática feminista, são referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial. (...) Cabe, então, a pergunta: como se explica esse "esquecimento" por parte do feminismo? A resposta, na nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos nós, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade. (GONZALEZ, 2020, p. 40-41).

Desse modo, mulheres racializadas e subalternizadas evidenciaram os limites dos feminismos hegemônicos e ocidentais, sendo tais críticas também articuladas pelas mulheres do Sul global. Por meio da crítica decolonial[6], e não somente, as mulheres latino-americanas desvelaram o caráter colonialista, racista e salvacionista desses feminismos, haja vista que o adentramento destas perspectivas e lutas corroboraram com a subordinação e exploração das mulheres racializadas e pobres da América Latina (cf. Julieta Paredes CARVAJAL, 2020). Alinhados as lutas de mulheres indígenas, quilombolas, trabalhadoras, imigrantes, camponesas, entre outras, Julieta Paredes Carvajal propõe uma reconceitualização do feminismo, entendendo este como *"a luta e a proposta política de vida de qualquer mulher em qualquer lugar do mundo, em qualquer etapa da história, que tenha se rebelado diante do patriarcado que a oprime"* (ibid., p. 195; grifo da autora). Desse modo, a autora permite atribuir a diferentes mulheres em distintos lugares e posições, a prerrogativa de feministas, rompendo com o exclusivismo do feminismo ocidental.

No sentido da descolonização dos corpos, territórios e conhecimentos, a perspectiva decolonial emerge na América Latina, em diálogo com as críticas já estabelecidas pelos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos, como uma produção teórica crítica aos saberes hegemônicos da Europa-branca-ocidental. Seus esforços se direcionam para a análise histórica das relações de dominação e opressão geradas pelo colonialismo - dominação e opressão sempre articulados com o sistema capitalista, originando a situação de colonialidade. Por sua vez, a colonialidade é compreendida por Quijano (2010) como um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista, esta sustenta-se "na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal" (QUIJANO, 2010, p. 84). O grande desafio é romper com a colonialidade não apenas no campo epistêmico, mas também político, cultural, econômico e das subjetividades, sendo assim, a crítica decolonial não está restrita ao teórico, mas a práticas políticas e educativas de enfrentamento desses processos violentos de subordinação à matriz colonial/moderno/capitalista de poder.

Na "costura" entre os feminismos e a perspectiva decolonial, é tangenciada a proposta de um feminismo de(s)colonial a partir da proposição de

.....

6. Sobre os estudos decoloniais ou giro decolonial, cf. Luciana Ballestrin (2013).

María Lugones (2014). Lugones propõe a ampliação da análise quijaniana em relação à colonialidade, problematizando o conceito de gênero operacionalizado pelo autor de maneira limitada e ainda em uma concepção ocidental e binária do mesmo. A autora afirma que o processo de colonização e a colonialidade, impôs às mulheres racializadas e desumanizadas um regime colonial de gênero, o que deflagra o caráter exógeno do gênero, alheio às mulheres colonizadas. Desse modo, o sistema colonial de gênero têm desdobramentos na contemporaneidade, já que estas são subordinadas dentro de uma lógica patriarcal, binária, heteronormativa que não lhes traz pertencimento, mas ao contrário as localiza em um lugar de subalternidade e desumanização. O que reafirma as limitações do feminismo ocidental para lidar com as questões prementes das mulheres do Sul global, impulsionando a proposta de um feminismo que:

> (...) se torna cúmplice e se alimente dos movimentos de comunidades que no continente impulsionam processos de descolonização e restituição de genealogias perdidas, que assinalam a possibilidade de otros significados da vida em comunidade e reelaboram os horizontes de utopia conhecidos e avaliados universalmente. (Yuderkis Espinosa MIÑOSO, 2016, p. 146).

Apesar de não adentrarmos a ampla discussão em relação às duas perspectivas, importa afirmar que tais questionamentos ensejados por ambos abrem espaço para um campo de possibilidades de narrativas históricas e de apropriação de experiências diversas no tempo e no espaço, descortinando o caráter universal, colonial, heteronormativo, branco, ocidental e masculino da história produzida e ainda presente nos cânones historiográficos. Interessa ainda, evidenciar que há também uma demanda por romper com a centralidade da história (ciência) enquanto único locus de enunciação das experiências humanas no tempo. Cada vez mais surgem vozes dissonantes a projetos colonizadores e modernizantes que entoam os arautos da racionalidade ocidental.

Por história(s) insubmissa(s)

> Histórias importam. Muitas histórias importam.
>
> Histórias têm sido usadas para expropriar e ressaltar o mal. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem

> destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida.
>
> (...)
>
> Eu gostaria de finalizar com esse pensamento: Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso. (Chimamanda Ngozi ADICHIE, 2019, p. 62)

Os perigos de uma história única apontados pela escritora e feminista nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie se direcionam à construção de estereótipos de pessoas e/ou lugares, os localizando em uma perspectiva cultural e identitária distorcida. Desde a África, Adichie evidencia como esse olhar ocidental homogeneizador localiza os corpos, as histórias e posicionalidades dos e das sujeitos e sujeitas a partir de um único referencial, o branco, euroamericano. Ao encontro das questões já apontadas no tópico anterior, a autora desvela como tais narrativas são expressões das relações de poder estabelecidas entre o Norte global e o Sul global, em que as hierarquizações não apenas demarcam os lugares sociais, mas ainda impõem epistemologias e formas de produzir o conhecimento alheias às vivências e realidades locais.

Dessa maneira, o "poder" de enunciação desses discursos e narrativas históricas pautados desde o Ocidente, determina os lugares sociais ocupados pelas populações racializadas a partir dessa matriz moderna e colonial, como já posto. Estabelece ainda às sujeitas e sujeitos do Sul global e das margens do Norte global, o lócus da subalternização. Operando na desconstrução de tais pressupostos e práticas, as epistemologias feministas e os estudos decoloniais possibilitam construir novos aportes teóricos, epistemológicos e metodológicos para que a incorporação das experiências dessas populações subalternizadas não se transformem mais uma vez em objeto de estudo, mas na identificação das potencialidades de suas narrativas e epistemologias, os compreendendo não apenas como protagonistas de suas próprias histórias, mas também como produtores/as destas.

Nas frestas da história, insurgem narrativas de mulheres consideradas as "outras", as "subalternas". Apesar de terem sido historicamente silenciadas, essas mulheres insistem em falar e serem faladas. Suas potentes vozes nos desafiam enquanto historiadoras e historiadores, conforme salienta Marina Vieira Carvalho (2021), a estabelecer uma relação não extrativista sobre suas histórias e saberes, e sim um exercício de interculturalidade crítica. Cada

vez mais colocam em xeque a prerrogativa de que para "ter voz" é preciso o intermédio dos privilegiados, haja vista que não são subalternas, e sim subalternizadas.

> Isso significa considerar que elas não são pessoas desprovidas de voz, porque esta a elas pertence, mas que lhes falta muita vezes o espaço para falar – o qual lhes é, geralmente, vedado, mas insistentemente ocupado – e a disposição para a escuta por parte de uma comunidade de ouvintes. Significa, ainda, levar em conta e questionar o papel do intelectual (e aqui a palavra no masculino é marca de poder), que se coloca como tendo o direito de falar no lugar do "outro" (tendo a mulher como a "outra" do "outro"), conceito criado para legitimar sua autoridade sobre um(a) sujeito(a) tornado(a) objeto de sua pesquisa e transformado(a) em seu oposto. (ROVAI, 2021, p. 17).

No tensionamento com a autoridade do intelectual, as mulheres e suas narrativas insurgentes reposicionam a hierarquização dos saberes exposta na relação entre sujeito e objeto. De um lado, o/a pesquisador/a, com seu arsenal científico; do outro, as populações subalternizadas que são mesuradas, inquiridas, quantificadas, em nome do "verdadeiro" conhecimento. Ao encontro da perspectiva decolonial, é preciso transbordar tal perspectiva que objetifica e desumaniza os sujeitos e sujeitas subalternizados e subalternizadas, haja vista que elaboram também narrativas explicativas e discursivas em torno de suas realidades e experiências.

São narrativas que, para além de anunciar suas subordinações e as consequentes dores das violências que estes atravessamentos acarretam, manifestam propostas emancipatórias. Compreendo, ao encontro do disposto por Karine de Souza Silva (2020) , que essas mulheres insurgentes e insubmissas, falam a partir de um lugar epistêmico situado que nos incita a aprender com suas lutas, experiências e vivências. São corpos assim atravessados por "recortes, histórias, agências e memórias que se auto-determinam; a escrita se torna rota de fuga desses corpos-políticos que transmigram para a autonomia (NASCIMENTO, 1989), e afirmam suas subjetividades rompendo com a submissão colonial" (SILVA, 2020, p. 16).

Considerando todas estas questões apresentadas, identifico nas narrativas das mulheres sem terra em Goiás essa insubmissão em face das subordinações e violências que cercam suas existências, transformando a dor em potência e rebeldia para seguir na luta e (re)existência. Como bem salientado por Dona Natalina, auto-identificada como Vó, mulher sem

terra, aposentada e, no ato da entrevista, no auge dos seus setenta e um anos de idade.

> O peso que a gente sente é a idade, mas é igual eu falei pra você, eu tiro de letra, porque não precisa de ninguém falar pra mim que eu tô velha, eu mesmo sinto, eu mesma vejo o meu rosto, vejo o meu corpo, só que igual eu disse para você, esse espírito de rebeldia que eu tenho, ele é muito forte, ele não me deixa eu ficar deprimida. Se você faz uma coisa comigo aqui que eu não gostei, ou eu respondo, ou eu fico calada, mas um calada assim, eu levanto e saio, bem de maneiras diferentes daquela que eu sentei. Parece que quando eu fui nascer, era pra mim vim um homem, e aí deus falou não posso deixar vir homem porque se for homem ela vai fazer muita bramura, então vamos por ela mulher. Porque eu gosto de desafiar, eu gosto de desafio. (VÓ. Entrevista realizada em 10 de janeiro de 2020, no Acampamento Leonir Orbak, Santa Helena de Goiás).

Nas entrecruzilhadas entre gênero, classe, geração e desterramento, Vó transita de uma posição de subalternização para a emancipação, por meio do enfrentamento das normatizações de gênero e das desigualdades sociais históricas. Sua luta pela terra acende a chama já presente da "rebeldia", que desconstrói os lugares sociais já estabelecidos. Dessa maneira, a personagem Vó é protagonista de sua própria história e me convoca a estes deslocamentos tão necessários para se compreender os corpos-políticos e corpos-territórios que demandam uma escrita insubmissa da história, já que:

> Corpos-territórios políticos transgridem as fronteiras e territorialidades do não lugar acadêmico, e se tornam sujeitos, ao passo que se despedem da condição de objetos de estudo e de classificação. É o despertar da longa noite (FANON, 1968) da dualidade corpo-mente; é um re-Orí-entar que toma forma de emancipação. Agora, corpos-vidas, não mais corpos-objetos, circulam livremente na Universidade e contam suas versões da história, rompendo com a injustiça cognitiva, numa prova de resistência à desumanizaçao, aos não-lugares. (SILVA, 2020, p. 16).

À guisa de conclusão

Assim, os múltiplos caminhos e descaminhos da produção historiadora revelou um abandono da história estrutural a favor de histórias culturais (cf. DIEHL, 2002; 2008). Apesar da ampliação do campo historiográfico e da busca incessante por novas chaves explicativas das realidades múltiplas,

dissonantes e fugidias que compõem as sujeitas e sujeitos históricas e históricos, a história escrita e ensinada ainda é "assombrada" pelas marcas da colonialidade, do euroamericanocentrismo, universalismos, dos epistemicídios, pela racionalidade instrumental e por seu viés branco, masculino e heteronormativo.

Ainda que haja, dessa maneira, rupturas na forma de escrever, ensinar e pensar a própria história enquanto ciência, as permanências infligem sobre os corpos dissidentes e as narrativas dissonantes, um olhar de "desconfiança" e, muitas vezes o silenciamento, em nome da defesa da "autoridade" de sua fala. É preciso ainda que a história aproprie-se do desafio estabelecido pela história oral de continuar inscrita na luta pela democracia das vozes que compõem não apenas o fazer histórico (cf. André GATTAZ et al., 2019), mas ainda no entendimento do caráter público dessas diversas narrativas sobre o tempo e as posições dos e das sujeitos e sujeitas no tempo e no espaço, na constituição das temporalidades e historicidades plurais. Desse modo, é compreender que a produção da história não se restringe ao domínio apenas dos especialistas, mas pelos produtores e produtoras de histórias em diferentes espaços e contextos.

É necessário ainda que a produção do conhecimento e a escrita da história, dimensionada a partir de uma perspectiva feminista, decolonial e interseccional, esteja comprometida com as populações mais vulneráveis e com o enfrentamento da colonialidade, que retroalimenta processos de exclusão e inferiorização dos/das sujeitos/as racializadas e subalternizadas. Para tanto, as epistemologias feministas e decoloniais são compreendidas como possibilidade de orientação para a articulação de projetos emancipatórios. Como nos ensina bell hooks (2013), a teoria é uma forma de cura, de compreender e transformar a realidade que nos mediatiza. Assim, as escolhas teóricas e metodológicas são decisões políticas e devem estar orientadas para a descolonização das mentes, dos corpos e dos tempos-espaços em que a escrita se torna insurgente e insubmissa.

Referencias

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Col. Feminismos Plurais).

BALLESTRINI, Luciana. "A América Latina e o giro decolonial". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11, Brasília, maio-agosto de 2013, pp. 89-117. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/abstract/?lang=pt. Acesso em 20 ago. 2021.

BARROS, José D'Assunção. "As crises recentes da historiografia". *Diálogos*, DHI/PPH, UEM, v. 14, n. 01, pp. 133-158, 2010. Disponível em https://www.redalyc.org/pdf/3055/305526880006.pdf. Acesso em 20 ago. 2021.

BURKE, Peter. "Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro". In: BURKE, Peter. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, pp. 7-37.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro com não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2005.

CARVAJAL, Julieta Paredes. "Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental". In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, pp. 193-204.

CARVALHO, Marina Vieira de. "Prefácio – Femininos de(s)coloniais e a ampliação da imaginação epistemológica: diálogo entre saberes". In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Escutas sensíveis, vozes potentes: diálogos com mulheres que nos transformam*. Teresina: Cancioneiro, 2021, pp. 11-17.

COLLINS, Patrícia Hill. "Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro". *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, nº 01, pp. 99-127, janeiro/abril 2016. Disponível em https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 17 jul. 2021.

CURIEL, Ochy. "Género, raza, sexualidad: debates contemporâneos". In: *Conferencia Magistral, em el marco de la especialización maestria de estúdios de la mujer*. N1, 2011, Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco, México. Disponível em: http://www.urosario.edu.co/Subsitio/CatedradeEstudiosAfrocolombianos/Documentos/13-Ochy-Curiel—-Genero-raza-y-sexualidad-Debates-.pdf. Acesso em 25/07/2021.

DESCARRIÈS, Francine. "Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural". *Textos de História*, vol. 8, nº 1, 2000.

DIEHL, Aston Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. São Paulo: EDUSC, 2002.

_____. "Ideias de futuro no passado e cultura historiográfica da mudança". *História da historiografia*, vol. 01, nº 01, agosto de 2008. Disponível em https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/issue/view/3. Acesso em 30 ago. 2021.

D'SOUZA, Radha. "As prisões do conhecimento: pesquisa ativista e revolução na era da 'globalização'". In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 145-171.

DUSSEL, Enrique. "Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade". In: SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 341-395.

EVARISTO, Conceição. "A gente combinamos de não morrer". In: *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2016, pp. 99-109.

GATTAZ, André *et al*. "A história oral nos vãos da democracia". In: GATTAZ, A. MEIHY, José Carlos B. SEAWRIGHT, Leandro (orgs.). *História oral: a democracia de vozes*. São Paulo: Pontocom, 2019, pp. 9-16.

GONZALEZ, Lélia. "Por um feminismo afro-latino-americano". In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, pp. 38-51.

HARAWAY, Donna. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, nº 05, pp. 07-41, 1995. Disponível em https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em 17 jul. 2021.

HOOKS, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019 (Palavras Negras).

_____. "A teoria como prática libertadora". In: *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013, pp. 83-104.

LOURO, Guacira Lopes. "A emergência do gênero". In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 18-40.

LÖWY, Ilana. "Universalidade da ciência e conhecimentos 'situados'". *Cadernos Pagu*, nº 15, pp. 15-38, 2000. Disponível em https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs /index.php /cadpagu /article/view/8635360. Acesso em 17/07/21.

LUGONES, María. "Rumo a um feminismo descolonial". *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 22, nº 3, p. 935-952, setembro-dezembro/2014. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755. Acesso em 24/07/2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. "Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas". In: BERNARDINO-COSTA, Joaze. MALDONADO-TORRES, Nelson. GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, pp. 27-53.

MIÑOSO, Yuderkis Espinosa. "De por que és necessário un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidade". *Solar*, año 12, vol. 12, nº 01, Lima, 2016, pp. 141-171. Disponível em: http://revistasolar.org/wp-content/uploads/2017/07/9-De-por-qu%C3%A9-es-necesario-un-feminismo-descolonial...Yuderkys-Espinosa-Mi%C3%B1oso.pdf. Acesso em 20 ago. 2021.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. "Feminismos, epistemologia feminista e história das mulheres: leituras cruzadas". *OPSIS*, 15(2), 316-329, 2015. Disponível em Disponível em https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/34189#.W6aPBmhKjIU. Acesso em 10 jun. 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. "Por uma história do homem negro". In: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, 2006, pp. 93-98.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. "Precisamos falar do lugar epistêmico na Teoria da História". *Tempo & Argumento*, Florianópolis, vo. 10, n. 24, pp. 88-114, abr/jun. 2018. Disponível em https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310242 0180 88/8521. Acesso em 30 jul. 2021.

PIEDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Nós, 2017.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder e classificação social". In: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 84-130.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. "Apresentação". In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Escutas sensíveis, vozes potentes: diálogos como mulheres que nos transformam*. Teresina: Cancioneiro, 2021, pp. 17-24.

RÜSEN, Jörn. "Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história". *História da historiografia*, nº 02, março de 2009, pp. 163-209. Disponível em http://www.joern-ruesen.de/5.213_How_to_make_sense_brasilianisch.pdf. Acesso em 30/07/2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes". In: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil para análise histórica". *Educação & Realidade*, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/18505 8/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em 20 jun. 2021.

SHARPE, Jim. "A história vista de baixo". In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp. 1992, pp. 39-61.

SILVA, Karine de Souza. "Prefácio: Insurgências contra-coloniais e amefricanização da universidade". In: MORTARI, Claudia. WITTMAN, Luisa (orgs.). *Narrativas insurgentes: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos*. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020, pp. 9-18 (Selo Nyota, Col. Aya, vol. 1).

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VEIGA, Ana Maria. "Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates". *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, jan./abr. 2020. Disponível em https://revistas.udesc.br index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0101. Aceso em 31 ago. 2021.

Recebido em 31 de agosto de 2021.
Aprovado em 25 de setembro de 2021.

HISTÓRIA DE MOÇAS MUITO "FOGOSAS" E "SABIDAS": SEXUALIDADE DE MOÇAS POBRES NO INTERIOR DA BAHIA (FEIRA DE SANTANA, 1940-1960)

HISTORY OF GIRLS VERY "FOGOSAS" AND "SABIDAS": POOR GIRL'S SEXUALITY BAHIA'S COUNTRYSIDE (FEIRA DE SANTANA,1940-1960)

HISTORIA DE NIÑAS MUY "CALIENTES" Y "CONOCEDORAS": SEXUALIDAD DE NIÑAS POBRES EN EL INTERIOR DE BAHÍA (FEIRA DE SANTANA, 1940-1960)

Alessandro Cerqueira Bastos[1]
Andréa Rocha Rodrigues Pereira Barbosa[2]

Resumo

Este artigo buscará, de maneira parcial e provisória, descrever e explicar o universo inusitado e dinâmico das práticas sexuais e afetivas de jovens, homens e mulheres, pertencentes aos segmentos populares de Feira de Santana, uma cidade do interior baiano, entre os anos de 1940 e 1960. Para tanto, pautaremos nossas reflexões a partir da análise de alguns processos-crime da tipologia sedução, levando a cabo o estudo de certos casos, porém sem perdermos de vista a contínua conexão existente entre as macro e microescalas, ou seja, sem ignorar o chamado todo social. Além disso, operamos a partir das intersecções entre classe, raça, idade/geração, espaço e gênero para melhor compreendermos estratégias de respeitabilidade que foram acionadas principalmente pelas moças pobres, muitas das quais negras, para positivarem a si mesmas nos autos dos processos de sedução. Além disso, verificamos que as fases da vida como infância, juventude e adultez não são unívocas e, por isso, foram ressignificadas de maneiras diferentes ao longo da pesquisa e, embora a referência biológica fosse uma regra, as questões culturais demarcaram seus limites. Daí se segue o fato de que o que poderíamos hoje chamar de adolescente ou até mesmo criança ter sido visto como adulta no período estudado por supostamente manterem relações sexuais.

Palavras-chave: sexualidade, segmentos populares, infância e juventude, relações de poder.

1. Mestre em História Social pelo PPGH UFBa, membro do GEPG (Grupo de estudos Pensando Gêneros), cerqueirasandro@hotmail.com
2. Doutora em História Social pelo PPGH UFBa, professora plena da Universidade Estadual de Feira de Santana, andrearocha66@hotmail.com

Abstract

This article will seek, in a partial and provisional way, to describe and explain the unusual and dynamic universe of sexual and affective practices of young men and women, belonging to the popular segments of Feira de Santana, a city in the interior of Bahia, between the 1940s and 1960. Therefore, we will base our reflections on the analysis of some criminal processes of the seduction typology, carrying out the study of certain cases, but without losing sight of the continuous connection between the macro and micro scales, that is, without ignore the whole social call. In addition, we operate from the intersections between class, race, age/generation and gender to better understand respectability strategies that were used mainly by poor girls, many of whom were black, to assert themselves in the seduction processes. Furthermore, we verified that the stages of life such as childhood, youth and adulthood are not univocal and, therefore, were re-signified in different ways throughout the research and, although the biological reference was a rule, cultural issues delimited its limits. Hence the fact that what we could today call an adolescent or even a child was seen as an adult in the period studied, for supposedly having sexual relations.

Keywords: sexuality, popular classes, childhood and youth, power relations

Resumen

Este artículo buscará, de manera parcial y provisional, describir y explicar el insólito y dinámico universo de prácticas sexuales y afectivas de hombres y mujeres jóvenes, pertenecientes a los segmentos populares de Feira de Santana, ciudad del interior de Bahía, entre las décadas de 1940 y 1960. Por tanto, basaremos nuestras reflexiones en el análisis de algunos procesos delictivos de la tipología de la seducción, llevando a cabo el estudio de determinados casos, pero sin perder de vista la conexión continua entre las escalas macro y micro, es decir , sin ignorar toda la convocatoria social. Además, operamos desde las intersecciones entre clase, raza, edad / generación y género para comprender mejor las estrategias de respetabilidad que fueron utilizadas principalmente por las niñas pobres, muchas de las cuales eran negras, para afirmarse en los procesos de seducción. Además, comprobamos que las etapas de la vida como la niñez, la juventud y la adultez no son unívocas y, por lo tanto, se resignificaron de diferentes formas a lo largo de la investigación y, si bien la referencia biológica fue una regla, las cuestiones culturales delimitaron sus límites. De ahí que lo que hoy podríamos llamar un adolescente o incluso un niño fuera visto como un adulto en el período estudiado, por supuestamente tener relaciones sexuales.

Palabras clave: sexualidad, clases populares, infancia y juventud, relaciones de poder.

No meu tempo não era assim... à guisa de introdução

Já lhe dei flores, flores, flores
Que brotaram em meu jardim
Você brincou de bem-me-quer
Mal quer saber de mim
Já lhe dei, oh-oh

Mal quer saber de mim
Já me feri no espinho daquela flor
Já lhe dei beijos que marcaram nosso amor
Queria ser Romeu e Julieta no passado
Um sonho épico que eleva o ser amado, meu bem
Flores, *Banda Eva*, 1994.

Não é incomum se ouvir comentários a respeito do suposto desregramento moral de meninas jovens especialmente oriundas dos estratos sociais mais pobres, quando o assunto é a sexualidade. Tal ponto de vista é repetido em conversas informais, partilhado em diferentes segmentos sociais e está presente em agendas políticas de grupos conservadores, que se elegem com a bandeira da defesa da família, da moral e dos bons costumes. "No meu tempo não era assim" é uma dessas expressões igualmente comuns proferidas aos quatro ventos em alusão a um passado tradicional, em que não haveria toda sorte de "perdições", "perversões" e "imoralidades" presentes nesta geração. Tais representações sobre um passado ideal, como sugeriu Joan Scott (2007), "ajudam a construir o gênero no presente" (p. 13), ao que acresceríamos também as sexualidades. E, além de tentarem impor referenciais normativos ao passado, essas representações ilustram percepções altamente desqualificantes sobre a sexualidade vivenciada por mulheres pobres.

Em vista disso, as páginas que se seguem tentarão demonstrar, por sua vez, aspectos que complexificam as representações que temos do passado, ao desnuar o universo inusitado, complexo, dinâmico das práticas sexuais e afetivas de jovens, homens e mulheres, pertencentes aos segmentos populares de Feira de Santana, uma cidade do interior baiano, entre os anos de 1940 e 1960. Trata-se de um contexto no qual diferentes cidades do país, como Salvador, Belém, Manaus, Recife e outras, passavam por transformações econômicas, de mudanças urbanas e sociais, cujos impactos são sentidos nas dinâmicas culturais e comportamentais. Vale mencionar que, apesar do forte interesse modernizador propalado pelos segmentos dominantes em distintos contextos brasileiros, de acordo com Clóvis Oliveira (2016), no período enfocado, os referenciais culturais sertanejos e rurais ainda marcariam as identidades sociais de Feira de Santana, espaço social considerado neste texto.

Este artigo é o resultado de pesquisas anteriores já desenvolvidas a partir de processos criminais - especialmente os de sedução- e busca, portanto, sistematizar alguns dos seus muitos achados. A propósito dos crimes de

sedução é importante alguns esclarecimentos a respeito de sua natureza, bem como dos debates mobilizados na arena jurídica em torno desta tipologia. Qualquer crime não pode ser pensado fora dos marcos sociais e, por isso, nem sempre corresponde a práticas aparentemente semelhantes numa mesma sociedade, mas de diferentes épocas. O crime de sedução apareceu a partir do código penal de 1940 e é resultado da reformulação de um crime anterior chamado defloramento presente no código de 1890. Esse código, conforme argumentou a Susan Kent Besse (1999), buscou atender às mudanças comportamentais de mulheres pertencentes às camadas médias e altas da sociedade que se inseriam nos mundos do trabalho, num forte processo de urbanização das sociedades burguesas. De acordo com Besse, estas transformações provocavam rupturas na separação entre os espaços públicos e privados ao propiciarem às mulheres uma maior participação na rua.

Contudo, ressaltamos que as mulheres a que Besse (1999) se refere correspondem aos setores mais privilegiados da sociedade e, portanto, não representam a maior parte das mulheres que estudamos nesta investigação. Estas últimas, mulheres pobres, negras e sertanejas, já ocupavam as ruas no exercício cotidiano de diversas atividades como a venda de alimentos, além de realizarem tarefas - ainda que nem sempre consideradas trabalho ou mesmo remuneradas - como a criação de animais, o cultivo de roças e outras labutas.

Da mesma forma, é importante destacar que as transformações urbanas, enfatizadas pelo argumento de Besse (1999), se processaram sob uma lógica diferente para cidades interioranas, onde coexistiram cenários pouco urbanizados, predominantemente rural e com ausência de industrialização, como é o caso de Feira de Santana, no período referido neste texto. O descompasso entre as realidades sociais fez com que os operadores do direito, que encontramos durante a pesquisa, às vezes, se confundissem quanto aos enquadramentos jurídicos das tipologias e, consequentemente, classificassem como defloramento alguns processos que, pela modificação penal de 1940, já deveriam ser reconhecidos como sedução. Fato que, aliás, sugere uma multiplicidade de apropriações do conhecimento jurídico pelos operadores do direito - isto é, juízes, advogados, promotores, escrivães. Há que se considerar que o próprio corpo jurídico não é uniforme e, por isso, a absorção destas mudanças não é linear.

A partir desta modificação, vejamos o que diz a legislação sobre o crime de sedução. O crime está contido no capítulo II do código de 1940, no artigo

217 e é definido como sendo o ato de seduzir mulher virgem sendo menor de 18 (dezoito) anos e, ainda, tendo idade maior que 14 (catorze) anos por meio de alguma estratégia de conquista (BRASIL, 2003). Para a concretização da sedução era necessário que o sedutor se aproveitasse não só da inexperiência da ofendida, mas também que gozasse da sua confiança para, finalmente, ter com ela conjunção carnal. Além disso, a suposta vítima também deveria adotar um comportamento passivo diante das investidas do agressor.

Mas vale salientar que o crime só era de fato consumado se houvesse uma cópula vagínica. Dessa forma, sexo anal ou qualquer prática sexual sem envolver a penetração vaginal pelo pênis não contavam como elementos para configurar o crime de sedução. Essa condição excluía a possibilidade de outras práticas sexuais configurarem sedução e também retiravam os homens da possibilidade de serem vítimas desse crime. Uma das explicações é que, possivelmente, os segmentos jurídicos partilhassem do saber biomédico da época, o qual que definiam, assim como hoje, homens e mulheres a partir do órgão genital. Isso demonstra que a própria diferença entre os sexos se dá a partir de uma noção de gênero, como assinala Judith Butler (2016).

Embora esteja claro que essa legislação buscou, principalmente, normatizar a sexualidade feminina dentro de parâmetros heterossexuais, os processos-crimes nos permitem ir mais além. O que os crimes de sedução têm a nos dizer sobre valores, experiencias e elementos culturais dos segmentos populares do passado? Haveria uma precocidade sexual entre as meninas pobres? Trata-se, pois de uma das questões que serão debatidas ao longo deste texto, sempre considerando as interseções de classe, raça, gênero, espaço, etc[3]. Vamos às histórias.

As pequenas insubmissões e o lúdico na sexualidade de moças pobres

Apesar de muitas histórias narradas nos processos de sedução repetirem idealizações românticas, outras rompem com esses pressupostos e apresentam outras dimensões que envolvem a sexualidade. A história envolvendo a jovem Isaura[4], 17 anos, estudante secundarista e o seu suposto ofensor, o

3. Há uma multiplicidade de pontos de vistas a respeito da chamada teoria da interseccionalidade, porém permanece como aproximação o fato de tais concepções reafirmarem a dimensão interconectada das diferenças sociais e identidades. Neste artigo, adotamos um diálogo entre fontes empíricas e os referenciais teóricos adotados, sem compartimentá-los, portanto.
4. Os nomes utilizados neste texto foram alterados para preservar o anonimato das personagens.

comerciante Ariston, 24 anos e branco, é uma delas. Em 1951, Ariston, dono de um estabelecimento comercial no centro da cidade de Feira de Santana, foi acusado por Hildete, mãe da menor, doméstica, parda e separada, de ter seduzido e desvirginado sua filha (CEDOC. Processos-Crime, Est.01, Cx.24, Doc,444). Salientamos que a expressão separada diferente de desquitada não sugere, entre os populares, uma relação direta com o fim do arranjo conjugal na esfera legal pois este ainda nem era possível na referida década. O termo se refere às práticas costumeiras e informais que envolvem o fim de um casamento ou outra relação conjugal concebida como sendo duradoura pela comunidade.

Embora Ariston tenha afirmado nunca ter namorado com a filha de Hildete esta afirmou que soube através de sua irmã "que Isaura tinha contado a ela que estava desvirginada por Ariston" (CEDOC. Processos-Crime, Est.01, Cx.24, Doc,444). Hildete descreveu sua filha como alguém repleto de predicados, todos amparados em uma certa feminilidade respeitável, pois segundo ela, a moça "não tinha namorados, pois o tempo todo se dava aos estudos" (CEDOC. Processos-Crime, Est.01, Cx.24, Doc. 444). As contradições aparentes nessas imagens surgem quando Hildelte afirmou que, apesar de ter notado sua filha em conversa na janela de sua residência com Ariston, nunca suspeitou que se tratasse de um namoro. Tal declaração pode ajudar a compreender certa dificuldade desta mãe em vigiar o comportamento da filha, talvez motivada pela sua necessidade de trabalhar ou realizar diferentes atividades, como era possível para mulheres dos segmentos populares.

A história da filha de Hildete e a de outras jovens do período estudado demonstram que "o namoro era um costume presente entre os jovens das camadas populares" (Martha de Abreu ESTEVES, 1989 p.147), mas eram estabelecidos em contornos diferentes daqueles mantidos pelas classes mais abastadas que contavam com intensa vigilância dos pais e alcoviteiros. Em seu depoimento, Isaura afirmou que "Ariston sempre prometia casar-se com ela a declarante e lhe propôs certa feita relações sexuais no que foi atendido" (CEDOC. Processos-Crime, Est.01, Cx.24, Doc, 444). Aparentemente a jovem seguiu às expectativas que os operadores da lei tinham em relação às seduzidas. Visto que, supostamente, só teria aceitado transar mediante uma promessa de casamento vindouro. Contudo, aspectos mais inusitados aparecem no depoimento da jovem, que contou ter transado com Ariston dentro de um "quarto sanitário" do estabelecimento comercial do sedutor (CEDOC. Processos-Crime, Est.01, Cx.24, Doc.

444). Ou seja, distinto de algumas aspirações romantizadas a respeito da primeira relação sexual.

Ainda que a jovem tenha afirmado receber cartas repletas de declarações de amor feitas por Ariston, tais cartas ou não foram anexadas ao processo ou foram perdidas deliberadamente por parte da defesa do acusado durante o processo, o que dificultou a verificação desta informação. Aliado a isso, Ariston contradiz a versão construída pela mãe de Isaura, pois, segundo ele, Isaura "não tinha bom procedimento pois teve três ou quatro namorados com os quais praticava alguma licenciosidade" (CEDOC. Processos-Crime, Est.01, Cx.24, Doc,444). O desfecho do processo não foi favorável à garota, que terminou efetivamente sem o casamento, como se espera de um processo de sedução. É provável que o argumento do acusado tenha convencido mais o júri que a versão construída pela mãe da seduzida.

Um outro caso de sedução nos permite, por outro lado, pensar a agência feminina, ainda que sempre limitada, no interior das relações sexuais e afetivas. O caso aconteceu numa área rural de Feira de Santana, no distrito de Jaguara, e envolveu a jovem Lenita, de dezoito anos, parda e Valdo, vinte e cinco anos, casado. No dia 28 dias de dezembro de 1954, o pai da ofendida, José, 72 anos, pardo prestou uma queixa. Ali na delegacia, ele declarou que soube que sua filha fora deflorada por Valdo, há cerca de quatro meses, aproveitando-se de um encontro casual na estrada. Um fato que merece atenção é que Lenita era comadre do suposto ofensor e, como ela afirmou em depoimento, "sendo por ele sempre respeitada nesta qualidade e por este motivo sempre depositou nele toda confiança" (CEDOC. Processos-Crime, Est.01, Cx.22, Doc,419). Ser comadre e compadre de alguém em contextos rurais e interioranos tem um papel importante. Por meio de uma relação de apadrinhamento, a pessoa que batiza e é batizada passa a fazer parte da família um do outro, para além dos sentidos biológicos, a relação reveste-se, pois, de sentidos socioculturais.

Entretanto, a história toma outros rumos e, neste caso, a relação extrapolou o mero apadrinhamento, como afirmou a jovem:

> que no início do mês de outubro do ano em curso ela depoente a fim de fazer companhia a uma sua irmã cujo marido estava viajando foi para casa da mesma isto cerca das dezoito horas; que em meio ao caminho deparou-se com o seu compadre Valdo Oliveira Sampaio que em ato inopinado beijou-a e a seguir começou a seduzi-la que a depoente inicialmente resistiu às propostas de Valdo, mas foi forçada a ceder face as ameaças que ele fazia inclusive de matá-la se tentasse gritar (CEDOC. Processos-Crime, Est.01, Cx.22, Doc.419).

Não descartamos a possibilidade de que as ameaças tenham sido efetivas. Mas também podemos pensá-las como um recurso d utilizado pela jovem para representar a si mesma pelos signos da passividade no ato sexual. Assim, ela poderia conseguir a proteção da justiça como uma vítima do crime de sedução. Apesar disso, a repetição estratégica do que se exigia os termos da lei não quer dizer uma reprodução exata da mesma visão de mundo dos juristas. Em depoimento, Lenita, por exemplo, se mostra interessada também em ter uma casa e manter um relacionamento, embora seu amante já fosse casado. A nosso ver, ela estaria ressignificando os ideais burgueses/cristãos do casamento. De acordo com ela:

> *Valdo prometeu na ocasião alugar uma casa para a depoente em Almas e que futuramente mataria sua esposa para casar-se com ela* que não comunicou o ocorrido ao seus pais com receio de ser morta por Valdo, mas ao reconhecer que estava gravida começou a preocupar-se e participou o fato a Evaldo por meio de um bilhete (...) (CEDOC. Processos-crime, Est.01, Cx.22, Doc,419, grifos nossos).

Vejamos que mesmo já sendo casado e pai de duas crianças e, portanto, impedido de contrair outro casamento legalmente, Valdo teria prometido matar a esposa para viver ao lado da sua amante. O conhecimento deste fato por parte de Lenita, nos ajuda a levantar a hipótese de que ela não almejava propriamente algo próximo do casamento religioso de acordo com as regras católicas, mas, sim, um relacionamento que, ao menos em parte, destoava dos moldes cristãos.

Do romance proibido aparentemente surgiu uma gravidez. Várias foram as tentativas de resolver a questão da gravidez por meio de abortivos, como se verá na passagem a seguir. É possível que o fato de já ser pai e, pelo menos em tese, prover seus filhos, tenha motivado o sedutor a providenciar maneiras de se livrar daquilo que representaria um empecilho. Conta Lenita que:

> Valdo então trouxe-lhe vários remédios inclusive opoginol, biomigina, aguardente alemã e por último um vidro sem rotulo que ora vem apresentar a esta autoridade; que nenhum dos remédios surtiram efeito a depoente então procurou sua irmã Zélia e comunicou o ato. (CEDOC. Processos-crime, Est.01, Cx.22, Doc,419)

Este fato indica que a gravidez, muito mais que o desvirginamento e a agressividade de Valdo citados em momentos anterior do nosso argumento, é que levou a vítima a denunciar o acusado. Foram várias tentativas de

aborto. Isso sugere alguma circulação de recursos abortivos nos segmentos rurais no período, mas não fica muito claro se o aborto foi imposto por Valdo ou se havia o consentimento da seduzida. De qualquer modo, possivelmente Lenita temesse as dificuldades de criar sozinha um filho e, por isso, recorreu a sua irmã para ajudá-la com a situação. É bem provável que, antes da denúncia à justiça, vários acordos com o sedutor podem ter sido tentados, mas os mesmos podem não ter vingado, pois o pai da vítima recorreu a atitude extrema de recorrer à justiça.

Além disso, não descartamos a hipótese de que Lenita, talvez, esperasse que seu amante, Valdo, eliminasse a esposa. E, como isso não se concretizou de fato, ela pode ter resolvido denunciá-lo em retaliação. De todo modo, alguns bilhetes - anexados ao processo pelos advogados de Valdo com o objetivo de prejudicar a imagem da seduzida construída pela defesa da moça – revelam, indiretamente, a desconfiança nutrida pela esposa de Valdo com relação ao comportamento do seu marido, o que já era de conhecimento de Lenita:

> Da tua *filha lenita* / *Querido filho* Vadinho Saudações / Desejo que esta vá corretamente em paz. Então meu queridinho como passas. Eu não vôu boa não. estou andando muito doente muito gripada estou muito machucada da viage casa de Maneca. *Olha tu te prevines que teu molhe esta é comprando coisa que hora que tu estava aqui ela perguntou a mamãe que hora tu chegaste aqui no dia saiu que tu foi para tanquinho*. mamãe disse que tu chegaste de tardinha e caiu umas 7 horas ela disse que tu chegaste meia noite (...) *ela jurou que tu tem rapariga e que vai te da a resposta.* Vou terminar com um beijinho. (CEDOC. Processos-crime, Est.01, Cx.22, Doc,419, grifos nossos).

Ainda que bastante questionável a autoria dos bilhetes, eles nos servem para pensar os termos pelos quais a sexualidade era representada e vivida no período pesquisado. Também é possível observar que o início do texto é marcado pelas expressões *filho* e *filha* como uma demonstração de carinho e amor. Tais expressões e outras como mamãe e papai presentes no texto são comuns na linguagem erótica e afetiva empregada pelos baianos até os dias atuais, acabam fazendo referência a um tabu instituído – o relacionamento sexual entre parentes (pai-filha, irmão-irmã, mãe- filho).

Outro bilhete com teor distinto do já analisado anteriormente também foi anexado ao processo, mas este indica um conflito envolvendo os amantes. É possível que Vadinho já não demonstrasse tanto interesse na jovem, pois

fosse complicado manter uma vida dupla, deixando inclusive de responder às suas correspondências. No entanto, ela não desistiu de seu amante e o provocou em um aspecto que lhe era fundamental, a sua potência sexual. Isso é perceptível no próprio cabeçalho do bilhete, quando ela escreve "um beijo da filha que muito te adora e *te quer sem tu dá um jeito''*. E prosseguia: "não vou para Bondispacho em Natal. *Não vou mesmo porque não estou com vontade*". Para justificar o fato de não ir ao suposto encontro natalino, Lenita escreveu que o seu amante *"já tem gente melhor do que eu que lhe de mais interesse"*.(CEDOC. Processos-Crime, Est.01, Cx.22, Doc.419, grifos nossos).

Talvez a continuidade da gravidez pode ter explicado a rejeição de Evaldo e também ter gerado alguns conflitos no seio familiar. Essa hipótese ganha alguma consistência se considerarmos o fato de que a possibilidade de ser obrigado a garantir a provedoria de mais uma criança tenha afastado o amante. Além disso, vale salientar que a riqueza de passagens em que Lenita se apresenta como dotada de desejos sexuais em nada correspondia à imagem dessexualizada de passividade e submissão as quais se pretende impor às mulheres.

No entanto, essa concepção de sexualidade destoante das convenções sociais mais rígidas não dificultou o desfecho favorável para ela durante o processo. O sedutor chegou até mesmo a ser preso. Porém, o rapaz contava com uma defesa solidamente organizada, feita por dois advogados, que lhe garantiu a soltura. Não nos esqueçamos que o rapaz já era casado e, por isso, legalmente não poderia se casar novamente. O desfecho prisional, aliás, foi incomum no conjunto dos processos analisados.

Teria ele garantido a provedoria da criança fruto do romance proibido? Ou Lenita teria arcado sozinha com a consequência de sua aparente autonomia sexual? Não é possível saber, pois o processo não nos fornece mais detalhes. Apesar disso, o fato é que, ao se comportarem sob um ponto de vista até transgressor, algumas moças pobres, como Lenita, ressignificaram normas socioculturais e, ao realizarem suas releituras, possibilitaram outras maneiras de vivenciar relacionamentos sexuais.

Relações de poder, precocidade sexual e sexualidade juvenil

É importante destacar que, embora nas sociedades ocidentais seja pautada por princípios biológicos como o desenvolvimento de órgãos sexuais, a juventude, assim como a infância e a adultidade são fases da vida carregadas

de sentidos históricos e culturais (LEVI &SCHIMIDT, 1997; RODRIGUES, 2007). O exercício da sexualidade é um dos principais delimitadores destas fases, pois a chamada juventude - cujos contornos iniciais variam em diferentes sociedades - tem sido marcada pela chamada iniciação sexual. Sobre este processo, Elaine Reis Brandão e Luiza Heilborn afirmam:

> Trata-se de um longo percurso que eles atravessam, permeado por carícias íntimas, desvelamento gradativo do próprio corpo e do corpo do parceiro, conversas, dúvidas e medos, descoberta de sensações e sentimentos novos (2006, p.1424).

A par destas observações iniciais, ressaltamos que os limites etários são um critério já previsto para uma moça ser concebida como vítima de sedução e, por isso, meninas de certas faixas etárias já são esperadas como vítimas neste tipo de crime. Mas, em alguns casos, certas discussões estão mais presentes que em outros, como os limites da autonomia de escolha das meninas, a precocidade da iniciação sexual, bem como a imprecisão sobre quais seriam o fim da infância e o início da vida adulta. Desse modo, os processos a seguir nos permitem realizar tais reflexões.

Vamos a um outro caso de sedução que envolveu Anita, morena, pobre, 13 anos e seu suposto namorado conhecido como Edmundo e acusado de ser um inveterado deflorador de jovens. Este caso aconteceu na Pedra do Descanso, parte afastada do centro da cidade e predominantemente rural. Em 18 de março de 1958, o pai da jovem, João, casado, moreno e vaqueiro, prestou uma queixa-crime e disse, na delegacia, que soube que a cerca de sete meses que Edmundo foi o deflorador de sua filha e que este se encontrava em lugar ignorado (CEDOC. Processos-Crime, Est.03, Cx.84, Doc. 1632).

Em seu depoimento, Anita afirmou que começou a namorar com Edmundo fazia oito meses. Após o seu desvirginamento, Edmundo passou a namorar outra jovem e, por esse motivo, como vingança, Anita disse que contaria ao pai da moça. A menina dá detalhes de seu desvirginamento e afirma que o episódio aconteceu na fonte de Lucas - um lago ou lagoa. Ela concluiu seu depoimento confirmando aquilo que seu pai já havia dito, ou seja, que, antes da denúncia, Edmundo havia fugido de Feira de Santana (CEDOC. Processos-Crime, Est.03, Cx.84, Doc,1632)

Durante o processo, a todo momento, as testemunhas levantadas por Edmundo deslegitimaram a jovem. Um deles chamado Francisco, casado,

maior e comerciante afirmou desconhecer algum namoro envolvendo Anita e Edmundo e, em vez disso, sabia de mais dois namorados da jovem (CEDOC. Processos-Crime, Est.03, Cx.84, Doc, 1632) Segundo Francisco, um destes namorados seria Manoel, um "conhecido" (...) "que dormia na mesma cama, ao mesmo tempo, com Anita e sua irmã (...) que ele depoente não sabe se Manoel de tal tinha relações sexual com ambas". (CEDOC. Processos-Crime, Est.03, Cx.84, Doc,1632).

Não nos interessa atestar a veracidade das informações contidas nesse depoimento, ainda que, como estratégia de constituição de imagens negativas, ele tenha buscado deslegitimar Anita durante os autos. Mesmo assim nos interessa pensar como estas práticas estavam e, ainda estão, presentes nas representações eróticas masculinas e podem fundamentar o desejo heterossexual.

No decorrer deste caso, outras pessoas testemunharam. Uma delas é um segundo sargento da polícia militar, Agenor, natural de ilhéus. Ele não só conhecia Anita, mas também a sua irmã, inclusive afirmou que já foi na casa delas de passagem e, que em uma dessas vezes, teria visto um sujeito correr no fundo da casa e procurando saber descobriu que se tratava do denunciado Edmundo. A intimidade entre o depoente e a moça seduzida era tamanha que, certa ocasião, Anita e sua irmã "lhe pediram que pagasse uma jaca, e que ele fez, na feira desta cidade, como decorrência apenas da inocente amizade existente entre elas e o depoente"(CEDOC. Processos-Crime, Est.03, Cx.84, Doc. 1632).

Apesar de não ser possível saber se Agenor teve algum relacionamento com Anita, ou se havia apenas uma inocente amizade entre eles. A palavra amizade pode ter sido empregada para atenuar diante da justiça o verdadeiro teor do relacionamento que havia entre os dois, desfazendo, assim, qualquer responsabilidade do suposto desvirginamento da moça diante da justiça. Em pesquisa sobre relações afetivas e namoro nos segmentos populares de Salvador entre anos 1890 e 1950, Maria Aparecida Sanchez (2010) encontrou a mesma alusão feita pelos depoentes para descreverem seus relacionamentos. De toda sorte, moças pobres poderiam mesmo recorrer a uma rede de solidariedades verticais para garantir a sobrevivência, como o caso da jaca parece sugerir.

Tal solidariedade pode ter sido um dos elementos que explique o fato de Agenor ter construídos imagens até certo ponto menos negativas que as outras elaboradas no processo. Ou não as julgassem como incompatíveis aos

seus próprios referenciais morais. As mesmas características, entretanto, não se fizeram presentes no depoimento de Ariston, casado, visto que este afirmou "que Anita tem cinco irmãs e todas se prostituíram, (...) que Anita era moça de danças; que nunca vira o denunciado passeando com Anita" Igualmente, a testemunha Rafael, casado e vigia do DNER, disse que "Anita botou-se a perder com as outras, em danças que frequentava em lugares poucos recomendáveis". (CEDOC. Processos-Crime, Est.03, Cx.84, Doc,1632).

Vejam que duas testemunhas acima narram histórias cuja temática se assemelha. Ambos os homens indicam que não só a suposta seduzida como também as irmãs dela possuíam um comportamento supostamente autônomo, frequentando festas, usando o seu próprio corpo com alguma desenvoltura. Apesar disso, é preciso ter cautela, pois, ao longo de um processo de sedução, não é raro que imagens negativas sejam utilizadas para desqualificar a vivência sexual das moças pobres. Mesmo que tais práticas tenham sido desqualificadas, sua descrição permite, pelo menos no plano simbólico, perceber que a investida feminina em espaços de circulação e sociabilidades provocava reações masculinas.

Porém, ao veicularem informações sobre a vida sexual de Anita, os depoimentos também nos permitem entrever que, prostitutas ou não, a sexualidade exercida ou supostamente exercida por Anita e suas irmãs passava como sinônimo da prática prostitucional. A esse respeito, as reflexões da antropóloga Lélia Gonzalez (1983) sobre a sociedade brasileira de maneira geral são elucidativas, embora não sejam propriamente formuladas a partir dos casos aqui analisados. De acordo com Gonzalez, pesam sobre as mulheres negras um imaginário sexual pautado pelo desregramento e licenciosidade absolutos, imagens que são recombinadas desde os tempos da escravidão e, por isso, permanecem no plano simbólico. Além disso, em meio aos preconceitos masculinos já ressaltados, é também possível que elas já exercessem algumas formas de atividades sexuais, como temos observado em nossa documentação.

Em 11 de dezembro de 1959, o caso foi julgado como improcedente. Recorrendo a um argumento jurídico técnico presente no direito processual penal, os advogados de defesa de Edmundo argumentaram que o fato de a certidão de nascimento ter sido anexada posteriormente ao processo, restavam várias dúvidas sobre a verdadeira idade da jovem (CEDOC. Processos-Crime, Est.03, Cx.84, Doc,1632). Para a legislação da época não havia, portanto, validade jurídica neste caso.

Vejamos outra história que narra desventuras de moças pobres. Este caso ocorreu no distrito de Tanquinho, em 1955, e envolveu dois jovens, Alberto, 16 anos, vaqueiro e Francisca, 13 anos. Em sua declaração, a jovem afirma que manteve relações sexuais com Alberto, seu namorado, em um quarto da casa onde ocorria uma festa de aniversário. Embora afirme ter tido outro namorado, ela negou qualquer envolvimento sexual com os demais (CEDOC. Processos-Crime, est. 05, cx. 123, doc. 2443).

O rapaz, por sua vez, declarou que, mesmo havendo oportunidade e facilidade para obter relações sexuais com Francisca, ele não fez em nenhuma vez porque ficou sabendo que ela já havia tido relações sexuais com diversos primos (CEDOC. Processos-crime, est. 05, cx. 123, doc. 2443). É perceptível que, além de desqualificar a versão apresentada por Francisca, o suposto sedutor expõe alguma inserção da moça em diferentes relacionamentos sexuais anteriores. Não é possível descartar que tal expediente tenha sido utilizado para se livrar da autoria do desvirginamento, porém não é incomum, em diferentes contextos socioculturais, a iniciação sexual entre primos.

Um dos supostos namorados, inclusive mencionado por Francisca em seu depoimento, nos apresenta um universo mais lúdico da sexualidade vivida pelos dois. Luiz, 21 anos, lavrador, afirmou que foi namorado de Francisca, sua prima, há cerca de dois anos, quando a jovem possuía, supostamente, onze anos. Este rapaz declarou que possuía as melhores intenções com sua prima e pensava em se casar com ela. Certa noite, quando toda a família havia ido a uma casa de farinha, Luiz se aproveitou da oportunidade e explorou os mistérios do prazer com Francisca que, na visão do depoente, seria "muito fogosa e sabida, em coisa que não era para sua idade" (CEDOC. Processos-crime, est. 05, cx. 123, doc. 2443). Apesar da pouca idade, reconhecida explicitamente pelo próprio depoente, a moça não era mais considerada uma criança pelo seu primo e , talvez por isso, ele tenha resolvido "fazer em Francisca uma espécie de sondagem com o dedo no órgão genital" (CEDOC. Processos-crime, est. 05, cx. 123, doc. 2443).

Com relação à "sondagem", é possível que o dedo tenha sido preferido ao pênis para evitar uma gravidez indesejada e, assim, não deixar rastros dessa aventura sexual. Contudo, não podemos esquecer o papel que tal narrativa ganha durante um crime de sedução, qual seja, o de construir uma imagem capaz de inocentar o acusado de ter realizado uma cópula vaginal, atribuindo à vítima de sedução uma vivência sexualidade antes da relação mantida com o depoente. Isso fica perceptível quando Luiz afirmou que

durante o toque notou certa frouxidão na vagina moça, o que o teria levado a desconfiar que a mesma não fosse virgem (CEDOC. Processos-Crime, est. 05, cx. 123, doc. 2443). É possível que o rapaz estivesse instruído por alguém ou ele mesmo partilhasse de alguns conhecimentos biomédicos da época, que afirmavam que a frouxidão vaginal seria um dos indícios da ausência da virgindade feminina (KNIBIEHLER, 2016).

Francisca, apesar de ter sido desqualificada pelo advogado de Alberto, conseguiu uma sentença favorável e, em 5 de junto de 1957, foi anexado aos autos a certidão de casamento entre ela e o seu amado, Alberto. Aparentemente, a fama de namoradeira não dificultou o desfecho (CEDOC. Processos-crime, est. 05, cx. 123, doc. 2443). O casamento, em verdade, aconteceu pelas vias judicial, porém, não podemos destacar completamente a hipótese de que aos poucos a justiça já começasse a incorporar novas significações a respeito das noções de moral sexual. Isso pode ser verificado no fato de, apesar de descrita como alguém que destoava do comportamento sexual normativo para alguns depoentes, a moça conseguiu uma posição favorável ao fim do julgamento.

Após a análise desses dois casos em meio a outros investigados, percebemos que as fases da vida foram demarcadas pelo exercício da sexualidade, e o que poderíamos chamar de infância ou adolescência possuiu limites pouco claros em relação à adultidade. Desde a tenra idade, moças e rapazes poderiam estar envolvidos em práticas sexuais, para as quais é difícil estabelecer os contornos precisos de uma noção de consentimento sexual. Apesar disso, embora o casamento tenha, ao longo do período estudado (1940-1960), permanecido importante para os agentes sociais envolvidos, a iniciação sexual e a realizações de práticas sexuais independiam de um relacionamento institucionalizado ou sacralizado. Mas, a apropriação da idealização do casamento centrada até mesmo num ideal de amor romântico também está presente em algumas declarações encontradas na pesquisa.

Em um processo de sedução, este movido pela mãe de Florência contra Erasmo, jovem cantor pertencente aos segmentos médios, a moça desvirginada teria declarado que:

> quando meninota brincando com uma companheira de infância, escreveu no braço com castanhas as iniciais LA (...) (Ela) escreveu essas letras porque na época se dizia que a declarante namorava com um menino que tinha essas iniciais (CEDOC. Processos-crime, est. 05, cx. 126, doc. 2482).

Fica claro neste depoimento que, desde a tenra idade, já eram nutridas aspirações afetivas que a influenciou a marcar no braço as iniciais de um rapaz com óleo de castanha. Este óleo faz um ferimento que, após cicatrizado, forma uma espécie de tatuagem e é um referencial cultural presentes em alguns contextos rurais. Apesar de não ser uma generalização aplicável a qualquer realidade, tal depoimento nos fornece pistas para pensarmos a hipótese, já aludida nas histórias de Francisca, Anita e suas irmãs, de que a precocidade sexual nem tampouco a naturalização da sexualidade de meninas negras e pobres não era prática incomum na sociedade baiana[5].

À guisa de conclusão

Após termos apresentando algumas reflexões com base na documentação judiciária, nos sentimos incapazes de lançar conclusões taxativas. De todo modo, algumas ideias serem exploradas e discussões ainda em aberto podem ser aventadas.

A sexualização das moças pobres, por exemplo, esteve presente nos casos estudados. Isso não quer dizer que estas eram fantoches diante das representações que foram elaboradas pelos homens, pertencentes ao mesmo segmento social que elas O comportamento autônomo e o exercício criativo da sexualidade não podem ser compreendidos sem as complexas contradições de gênero, raça e classe. Por um lado, se a ideia de que moças foram capazes controlar seu próprio corpo e sexualidade insinua alguma autonomia feminina, do outro lado, essa suposta liberdade de movimento também permitiu que seus contemporâneos as vissem como desregradas. Ao adotar tal cautela, nos aproximamos das conclusões levantadas pela socióloga Mary Castro (2016), quando esta analisou questões de raça e sexualidade a partir de meninas integrantes do Bonde das Maravilhas no Rio de Janeiro. Apesar das claras diferenças de recortes temporais e espaciais, as reflexões de Castro ajudam a compreender que os termos livres e sensuais através dos quais as garotas se definiam, acabavam por torná-las objetificadas e, em certo sentido, limitavam sua própria autonomia.

Em nossa pesquisa, percebemos que os limites entre as fases infanto-juvenil e adultidade, ao menos, para os atores envolvidos nos processos-crimes eram

5. A pesquisa realizada por Andréa Rodrigues (2007), cobrindo um recorte temporal maior e com recurso a diferentes fontes, evidenciou que em Salvador havia também uma forte precocidade sexual durante as décadas de 40 a 70.

distintos dos atuais. Meninas com treze anos - como foi o caso de Anita, cuja história os leitores e leitoras podem recuperar ao longo deste texto - a depender da iniciação a sexual poderia ser comparada à prostituta. Deste modo, seria ingênuo de nossa parte supor que essas meninas não estivessem atentas às imagens que buscavam desqualificá-las. Pouco podemos apreender das suas próprias percepções sobre estes processos vivenciados. Às vezes, indiretamente, percebemos suas agências, como no caso de Lenita, que insistia em ressignificar os impedimentos morais para viver um relacionamento conforme seu desejo.

O risco de encararem a maternidade sozinha, de serem taxadas de "alvoraçadas" e assim ficarem "canaíadas"[6] não impediu que estas meninas buscassem se iniciar sexualmente, conhecer seu próprio corpo e sexo. Na verdade, o que temos percebido é que, diante das formas insistentes de dominação, estas jovens buscaram viver, ressignificando regras de comportamento que lhes foram impostas. Deram, pois, distintos significados a partir de suas visões de mundo, revelando não *uma* única sexualidade feminina, mas, sim, *sexualidades*, no plural...Mas nem tudo é inteiramente resistência ao poder masculino, nem uma completa inclinação aos poderes do patriarcado. Talvez por isso historiadores e historiadoras da sexualidade precisem de cautela ao observarem práticas sexuais de outros períodos históricos, sob o risco de imporem suas próprias concepções sobre consentimento sexual, autonomia e moralismo ao passado.

Referências

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade*: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Edusp,1999.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero:* feminismo e subversão da identidade. Trad.: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Brandão, Elaine Reis e Heilborn, Maria Luiza. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2006, v. 22, n. 7 , pp. 1421-1430. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000700007. Acesso em 25/07/2021. Acesso em 2 out. 2021.

BRASIL. *Código Penal* 9. Ed São Paulo: Saraiva, 2003.

CASTRO, Mary Garcia. Meninas Negras e sexualidade: Quando o quadrado tem 8 lados (Reflexões sobre o cenário de gênero, raça, geração e classe e as meninas do Funk Bonde das

6. Expressões comuns no português falado em áreas interioranas da Bahia e se referem à má fama adquirida por moças que teriam uma vivência mais livre da sua própria sexualidade.

Maravilhas). In: Regina Marques de Souza Oliveira. (Org.). *Cenários da Saúde da População Negra no Brasil: Diálogos e Pesquisas.* 1.ed.Cachoeira, Bahia: UNIAFRO/UFRB, 2016, v. 1, p. 30-65.

CEDOC. Processos-Crime, Est.01, Cx.24, Doc,444.

CEDOC. Processos-Crime, Est.03, Cx.84, Doc,1632.

CEDOC. Processos-crime, est. 05, cx. 126, doc. 2482.

CEDOC. Processos-Crime, Est.01, Cx.22, Doc.419.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas***:** os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Silva. *et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos.* Ciências Sociais Hoje, BrasÌlia, ANPOCS.n. 2, p. 223-244, 1983.

KNIBIEHLER, Yvonne. *História da virgindade.* São Paulo: Editora Contexto, 2016.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude (org.). *História dos Jovens.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana Moraes. *Canções da cidade amanhecente*: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920 – 1960. Salvador: EDUFBA, 2016.

RODRIGUES, Andréa Rocha. *Honra e sexualidade infanto-juvenil na cidade do Salvador, 1940-1970.* 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANCHEZ, Maria Aparecida. *As razões do coração*: Namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador, 1889/1950. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal fluminense, Niterói.

SCOTT, Joan Wallak. Prefácio a Gender and politics of History. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. n.3, p.11-27, jan.2007.

Recebido em 20 de agosto de 2021.
Aprovado em 20 de setembro de 2021.

APONTAMENTOS SOBRE ECONOMIA DO CUIDADO, FEMINISMOS E MULHERES

NOTES ON THE ECONOMY OF CARE, FEMINISMS AND WOMEN

NOTAS SOBRE LA ECONOMIA DEL CUIDADO, FEMINISMOS Y MUJERES

Joselia Aparecida Pires Vicente[1]
Tânia Regina Zimmermann[2]

Resumo

Este artigo objetiva incitar discussões sobre a economia do cuidado sob a égide capitalista, cujo sistema aufere valores diferenciados a produção e reprodução mantendo sob a aparência de naturalidade as atividades das mulheres e mães no âmbito doméstico, *locus* de criação e manutenção da vida humana e de sua espécie. Para tal propósito, faremos uma pesquisa bibliográfica qualitativa de inspiração feminista incorporando categorias de análise como gênero, mulheres e classe. Concluímos que a pouca visibilidade desse tema se deve a disputas de narrativas acentuadas pelo discurso masculino em diferentes campos discursivos e passa pelas discussões feministas em reconhecer as interseções de classe e gênero em relação a reprodução da existência dos seres humanos sob uma perspectiva da economia feminista e do cuidado.

Palavras-chave: mulheres, reprodução, trabalho, economia feminista.

Abstract

This article aims to encourage discussions about the existence of women mothers under the capitalist aegis, whose system provides differentiated values to production and reproduction, keeping under the appearance of naturalness the activities of women and mothers in the domestic sphere, locus of creation and maintenance of human life and of your kind. For this purpose, we will carry out a qualitative bibliographic research of feminist inspiration, incorporating analytical categories such as gender, women and class. We conclude that the low visibility of this theme is due to narrative disputes accentuated by male discourse in different discursive fields and passes through feminist missives in recognizing the intersections of class and gender in relation to the reproduction of the existence of human beings from a perspective of feminist economics and of care.

Keywords: women, reproduction, work, feminist economics.

1. Pós-graduanda em Educação pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS).
2. Professora da graduação e pós-graduação na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS).

Resúmen

Este artículo tiene como objetivo fomentar discusiones sobre la existencia de mujeres madres bajo la égida capitalista, cuyo sistema aporta valores diferenciados a la producción y reproducción, manteniendo bajo la apariencia de naturalidad las actividades de las mujeres y madres en el ámbito doméstico, locus de creación y mantenimiento de la vida humana y de su especie. Para ello, realizaremos una investigación bibliográfica cualitativa de inspiración feminista, incorporando categorías analíticas como género, mujer y clase. Concluimos que la baja visibilidad de este tema se debe a disputas narrativas acentuadas por el discurso masculino en diferentes campos discursivos y pasa por misivas feministas en el reconocimiento de las intersecciones de clase y género en relación a la reproducción de la existencia del ser humano desde una perspectiva de economía feminista y del cuidado.

Palabras clave: mujer, reproducción, trabajo, economía feminista.

Introdução

> Me di cuenta de que deseaba escribir un libro acerca de la maternidad, pues era un tema crucial, todavía relativamente inexplorado, de la teoría feminista. Pero no fui yo quien eligió el tema; hace mucho tiempo que el tema me eligió a mí.
>
> Adrienne Rich

Os estudos de gênero e feministas avançaram nas últimas décadas, ao passo que as políticas públicas assumiram a tentativa de corrigir discrepâncias, entretanto, nossas instituições ainda se revelam um ambiente que reproduzem desigualdades frente às questões de gênero, pois é nestas que muitas imagens e preconceitos são vividos, produzidos, reproduzidos e legitimados.

Para Catherine Hall (1994) a relação dual com base na crença de que cada um dos sexos nasceu para ocupar distintas esferas [...] "era a regra da natureza, confirmada pelo costume e pelas tradições. Cada sexo, diferente por natureza, possuía suas caraterísticas próprias, e qualquer tentativa de sair de sua esfera estaria condenada ao fracasso" (p.70). Portanto, revelou-se imprescindível uma análise de desigualdades que atingem as mulheres mães dada a pouca visibilidade de suas inúmeras atividades. De acordo com Judith Bardwick (1981), a ideia de que tudo que é atributo do sexo masculino é naturalmente melhor do que é próprio do sexo feminino (sexismo), "não deprecia somente o que as mulheres fazem, mas o que a mulheres são" (p. 45).

Quando se torna mãe, a identidade de gênero vincula a mulher quase que imediatamente ao papel de mãe e esposa, fazendo com que ela assuma

inconscientemente, segundo Bourdieu (2005), sem questionar atributos de cuidadora, protetora e colocando-se em segundo plano em relação a sua família e trabalho.

Nesse sentido, o texto se trata de uma pesquisa bibliográfica, revisitando conceitos precípuos, baseando-se em autoras como Donna Haraway (1995) que afirma que gênero não é a mesma coisa que sexo, embora ambos sejam desconstruções sociais. Dentro dessa perspectiva, Scott (1994) afirma que gênero é "esse saber, esse conhecimento das diferenças sexuais, é o significado da compreensão produzido pelas culturas, é um saber em transformação, instituições, rituais, práticas cotidianas. Um saber sobre a realidade social que a organiza".

Sobre a categoria mulheres temos o apoio em Judith Butler, a qual aufere que esta não se vincule a posturas universalistas com experiências atreladas à feminilidade hegemônica, maternidade e sexualidade, pois isso implica em estabelecer normas excludentes (Judith BUTLER, 2003, p. 34). Então esta autora entende a categoria como "um conjunto de encontros dialógicos mediante o qual mulheres diferentemente posicionadas articulem identidades separadas na estrutura de uma coalizão emergente" (BUTLER, 2003, p. 35).

No que diz respeito à economia feminista, Cristina Carrasco foi o ponto de partida, enfatizando as práticas realizadas nos lares, bem como a articulação destas com a manutenção do sistema que oculta a mulher. Em função disso, nega-se a categoria econômica do trabalho não remunerado, de tal modo a ser excluída nas análises econômicas (Cristina CARRASCO, 2008). Diante disso foi preciso adentrar, ainda, conceitos como patriarcado, por meio de leituras de Nancy Fraser (2009), Heleieth Saffioti (2015) e Angela Davis (2016), e maternidade com o apoio de Bell Hooks (2019) e Adrienne Rich (2019).

Essas autoras subsidiaram a desconstrução de conceitos rígidos, flexibilizando a teoria para que incorpore todas as mulheres analisadas, sem um viés sexista ou qualquer outro fator delimitador. Para o desencadear do trabalho fora utilizada a pesquisa qualitativa de inspiração feminista pois as metodologias feministas têm trazido nos últimos anos novas possibilidades para o estudo das dinâmicas sociais:

> [...] as metodologias feministas pretendem, acima de tudo, garantir a criação de um compromisso científico, social, cultural e político que legitime e valorize, numa perspectiva de equidade, as experiências dos homens e das mulheres,

> bem como os significados que homens e mulheres constroem acerca das suas realidades sociais. E é precisamente esta lógica de compromisso declarado que consideramos ser a mais valia das metodologias feministas (Sofia NEVES; Conceição NOGUEIRA, 2005, p. 409).

Nestas experiências focaremos na relação entre o capitalismo, sociedade atual e a manutenção da invisibilidade das mulheres e do trabalho não remunerado de cuidar sem ao menos ser visto como propulsor da economia, quer seja na perspectiva da gestão do lar, da comunidade e do planeta.

1. Divisão Sexual do Trabalho: Gênero ainda importa

Para Christine Delphy (1985), o homem seria o burguês e a mulher o proletário, analogia, inspirada em Engels, (2008 [1884]). Friederich Engels afirmava que a sujeição da mulher é produto das relações sociais, portanto pode ser modificada, porém a divisão do trabalho masculino e feminino é algo natural (biológico), reafirmando o mito do homem caçador e da mulher que cuida da casa. Entretanto, mulheres não se dedicaram exclusivamente às tarefas domésticas, exerceram trabalhos assalariados em dados momentos históricos (com exceção das que integravam a classe dominante). Assim, Engels reproduziu um estereótipo que ainda persiste. Apesar de ser contra a concepção naturalista de dominação, analisa o trabalho doméstico como algo naturalmente feminino.

Em contrapartida Pierre Naville argumenta que a separação dos sexos não tem nada de natural, que as "inferioridades físicas" da mulher não a impediriam de exercer qualquer trabalho, mas que "o problema consiste precisamente em criar condições sociais, biológicas, pedagógicas e tecnológicas nas quais as mulheres possam participar da vida profissional da nação sem prejudicar sua natureza física particular." (NAVILLE, 1948, p. 98, *apud* Michel LALLEMENT, 2014, p. 375).

Ele ainda salienta que quando foi preciso, as profissões femininas migraram para transportes e mecânica sem dificuldades para atender a demanda. Portanto, a noção de aptidões é ilusória. A existência de desigualdades profundas projeta nos jovens a noção de que o trabalho exercido pelo homem é mais significativo, desvalorizando aquele exercido pela mulher, assim, não somente o sistema não é simétrico em relação à força de trabalho, como isso reflete nas relações sociais constantemente, o que explica os trabalhos

ditos femininos ainda serem mal remunerados. Para a professora Magda de Almeida Neves:

> O percentual de mulheres que recebem as menores faixas salariais (até 2 salários-mínimos) é superior ao dos homens, sendo que o percentual de homens que recebem as maiores faixas salariais (mais de 10 salários-mínimos) é superior ao das mulheres. Por sua vez, o número de mulheres que não possuem rendimentos é superior ao dos homens. (Magda de Almeida NEVES, 2007, p. 14-15)

Após a Segunda Guerra Mundial (no norte global) instaura-se ainda mais essa divisão de trabalho entre homens e mulheres, que valoriza o modelo do homem que seria o "ganha-pão" (LALLEMENT, 2014, p. 379) e desvaloriza o da mulher, criando o mito da mulher inativa, que se limita ao trabalho doméstico, apagado e ignorado por não ser considerado produtivo. Aqui tem início o apagamento do trabalho de cuidar.

Estudiosos reconhecidos tentaram justificar essa repartição de papéis que se impõe ao imaginário ocidental. No entanto, a linha é tênue, entre as tarefas domésticas e o trabalho considerado produtivo, para as mulheres que sempre precisaram se dividir entre as duas formas de trabalho. Apenas recentemente historiadores e historiadoras vêm demonstrando que, contrariamente às representações dominantes, as mulheres (proletárias) sempre trabalharam.

Enfim, o próprio sistema educacional prevalece nas exigências do sistema produtivo, assegurando desigualdades. As mulheres recebem qualificação inferior, permanecendo em menor número nas profissões de prestígio, assim, as divisões sociais do trabalho acabam que se sobressaem às capacidades individuais.

1.1 O Trabalho Feminino: perspectivas interseccionais de gênero e classe

Os movimentos feministas moveram fronteiras de gênero. Assim, sobre a segunda onda feminista Fraser reitera os seus efeitos:

> Com o benefício da visão retrospectiva, podemos ver agora que o surgimento da segunda onda do feminismo coincidiu com uma mudança histórica no caráter do capitalismo, da variante organizada pelo Estado, que acabou de ser analisada, para o neoliberalismo. [...] No Terceiro (mundo), por contraste, a neoliberalização foi imposta usando a dívida como ameaça, como um programa forçado de "ajuste estrutural" o qual subverteu todos os princípios

> centrais do "desenvolvimentismo" e compeliu os Estados pós-coloniais a despojar-se de seus ativos, abrirem os seus mercados e cortar gastos sociais. Curiosamente, a segunda onda do feminismo prosperou nestas novas condições. O que tinha começado como um movimento contracultural radical estava agora a caminho de se tornar um fenômeno social de massa de base ampla. Atraindo partidários de todas as classes, etnias, nacionalidades e ideologias políticas, as ideias feministas penetraram em todos os cantos escondidos da vida social e transformaram a ideia que todos os afetados tinham de si mesmos. O efeito não foi apenas ampliar imensamente as fileiras de ativistas, mas também transformar as visões de senso comum de família, trabalho e dignidade. (Nancy FRASER, 2009, p.22-23)

Nesse ínterim, as mulheres (burguesas) estavam pouco preocupadas com a exploração sofrida pelas mulheres da classe trabalhadora, estabelecendo uma mulher universal. A crítica a esse feminismo burguês foi feita pelas feministas socialistas, Alexandra Kollontai denunciava essa vertente pela busca da igualdade sem questionar seus próprios privilégios, mantidos dentro da ordem social estabelecida. Nesse sentido, foram as feministas socialistas que introduziram a importância de se pensar a classe dentro do movimento feminista.

Gênero, portanto, não pode ser lido autonomamente, sem se pensar em classe, em trabalho. Não só a categoria gênero, como também raça e sexualidade, devem fazer uma leitura que vá à raiz da opressão. Isto é, antes dessas categorias, devemos pensar na ideia de classe. Haja vista que o feminismo marxista afirma que o capitalismo, apesar de não inventar a opressão de gênero, apropriou-se dela a seu favor. Diante dessas assertivas entendemos que uma luta anticapitalista que ignore as relações de gênero é uma luta que tolera e legitima a exploração das mulheres.

Outra problematização expõe as hierarquias entre as mulheres, mostrando que os privilégios de classe as posicionam diferentemente. É essa aproximação do problema que Saffioti (2013, p. 133) expressou ao dizer que "se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada".

Logo, "o debate feminista no seio do marxismo parte da recusa à percepção de que a desigualdade de classe de alguma maneira subsume todas as outras" (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 34).

1.2 Gênero e Classe: Categorias indissociáveis

Nos últimos trinta anos, muita literatura foi produzida sobre a categoria mulher, confirmando a pluralidade de posições teóricas existentes, como a teoria feminista, que fundamenta a área dos estudos de gênero. Nicholson expõe "quero sugerir que pensemos no sentido de 'mulher' (...) como palavra cujo sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características". (Linda NICHOLSON, 2000, p. 34-35)

Linda Nicholson (2000) acredita não em uma interseção do gênero com as diferenças de raça, classe, etc., mas em uma coexistência desses vários fatores: "nunca temos um único conjunto de critérios constitutivos da identidade sexual a partir do qual se possa inferir alguma coisa sobre as alegrias e as opressões inerentes ao ser mulher" (p.15).

No que concerne à classe, estudos revelam cada vez mais as desigualdades de gênero, sobretudo em países imperialistas do Sul Global, para Cecília Toledo (2008, p. 77) "é preciso polemizar essa postura porque, ao centrar a opressão da mulher na desigualdade de gênero, restringe sua luta aos marcos do capitalismo e ignora o problema de classe".

Mulheres estão sujeitas à violência patriarcal que submete suas vidas e corpos, transformando-os em objetos de consumo, mercantilizados, adentram o processo de produção e reprodução da vida social de maneira precarizada. O capitalismo marca a diferença de classe na opressão patriarcal. Essa diferença diz respeito, inclusive, às formas de combate possíveis dentro da violência patriarcal impetrada.

Mulheres são oprimidas por serem mulheres. Mulheres da classe trabalhadora, além da opressão patriarcal, sofrem a exploração de classe.

> [...] uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os (as) historiadores (as): ela pressupõe um sentido coerente ou inerente ao corpo humano – fora qualquer construção sociocultural – e, portanto, a não historicidade de gênero em si. De certo ponto de vista, a história se torna um epifenômeno que oferece variações intermináveis sobre o tema imutável de uma desigualdade de gênero fixa (Joan SCOTT, 1989, p. 10).

Entretanto, "no interior do marxismo, o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise" (SCOTT, 1989, p. 13).

As feministas marxistas sobrepõem as questões econômicas às de gênero e, na ânsia de "encaixar" as análises sobre a questão da mulher no escopo geral da luta de classes, não permitiram o desenvolvimento de novas perspectivas de análise.

Logo, partindo do feminismo marxista a exploração de classe que atinge o conjunto do proletariado, atinge a mulher, e a opressão patriarcal pode ser e é perpetuada em meio a sua própria classe. Portanto, o patriarcado funciona como um sistema de poder no qual se assenta o capitalismo, os homens da classe trabalhadora, enfim, acabam por exercer a violência patriarcal sobre suas companheiras.

2. Feminismo, capital e a ponta do iceberg

A partir da segunda metade do século XX, o apagamento histórico de gênero, passa a ser questionado pelas teorias feministas, rompendo consideravelmente, redomas de opressão de gênero. No entanto, a opressão prevalece e não se dá desassociada da classe. Obviamente, a mulher pobre se diferencia da mulher de classe média, que se diferencia da negra ou da indígena.

Compreendendo o fato de que o sufrágio ou a luta pela liberdade de se trabalhar foram lutas burguesas, já que a mulher pobre sempre trabalhou, é primordial um ponto de vista interseccional, ancorado no feminismo marxista.

Nesse ínterim, o trabalho de cuidar ou doméstico foi invisibilizado, não relacionado à sobrevivência do capitalismo, usado pelo capital e pelo homem, que oprime a mulher dentro lar, ainda que seja um socialista. O que explica, em partes, o fracasso do socialismo, que não considerou a força de trabalho da mulher.

> Tais processos de subordinação mediados pelo mercado são a própria essência do capitalismo neoliberal. Hoje, consequentemente, eles devem se tornar no foco principal da crítica feminista, conforme buscamos nos distinguir do neoliberalismo e evitar a ressignificação feita por ele. O objetivo, certamente, não é largar a luta contra a autoridade masculina tradicional, a qual permanece um momento necessário da crítica feminista. É, pelo contrário, romper a passagem fácil de tal crítica para seu duplo neoliberal – sobretudo reconectando as lutas contra a sujeição personalizada à crítica a um sistema capitalista, o qual, ainda que prometa liberação, de fato substitui um modo de dominação por outro. (FRASER, 2009, p.30)

A economia feminista ou economia do cuidado a princípio buscava o reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, o que tinha sérias implicações políticas, colocando em questão as teorias marxistas. O capitalismo nunca satisfez totalmente as necessidades dos trabalhadores através da produção, sendo o trabalho doméstico uma parte importante da reprodução e manutenção da força de trabalho.

Assim, o trabalho de cuidar, embora imprescindível à manutenção do capital, se manteve invisibilizado. Cristina Carrasco (2018) atribui a invisibilidade do trabalho realizado na esfera privada a dois grandes motivos: o primeiro está relacionado ao caráter ideológico patriarcal, que atribui maior valor às atividades desenvolvidas pelo poder masculino, já que o próprio grupo dominante é responsável pela atribuição de valores; o segundo se relaciona ao funcionamento dos sistemas econômicos, os quais procuram se apresentar como autônomos, ocultando a importância do trabalho de cuidar, essencial à produção e à manutenção da força de trabalho e da vida.

Em suma, para (CARRASCO, 2018) cuidar é inerente à vida, particularmente, à vida humana, ainda que não somente a ela. É uma parte fundamental da reprodução social, da reprodução das pessoas e da vida humana, comer diariamente, manter-se limpa/o, viver em um espaço limpo, etc., necessidades que habitualmente passam desapercebidas, mas, sobretudo, porque estão naturalizadas.

2.1 Cuidar: O Trabalho Submerso

Nem a economia clássica, nem o marxismo científico estimaram como produtivo o trabalho da mulher em casa. Assim, a partir de a segunda onda feminista iniciou-se uma discussão acerca da divisão sexual do trabalho, dentro e fora dos lares, por consequência, sobre o trabalho doméstico que se estende à atualidade, e é uma das bandeiras de luta dos movimentos feministas.

O trabalho doméstico é visto como uma questão fundamental da opressão feminina, portanto, é óbvia a necessidade de valorização social do trabalho gratuito desempenhado pelas mulheres. Uma das questões apresentadas a respeito da desvalorização do trabalho doméstico e não reconhecimento do mesmo está ligada ao fato desse trabalho não se encaixar nos conceitos de trabalho regularmente utilizados, ou seja, não é uma atividade remunerada, portanto, não produtiva para os moldes capitalistas.

Cristina Carrasco resume que "não se aceita que, além do trabalho de mercado, possam existir outros trabalhos com igual ou maior valorização social" (CARRASCO, 2008, p. 99). Se não há valor de mercado então nega-se o trabalho doméstico, pois ele não tem ciclos de acumulação com relações salariadas e seus produtos não têm valor no mercado. Isto é, a medição desse trabalho, em termos estatísticos, é difícil, sendo o mesmo subestimado. Em suma, "a falta de valoração monetária do trabalho doméstico não remunerado impede de avaliar a real contribuição econômica das mulheres" (Irma ARRIAGADA, 2007, p. 244).

Atualmente,

> A maior inserção da mulher no mercado de trabalho também não significa uma distribuição mais equitativa dos afazeres domésticos; as mulheres continuam dedicando maior tempo a estas atividades do que os homens. Esse papel feminino, de responsável pelas tarefas domésticas, construído culturalmente, tem sido utilizado como argumento para a precarização do trabalho feminino, mediante a contratação de mulheres com jornada de trabalho parcial e salário reduzido. (NEVES; PEDROSA, 2007, p.15)

Esta discussão de Neves se articula as discussões de Silvia Federici (2017) ao entender que mulheres cumprem jornadas múltiplas em diferentes espaços e pelo fato do trabalho ser exercido por elas ou é desvalorizado ou não é produtivo.

2.2 O Trabalho Invisível das Mulheres e Manutenção da Sociedade Atual

Ao perspectivar a Economia do Cuidado e a Economia Feminista, e a construção das relações de gênero nos deparamos com a invisibilidade do cuidado. Seres humanos compõe uma espécie que sobrevive apenas a partir do cuidar, naturalizado por longos anos. A própria concepção de trabalho dos clássicos aos neoclássicos da economia política burla constantemente essas relações não mercantis e garante a negação dessa economia de valor macro e microeconômico. Se redefiníssemos o conceito de economia e olhássemos para a interdependência entre a produção de bens e serviços mercantilizados com trabalho de cuidados familiares sem remuneração veríamos como este último amortece as contingências negativas para as pessoas em atividade remuneradas, para sindicatos, para teóricos marxistas, feministas liberais, etc.

Somente a partir de 1970, a Economia Feminista inicia discussões sobre a necessidade de renovação epistemológica da Teoria Econômica para contribuir com a visibilidade do Cuidado como um eixo de sustentabilidade das atividades de produção material da existência humana e um aporte basilar de bem-estar da população em uma escala individual, familiar, interpessoal, institucional e sociocultural.

O trabalho não-remunerado de cuidar que mulheres exercem dentro de suas casas para com os seus geralmente foi ignorado na sua relevância, inclusive pela academia e por autores clássicos, dentre eles economistas tanto liberais quanto marxistas, assim como, pelo feminismo liberal. Reflexões e/ou preocupações acerca do valor ético e econômico do trabalho de cuidar eram consideradas irrelevantes, apesar de ser esse trabalho que permite a sobrevivência e a evolução de nossa sociedade, sendo, portanto, imprescindível à economia e à manutenção do atual sistema.

Assim, o cuidar sempre esteve oculto, pois o trabalho doméstico possui ciclos de acumulação, não estabelece relações salariadas e seus produtos não têm preço no mercado. "El primero conlleva una explotación de clase a través del trabajo asalariado y el patriarcado una opresión de género materializada en el trabajo doméstico" (Amaia OROZCO, 2014, p.46). Isto é, a medição desse trabalho, em termos estatísticos, seu valor, é difícil, "a falta de valoração monetária do trabalho doméstico não remunerado impede de avaliar a real contribuição econômica das mulheres" (ARRIAGADA, 2007, p. 244). Dessa forma, atividades corriqueiras como alimentação e limpeza são necessidades naturalizadas, como se não fosse, alguém que dispendesse tempo e trabalho para propiciá-las. Atua, assim, a "mão invisível" (e/ou o sexo invisível) para que tudo esteja sempre em seu devido lugar:

Se Adam Smith tinha sua comida garantida, não era só porque os comerciantes serviam a seus próprios interesses através do comércio, também tinha sua comida garantida porque sua mãe se encarregava de colocá-la na mesa todos os dias. (MARÇAL, 2015)

Obviamente Adam Smith olhou de modo generificado, pois na obra "Riqueza das Nações" auferia que o trabalho doméstico devia ser feito pelas mulheres por razões naturais (1998, p. 387). Também era considerado por ele um trabalho sem valor econômico por desaparecer e, por isso, elas não teriam direitos políticos. Sobretudo com a Economia do Cuidado ou Economia Feminista que novos olhares de feministas e do feminismo se põem a lutar pelo reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho.

2.3 Trabalho Reprodutivo: Gestar, Parir e Cuidar

A maternidade como conhecemos foi construída ao longo da história, sendo o "maternar" um verbo atual, que por si, explicita ação. Gestar, parir, amamentar, cuidar são verbos de ação, a maternidade não é passiva, não é um estado feminino, mas um conjunto de atitudes imprescindíveis à sobrevivência humana, embora não seja socialmente natural, apesar de sua natureza biológica.

> La vida humana de este planeta nace de la mujer. La única experiencia unificadora, innegable, compartida por mujeres y hombres, se centra en aquellos meses que pasamos dentro del cuerpo de una mujer, desarrollándonos. Las criaturas humanas dependen de la lactancia durante un periodo de tiempo mucho más largo que el resto de los mamíferos; la división del trabajo, establecida desde antiguo entre los grupos humanos, asigna a las mujeres no solamente la función de parir y de criar, sino también la absoluta responsabilidad para con los hijos. (Adrienne RICH, 2019, p.38)

Rich ainda salienta que para Engels, "(y para las sucesivas generaciones marxistas), la opresión de la mujer tiene una simple causa económica y una solución asimismo económica." (2019, p. 133). O que, obviamente, sabe-se hoje, ser um pensamento raso, já que, os estudiosos homens, nunca teorizaram, de forma apropriada, as questões relacionadas às mulheres, muito menos, no que diz respeito ao materno.

O gestar, o parir e o amamentar foram tomados à força das mulheres, ao passo que, os homens, médicos, assumiram o protagonismo nos cuidados da gestação ao parto, vendendo nossos corpos ao mercado cesarista, ou à violência obstétrica dos partos normais passivos.

> Comencé a pensar acerca del parto a partir de la hipótesis de que los hombres, poco a poco, añadieron el papel de asistente de parto, de esa forma, asumieron la autoridad sobre la esfera misma que en sus orígenes había sido la fuente del poder y del carisma femeninos. Pero por varias razones —la aparición del partero y el obstetra en una sola persona— el sufrimiento pasivo y la experiencia arquetípica femenina del parto se consideraron idénticos. El sufrimiento pasivo se tomó como un destino «natural», universal, femenino, trasladado a todas las esferas de nuestra experiencia; solo cuando comprendamos esto en su totalidad, habremos desarrollado un conocimiento útil para salir de esta «tolerancia» centenaria del sufrimiento y alcanzar un nuevo ser activo. Sorprende la cantidad de mujeres —no solo pobres e ignorantes, sino cultivadas y de clase media— que se

> aproximan al momento del parto insistiendo en que desean conocer sobre ello lo menos posible: «Que me duerman y que el médico se las arregle». (RICH, 2019, p. 150-151)

Da mesma forma, nosso leite foi desacreditado, ninguém duvida de que uma vaca produza leite para seus bezerros, mas a falácia de que não teremos leite suficiente assombra todas as gestantes e recém-mães, a dúvida instaurada acerca da produção da mulher gera bilhões às indústrias alimentícia e farmacêutica anualmente. Sem mencionar a sexualização das mamas, que para amamentar devem ser cobertas, porém expostas, sem censura, quando a serviço do patriarcado.

O papel masculino termina aqui, a mulher gestou, pariu, não amamentou, e agora deverá cuidar, manter viva a cria, e a que custo? Nos dias atuais o custo é a abdicação da carreira, a sobrecarga, a jornada tripla e, por fim, a invisibilidade, tanto para os homens e a sociedade em geral, quanto para grande parte das feministas.

2.4 O Feminismo inclui as Mães?

O feminismo é um campo político tanto quanto teórico-epistemológico, que, embora tenha assumido variadas tendências, vem problematizando a si mesmo ao longo dos tempos, em permanente (des)construção, o feminismo, sem dúvidas é o movimento social que mais repensa seus rumos. No entanto, as feministas

> [...] não atribuíam muita relevância e valor à parentalidade feminina, à maternidade. Isso foi um erro. O ataque das primeiras feministas à maternidade alienou uma grande massa de mulheres do movimento, especialmente as mulheres pobres e/ou não brancas, para quem a parentalidade era uma das poucas relações em que se sentiam afirmadas e apreciadas. Infelizmente, o atual foco positivo na maternidade se apoia muito em estereótipos sexistas. (Bell HOOKS, 2019, p.186)

Sem incluir mães, não há o que se pensar sobre feminismo e lutas das mulheres. Feminismo é justamente sobre mães, infelizmente, teorizar a maternidade nunca foi uma prática constante dentro dos estudos de gênero, certamente a maior lacuna entre as feministas atuais é abarcar o que é materno e o que não é (aborto).

O senso comum afirma que feminismo é luta por direitos iguais, e isso influenciou irremediavelmente o pensamento de gerações de mulheres que passaram a acreditar que a luta feminista é baseada tão somente na independência financeira, esquecendo-se daquelas mulheres que, por imposição social, tornaram-se mães e se encontram na mais profunda solidão, abandonadas por homens e mulheres, criando suas crianças que são alvos de ódio e desprezo social constantes.

> As mulheres precisam saber (e estão cada vez mais longe dessa informação) que o feminismo não consiste em se vestir como uma celebridade ou se tornar executiva de uma grande corporação ou obter cargos eletivos; não significa ser capaz de conciliar emprego e casamento, de passar as férias esquiando e dispondo de muito tempo com seu marido e seus dois filhos queridos porque você possui uma empregada doméstica que possibilita tudo isso para você, mas que não possui nem tempo nem dinheiro para fazer o mesmo para si; [...] e, mais enfaticamente, não significa se tornar uma detetive policial ou uma agente secreta da CIA ou uma almirante da marinha. Mas se essa imagem distorcida do feminismo possui mais realidade que a nossa, somos em parte culpadas por isso. (Bell HOOKS, 2019, p. 34).
>
> Na atualidade, a partir, inclusive, do senso comum, permanece a visão de que a maternidade seria o obstáculo maior à libertação das mulheres.
>
> Nos primeiros estágios do atual movimento de libertação das mulheres, as análises feministas sobre a maternidade refletiam o viés de raça e classe das participantes. Algumas mulheres de classe média e com ensino superior propuseram o argumento de que a maternidade constituía um sério obstáculo à libertação das mulheres, um mecanismo ardiloso destinado a confinar as mulheres em casa, mantendo-as prisioneiras de tarefas domésticas como limpar, cozinhar e cuidar de filhos. Outras simplesmente identificaram na maternidade e na criação dos filhos o locus da opressão da mulher. (Bell HOOKS, 2019, p. 184)

Entretanto, é preciso transformar essa visão da maternidade, pois:

> Se as mulheres negras tivessem expressado sua visão sobre a maternidade, esta certamente não teria sido definida como um sério obstáculo à nossa liberdade como mulheres. Racismo, falta de emprego, falta de habilidades ou de formação e várias outras questões estariam no topo da lista – menos a maternidade. (Bell HOOKS, 2019, p. 184)

Para hooks, "os métodos de exclusão praticados pelas mulheres que dominam o discurso feminista têm tornado quase impossível a emergência de teorias novas e diversas. O feminismo tem sua linha oficial, e as

mulheres que anseiam por uma estratégia diferente, por fundamentos distintos, são normalmente proscritas e silenciadas" (2019, p. 36), o que mantem o debate raso, e as mulheres não querem ter filhos, em grande parte, por acreditarem que a maternidade pode ser o ponto final de muitos dos seus planos, e do seu próprio bem-estar, embora, essa culpa não seja da maternidade, e sim da cultura patriarcal que se beneficia e explora nosso trabalho produtivo e reprodutivo.

Entretanto, usar a maternidade, por meio de nossos corpos, para nos restringir é algo antigo e eficaz, que precisa ser problematizado em busca dos verdadeiros opressores. Crianças não oprimem, bebês não atrapalham a vida de uma mãe, amamentar não é escravidão. Emocionalmente gerar, parir, amamentar, cuidar é revigorante, só é fardo porque não há, de fato, uma divisão justa com pais, familiares e sociedade, além da maternidade inconsciente, compulsória, meramente reprodutiva que adoece mulheres ao longo dos tempos. Para Hooks (2019, p. 188)

> A parentalidade feminina é um trabalho relevante e valioso que precisa ser reconhecido como tal por qualquer pessoa, incluindo as ativistas feministas. Ela deveria ser reconhecida, louvada e celebrada dentro de um contexto feminista em que se conta com o renovado esforço para repensar a natureza da maternidade; para fazer com que a maternidade não seja para as mulheres nem uma experiência compulsória, nem uma fonte de exploração e opressão; para tornar a parentalidade feminina algo bom e efetivo, quer seja realizada em conjunto com um parceiro, quer seja feita exclusivamente pela mulher.

Por fim, ao feminismo cabe abraçar, de fato, as mulheres-mães, pois elas são os pilares de qualquer luta ou sociedade.

> La vida humana de este planeta nace de la mujer. La única experiencia unificadora, innegable, compartida por mujeres y hombres, se centra en aquellos meses que pasamos dentro del cuerpo de una mujer, desarrollándonos. Las criaturas humanas dependen de la lactancia durante un periodo de tiempo mucho más largo que el resto de los mamíferos; la división del trabajo, establecida desde antiguo entre los grupos humanos, asigna a las mujeres no solamente la función de parir y de criar, sino también la absoluta responsabilidad para con los hijos. (Adrienne RICH, 2019, p. 38)

Rich ainda salienta que para Engels, "(y para las sucesivas generaciones marxistas), la opresión de la mujer tiene una simple causa económica y una

solución asimismo económica" (2019, p. 133). O que, obviamente, sabe-se hoje, ser um pensamento equivocado, já que, os estudiosos homens, nunca teorizaram, de forma apropriada, as questões relacionadas às mulheres, muito menos, no que diz respeito ao materno.

Contudo, aqui, almeja-se uma maternidade que enverede para um caminho autônomo, ativo e consciente, talvez, ainda compulsória, porém alerta, assim, para que as mulheres vivenciem boas experiências maternas é preciso que paremos de meramente reafirmar que a maternidade é uma forma de controle social e entendamos os meandros dessa afirmação, ao passo que toda a sociedade seja responsabilizada pelos cuidados com os seres humanos e não apenas as mulheres.

Considerações Finais

Ao perspectivar a construção e desconstrução das relações de gênero com vistas a mudanças em políticas institucionais nos deparamos com a invisibilidade do cuidado. Embora os seres humanos sejam parte de uma espécie que sobrevive apenas com cuidados, da gestação à velhice, a própria concepção de trabalho dos clássicos aos neoclássicos da economia política burla constantemente essas relações não mercantis e garante a negação dessa economia que também possui valor macro, meso e microeconômico.

Carrasco ao significar *Oikos*, do qual deriva a palavra economia, observa que esta abarca a gestão do lar (2008) e não apenas um sistema econômico e político planetário. Nesse sentido, ela pontua a interdependência entre a produção de bens e serviços mercantilizados com trabalho de cuidados familiares sem remuneração e como este último amortece as contingências negativas para as pessoas em atividade remuneradas, para sindicatos, para teóricos marxistas e para teóricas feministas neoliberais.

Somente a partir de 1970, a Economia Feminista e os feminismos iniciam discussões sobre a necessidade de renovação epistemológica, sobretudo, da Teoria Econômica para contribuir com a visibilidade do Cuidado como um eixo de sustentabilidade das atividades de produção material da existência humana e um aporte basilar de bem-estar da população em uma escala individual, familiar, interpessoal, institucional e sociocultural. Também rediscutem a sexualização das atividades do cuidado e da maternidade. Observam a grande relevância do cuidado e seu sentido para o bem-estar da maioria

cujos trabalhos simultâneos demandaram energia, especialização e tempo com o mamífero mais vulnerável da espécie na natureza.

Referências

ARRIAGADA, Irma. *Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina*. In: ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira.; PICANÇO, Felicia Silva.; SCALON, Celi. (orgs). Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. Bauru: Edusc, 2007, p. 198-249.

BARDWICK, Judith. M. *Mulher, sociedade, transição: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da autorrealização alteraram nossas vidas*. São Paulo: DIFEL, 1981.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades*. Mediações, Londrina, v. 20 n. 2, p. 27-55, jul/dez. 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRASCO, Cristina. La Economía Feminista: uma apuesta por otra economia. In: VARAM M.J. (Coord.) *Estudios sobre género y economia*. Madri: Akal, 2008, p. 45-87.

CARRASCO, Cristina. *Mujeres, sostenibilidad y deuda social*. Revista de Educación, n. Extraordinário, p. 169-191, 2009.

CARRASCO, Cristina. *A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução*. Temáticas, Campinas, 26, (52): 31-68, ago./dez. 2018.

DELPHY, Christine. *Por un feminismo materialista*. 1985. In: https://www.worldcat.org/title/por-un-feminismo-materialista-el-enemigo-principal-y-otros-textos/oclc/25066141. Acesso em maio de 2021.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. (1884). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

ENGELS, Friedrich. (1845). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

FRASER, Nancy. *O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História*. In: Mediações, Londrina, v. 14, n.2, jul/dez. 2009, p. 11-33.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial***.** Cadernos Pagu (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/ Unicamp, 1995, p. 7-41.

HALL, Catherine. *A história da vida privada*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

HARDING, Sandra. *The science question in feminism***.** Ithaca: Cornell Univ. Press, 1986.

HARDING, Sandra. Del problema de la mujer en la ciência al problema de la ciência en el feminismo**.** In: *Ciência y feminismo*. Madri: Ediciones Morata, 1996, pp. 15 - 27.

HOOKS, Bell. *Teoria feminista: da margem ao centro* / bell hooks ; tradução Rainer Patriota. - 1. ed. - São Paulo: Perspectiva, 2019.

KOLLONTAI, Alexandra**.** Os sindicatos e a trabalhadora. 1921. IN: SCHNEIDER, Graziela (org). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*. São Paulo. Boitempo, 2017.

LALLEMENT, Michel. Pierre Naville e a divisão do trabalho entre sexos: o sistema produtivo em última instância**.** In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle (org). *O gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. Trad Leineimar Pereira Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

LALLEMENT, Michel.*Comparações internacionais: desafios para os estudos sobre trabalho e gênero***.** Tempo Social, 26(1), 2014, p. 147-161.

MARÇAL, Katrine. *Who cooked Adam Smith's dinner? A story about women and Economics***.** Londres: Portobello Books, 2015.

MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

NEVES, Magda de Almeida. *Entrevista com a professora Magda de Almeida Neves*. 2011. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/03/03/brasil-8-em-10-professores-da-educacao-basica-sao-mulheres.html. Acesso em: 08/09/2021.

NEVES, Magda de Almeida; PEDROSA, Célia Maria. *Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções.* Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr. 2007.

NEVES, Sofia.; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade a serviço da investigação nas Ciências Sociais**.** *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.18, n. 3, p. 408-412, 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n3/a15v18n3.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2019.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*. v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

OROZCO, Amaia Perez. *Subversión feminista de la economia***.** *Maquetación y diseño de cubierta: Traficantes de Sueños [taller@trafi cantes.net]* Edición: Traficantes de Sueños C/ Embajadores, 2014.

REIS, Daniele Fernandes. *Ideias subversivas de gênero em Beauvoir e Butler***.** Sapere Aude – Belo Horizonte, v.4 - n.7, p.360-367 – 1º sem. 2013. ISSN: 2177-6342. Acesso em janeiro de 2021.

RICH, Adrienne. Nacemos de mujer. *La maternidad como experiencia e institución***.** Traficantes de sueños; ISBN: 9788494914775; 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. (2013) [1969], *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. (3a ed.). São Paulo, Expressão Popular.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. New York: Columbia University Press, 1994.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide***.** São Paulo: Sundermann, 2008.

Recebido em 5 de agosto de 2021.
Aceito em 3 de setembro de 2021.

ENSINO DE HISTÓRIA ENTRE O HISTORIOGRÁFICO E O EPISTÊMICO

HISTORY TEACHING BETWEEN HISTORIOGRAPHICAL AND EPISTEMIC

ESEÑANZA DE HISTORIA ENTRE HISTORIOGRÁFICO Y EPISTÉMICA

Guilherme Aguiar Gomes[1]
Domingos Dutra dos Santos[2]

Resumo

O presente estudo visa analisar o debate historiográfico acerca do ensino de História por meio das teorias, metodologia e didáticas. Desse modo, analisou-se como a Teoria da História e os Fundamentos da ciência histórica contribuem para o aperfeiçoamento da prática docente. Assim, o desenvolvimento da pesquisa foi realizado a partir da interpretação, discussão e análises argumentativo-históricas de alguns textos dos historiadores Carr, Moniot, Cardoso, Hobsbawn, Certeau, Hartog, Jenkins, Koselleck e Rüsen. Estudo empreendido a partir das reflexões sobre historiografia, pensamento histórico e cultura histórica, que constitui-se de três etapas: na primeira parte discute-se a questão da história nas diferentes abordagens historiográficas; na segunda, debate sobre ensino de história e a formação do conhecimento histórico, partindo de um breve histórico do ensino de história no Brasil, passando pela formação dos professores, pela escolha do material didático e pelo paradigma historiográfico adotado; Por último faremos algumas considerações sobre o ensino de história, a formação dos professores e a utilização das reflexões na construção do conhecimento.

Palavras-chave: História, Ensino de História, Historiografia, Conhecimento Histórico.

Abstract

This study aims to analyze the historiographical debate about the teaching of History through theories, methodology and didactics. Thus, it was analyzed how the Theory of History and the Fundamentals of Historical Science contribute to the improvement of teaching practice. Thus, the development of the research was carried out from the interpretation, discussion and argumentative-historical analysis of some texts by

1. Graduando do curso de História da Universidade Federal do Maranhão; Integrante do grupo de estudo: Camelot – Grupo de Estudo em História Medieval (UFMA); Lattes:http://lattes.cnpq.br/2152553606382118; E-mail: guilhermeaguiar022@outlook.com.
2. Mestrando do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão; Integrante do Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre África e os Sul Global (NeÁfrica). Lattes: http://lattes.cnpq.br/2352130995185216; Orcid:https://orcid.org/0000-0002-0677-4037 E-mail: dutradomingos09@gmail.com

historians Carr, Moniot, Cardoso, Hobsbawn, Certeau, Hartog, Jenkins, Koselleck and Rüsen. Study undertaken from reflections on historiography, historical thinking and historical culture, which consists of three stages: the first part discusses the issue of history in different historiographic approaches; in the second, debate on the teaching of history and the formation of historical knowledge, starting from a brief history of the teaching of history in Brazil, passing through teacher training, the choice of teaching material and the historiographical paradigm adopted; Finally, we will make some considerations about the teaching of history, teacher training and the use of reflections in the construction of knowledge.

Keywords: History, History Teaching, Historiography, Historical Knowledge.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo analizar el debate historiográfico sobre la enseñanza de la Historia a través de teorías, metodología y didáctica. Así, se analizó cómo la Teoría de la Historia y los Fundamentos de la Ciencia Histórica contribuyen a la mejora de la práctica docente. Así, el desarrollo de la investigación se llevó a cabo a partir de la interpretación, discusión y análisis histórico-argumentativo de algunos textos de los historiadores Carr, Moniot, Cardoso, Hobsbawn, Certeau, Hartog, Jenkins, Koselleck y Rüsen. Estudio realizado a partir de reflexiones sobre historiografía, pensamiento histórico y cultura histórica, que consta de tres etapas: la primera parte discute el tema de la historia en diferentes enfoques historiográficos; en el segundo, debate sobre la enseñanza de la historia y la formación del conocimiento histórico, a partir de una breve historia de la enseñanza de la historia en Brasil, pasando por la formación del profesorado, la elección del material didáctico y el paradigma historiográfico adoptado; Finalmente, haremos algunas consideraciones sobre la enseñanza de la historia, la formación del profesorado y el uso de las reflexiones en la construcción del conocimiento.

Palabras clave: Historia, Enseñanza de la Historia, Historiografía, Conocimiento histórico.

Introdução

Institucionalmente, o ensino de História é entendido como um componente fundamental da educação básica brasileira. Os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem como objetivos desta disciplina a formação de um sujeito crítico, capaz de reconhecer e respeitar diferentes grupos sociais, em seus diversos tempos, reconhecendo semelhanças, formulando explicações para questões do presente e do passado, compreender as formas de organização social e política desenvolvidas valorizando o direito à cidadania e fortalecendo a democracia (BRASIL, 1997).

Contudo, a prática pedagógica centrada no ensino tradicional positivista do século XIX reverbera até os dias atuais. Evidência presente tanto pelos

métodos quanto pelo material didático[3]. Em seu texto *A guardiã das tradições: a História e o seu código curricular*, Katia Maria Abud (2006) enfatiza que tanto o lugar específico no currículo como o código disciplinar se definiram pelos interesses da burguesia.

Ressaltamos que a interação entre professor e aluno é fundamental para que o processo educativo se transforme em construção de conhecimentos, todavia essa ação ganhou nos últimos tempos novos agentes que devem ser incorporados na ação educativa. Esses novos agentes são as diferentes linguagens que estão disponíveis e que necessariamente devem ser incorporadas para a efetivação do processo ensino e aprendizagem. A prática do professor, portanto, ao escolher o que e com que trabalhar, organizar as experiências de aprendizagem, permite aos estudantes a compreensão das temporalidades bem como elaborar suas próprias narrativas. De maneira categórica, Henri Moniot (1993, p. 26) adverte-nos sobre a preparação do professor em possui um conhecimento histórico sobre as fontes selecionadas e ter domínio de conceitos e categorias fundamentais para a análise histórica.

Percebe-se então, que um exercício profissional atento e uma função crítico-reflexiva envolve muitas questões. O ensino de História tem uma função social muito importante, a História é a disciplina que possui grandes possibilidades de contribuir para o desenvolvimento da consciência social do aluno.

Concordamos com Maria Auxiliadora Schmidt (2008), quando afirma que os sujeitos podem aumentar a sua competência de encontrar significados e de se localizar à medida que aprendem a História. Entendemos que é nesse processo de aprendizado histórico que o aumento na experiência e conhecimento é transformado em uma mudança expressiva no

3. Em termos metodológicos, ensino e aprendizagem eram tidos como processos separados, correspondendo o primeiro ao professor, identificado por preleções; e o segundo, ao aluno, marcado pela memorização. Neste ensino tradicional de História, caracterizado por métodos mneumônicos, por exercícios questões-resposta, a avaliação da aprendizagem era feita também de forma tradicional, através de questionários, arguições orais e provas escritas realizadas no final do processo, avaliando, portanto, apenas o resultado final. [...] o ensino do século anterior, marcado pela monumentalidade dos feitos atribuídos a heróis nacionais e um ensino tradicional sem espaço para discussões, reflexões, promoção da autonomia do pensamento, no final da segunda metade do século XX novas discussões e mudanças nos pressupostos teórico-metodológicos da história e da educação contribuíram para a construção de propostas didáticas e curriculares marcadas por diferentes concepções de ensino, aprendizagem e avaliação (Azevedo e Stamatto 2010, p. 704).

desenvolvimento da consciência histórica; ou seja, na capacidade de geração de sentido histórico do aluno e do professor.

Dessa forma, o artigo discute num primeiro momento a questão da história nas diferentes abordagens historiográficas, apresentando autores como Ciro Flamarion Cardoso, Eric Hobsbawn, Marc Bloch, Michel de Certeau, François Hartog, Lilia Scwartz, Keith Jenkins, Reinhart Koselleck e Jörn Rüsen. Na segunda parte do texto temos o debate sobre ensino de história e a formação do conhecimento histórico, partindo de um breve histórico do ensino de história no Brasil, passando pela formação dos professores, pela escolha do material didático e pelo paradigma historiográfico adotado.

A história nas diferentes abordagens historiográficas

Para iniciarmos a discussão acerca da ênfase na *construção do saber histórico*, certamente é relevante retomarmos, em termos de construção do saber e do conhecimento histórico, a classificação sugerida por Ciro Flamarion Cardoso (1997), no clássico capítulo de abertura do livro "Domínio da História. Ensaios de teoria e metodologia", intitulado "História e Paradigmas Rivais".

Para Cardoso (1997), as disputas aparentemente atuais entre modernos e pós-modernos teriam origem nos conflitos entre franceses (que se pretendem defensores da civilização e do universal, sendo a civilização uma espécie de forma superior de cultura) e os alemães (que se pensam como defensores da cultura, dos costumes pensados como específicos de sociedades individualizadas).

Assim, em termos epistemológicos, haveria dois grandes paradigmas: o moderno (iluminista) e o pós-modernos. Na disciplina história, as principais correntes ou escolas situadas no paradigma moderno seriam o marxismo e a Escola dos Annales do período de 1929 a 1969. Na visão marxista da história, entende-se que "a realidade social é mutável", que essa mudança é submetida a leis cujo reflexo são as leis dinâmicas da ciência (histórica) e que "as mudanças conduzem a estados periódicos de equilíbrio numa dinâmica entre conjuntura e estrutura (CARDOSO, 2000, p. 24).

Já uma pesquisa que partisse do pressuposto da Escola dos Annales do período indicado anteriormente defenderia que a história possui um caráter científico, mas sendo uma ciência em construção, e não uma ciência fechada e neutra. Ademais, compreende-se que é preciso superar a concepção de

uma escrita histórica como pura narração para se produzir uma história-problema (CARDOSO, 2000, p. 28).

De fato, podemos observar mudanças nas formas como os historiadores vêm pensando a escrita e a pesquisa histórica. Aqui, em termos do que Cardoso define como visão moderna da história, vale retomar a reflexão realizada pelo grande historiador inglês do século XX, Eric Hobsbawm, ao responder ao questionamento: "A História progrediu"? Este questionamento dá o título do capítulo 5 do livro "Sobre História", originalmente lançado em 1997.

Hobsbawn destaca que, ao longo do século XX, aquilo que "os historiadores ortodoxos da década de 1890 rejeitavam por completo" acabou ocorrendo: "uma aproximação entre a história e as ciências sociais". Ele destaca, contudo, que isso não significou que os historiadores se submeteram às ciências sociais ou que os historiadores tenham passado a entender a história, enquanto disciplina, como um campo disciplinar e científico ausente de métodos, técnicas e teorias capazes de lhe consubstanciar. O que ocorreu, segundo Hobsbawm foi que passou a haver diálogo entre historiadores e cientistas sociais. Com efeito, argumenta ele: "Se os historiadores progressivamente recorreram a várias ciências sociais em busca de métodos e modelos explicativos, as ciências sociais progressivamente tentaram se historicizar e com isso recorreram aos historiadores" (Eric J. HOBSBAWM, 1998, p. 77).

Certamente, o mais relevante aqui salientar é que, de acordo com Hobsbawm, "a história se afastou da descrição e da narrativa e se voltou para a análise e a explicação". Apesar de reconhecer avanços ao longo do século XX, Hobsbawm salienta que seria necessário que a escrita e a pesquisa histórica se reatualizassem no sentido, por exemplo, de que a história política deixado de lado pelos historiadores ditos revolucionários fosse retomada (HOBSBAWM, 1998, p. 77-78).

A necessidade de que a história seja problematizada, no sentido de que seus objetos resultem de reflexões em diálogo não apenas com o passado, mas também com o presente, fora colocada já faz algum tempo. Neste sentido, é preciso relembrar Marc Bloch, em *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. De acordo com Lilia Scwartz (2001, p. 7), Marc Bloch teria inaugurado a noção de "história como problema".

De fato, para Bloch, uma vez que o passado é praticamente infinito, o historiador tem que recortar um ponto específico para sua análise, de modo

que a escolha do historiador "é um autêntico problema de ação" (p. 52). Em segundo lugar, dizer que a história é ciência do passado é um equívoco, porque não é todo passado que interessa à história, mas apenas o passado humano. Deve-se destacar também que embora Bloch afirme que a história uma ciência, ele não deixa de asseverar que "os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática", sendo necessária muitas vezes "uma grande finesse de linguagem" para penetrá-los e traduzi-los, de modo que, nesses termos a história também se aproxima da arte (p. 54-55). Finalmente, para fins da reflexão aqui desenvolvida, destaque-se que Bloch infere claramente que *a História é a ciência dos homens no tempo* (p. 55), o que não deve levar a se cair no ídolo das origens, segundo o qual o tempo mais distante explicaria o mais próximo; ao contrário, argumenta Bloch através de um provérbio árabe: "Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais" (p. 60).

Voltando à classificação de Ciro Flamarion Cardoso (1997), seria pós-moderna uma pesquisa que partisse de uma visão de história-disciplina como aquela definida por Keith Jenkins, qual seja:

> A história é um discurso mutável e problemático — ostensivamente a respeito de um aspecto do mundo, o passado —, produzido por um grupo de trabalhadores cujas mentes são de nosso tempo (em grande maioria, em nossa cultura, historiadores assalariados) e que fazem seu trabalho em modalidades mutuamente reconhecíveis que são posicionadas epistemológica, ideológica e praticamente; e cujos produtos, uma vez em circulação, estão sujeitos a uma série de usos e abusos logicamente infinitos mas que, na realidade, correspondem a uma variedade de bases de poder existentes em qualquer momento que for considerado, as quais estruturam e distribuem os significados das histórias ao longo de um espectro que vai do dominante ao marginal (JENKINS, 1991, p. 26 Apud CARDOSO, Ano, p. 38-39).

Embora partindo de lugares diferentes, essa definição de história de Jenkins, segundo a qual "a história é um discurso" guarda similaridades com aquele defendida por Michel de Certeau no clássico *A Escrita da História*. Para Certeau, um dos grandes dilemas da história é que ela tem de relacionar o real e o discurso. Há uma dimensão profundamente literária no discurso histórico, embora possa haver certo controle da imaginação histórica. Assim, história é discurso embora ao mesmo tempo seja de caráter científico. O aspecto científico do discurso histórico poderia ser visto como

"um conjunto de regras que permitam 'controlar' operações destinadas à produção de objetos determinados" (Michel CERTEAU, 2008, p. 47). Assim, para Certeau a história consiste numa "operação" que articula determinados lugares (por exemplo, uma profissão), procedimentos de análise e a construção de um texto. Com efeito, argumenta Certeau:

> [...] Tal é a dupla função do lugar. Ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise. Sem dúvida, esta combinação entre permissão e interdição é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com qualquer coisa. É igualmente sobre esta combinação que age o trabalho destinado a modificá-la (CERTEAU, 2008, p. 77).

Em diálogo com essas últimas concepções de história, também podemos inserir o debate proposta por François Hartog em Regimes de Historicidade. Por regime de historicidade, o autor entende não se tratar de uma realidade dada, não seria algo como um paradigma de uma época, mas sim uma espécie de instrumento ou de modo mais amplo algo que poderia ser útil para pensar determinadas perspectivas temporais e espaciais. Diz Hartog:

> O uso que proponho do regime de historicidade pode ser tanto amplo, como restrito: macro ou micro-histórico. Ele pode ser um artefato para esclarecer a biografia de um personagem histórico (tal como Napoleão, que se encontrou entre o regime moderno, trazido pela Revolução, e o regime antigo, simbolizado pela escolha do Império e pelo casamento com Maria-Luisa de Áustria), ou a de um homem comum; com ele pode-se atravessar uma grande obra (literária ou outra), tal como as *Mémoires d'outre-tombe* de Chateaubriand (onde ele se apresenta como o "nadador que mergulhou entre as duas margens do rio do tempo"); pode-se questionar a arquitetura de uma cidade, ontem e hoje, ou então comparar as grandes escansões da relação com o tempo de diferentes sociedades, próximas ou distantes. E, a cada vez, por meio da atenção muito particular dada aos momentos de crise do tempo e às suas expressões, visa-se a produzir mais inteligibilidade (François HARTOG, 2017, p. 13).

Já Koselleck apresenta um conceito de história no qual relaciona "uma sociedade" e seus "conceitos"; assim, encontram-se em uma relação de polarização que caracteriza também as disciplinas históricas a eles associadas (Reinhart KOSELLECK, 2006, p. 98). Ele afirma que sem conceitos comuns

não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política. Por outro lado, os conceitos fundamentam-se em sistemas político-sociais que são, de longe, mais complexos do que faz supor sua compreensão como comunidades linguísticas organizadas sob determinados conceitos-chave (KOSELLECK, 2006, p. 98).

Quando se pensa na integração entre a história dos conceitos e a história social, vale ressaltar que, para Koselleck (2006, p. 103), existe "[...] a obrigação de compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então. Neste sentido, inúmeras questões surgem em torno de entender uma relação entre a história dos conceitos e a história social com o intuito de formalizar um conceito de história.

A fim de se adquirir uma compreensão mais ampla do léxico dos conceitos fundamentais para a história da historiografia, deve-se levar em conta a evolução da história dos conceitos dos seus primórdios até a década de 1970. (KOSELLECK, 2016, p. 22). É importante registrar para as concepções que hoje em dia atendem pela designação de "concepção de história" e que ocupam algum espaço no conceito de História. Mas Isidoro recusava a ideia de restringir a *história* à História Contemporânea – isso em consonância com a tradição educacional de seu tempo – subsumindo os *annales à história*. Em consequência, *"história"* referia-se a: (a) forma de conhecer tudo aquilo que era o passado (KOSELLECK, 2016, p. 63).

Vale a pena aqui retomar Hartog em *Crer na História*:

> Resta uma última questão, a do sentido da história. Crer em história implica em crer que ela tem um sentido? Evidentemente, não. A perda de sentido a torna mais obscura, mais ameaçadora, mas não menos presente. Na Europa, o sentido da história não resistiu aos desafios e aos crimes do século XX- que se entenda por sentido, significado, realização ou simplesmente direção- e com ele deteriorou-se a noção de história universal que o primeiro século XIX havia elevado em tão alto grau. Sentido da história, mas também sentido do homem e da cultura (HARTOG, 2017, p. 23).

Neste sentido, sente-se a necessidade de se discutir o verdadeiro sentido que a história traz para o campo científico, crer que existe uma história como se acreditou a partir do século XIX. Dessa forma, ele reafirma as virtudes do modelo da história *magistra vitae*, insistindo no seu papel de união

entre passado e presente, mas também entre presente e futuro: a História nos une aos séculos passados e transmite o que nós somos aos séculos futuros (HARTOG, 2017, p.12).

Nesta perspectiva a semântica do termo história corrobora com a apresentação de Marcelo Jasmim no livro *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* afirma que:

> [...] a História (como um singular coletivo) tornou-se uma dimensão inescapável do próprio devir, obrigando toda ação social a assumir horizontes de expectativa futura que a inscrevem como um desdobramento consoante com o processo temporal... a história conceitual de Reinhart Koselleck vai além da pesquisa etimológica ou filológica do conceito. Ela é uma pesquisa da consciência humana no seu enfrentamento com as condições de possibilidade da existência, daquilo que se é, e daquilo que se pode vir a ser (2006, p. 12).

Reinhart Koselleck apresenta em seus conceitos uma nova dimensão para a história

> Desde a segunda metade do século XVIII se acumulam indícios que apontam enfaticamente para o conceito de um novo tempo. O tempo passa a ser não apenas a forma em que todas as histórias se desenrolam, ele próprio adquire uma qualidade histórica. A história, então, passa a realizar-se não apenas no tempo, mas através do tempo. O tempo se dinamiza como uma força da própria história. Mas esta nova fórmula da experiência pressupõe também um novo conceito de história, a saber, a história como singular coletivo, que a partir de mais ou menos 1780 pode ser coordenado como história em si, sem um objeto a ela coordenado ou um sujeito pré-ordenado (KOSELLECK, 2006, p. 283).

Esse conceito de "singular coletivo" permite a possibilidade de ver todos os seres humanos como sujeitos históricos, como contribuintes de uma historiografia a partir de diferentes pontos de vista. No livro *A escrita da história: novas perspectivas*, organizado pelo historiador Peter Burke, foi inserida uma série de capítulos que tematiza diferentes novos pontos de vista, a partir dos quais estão sendo escritas as várias histórias. A história vista de baixo, ou seja, da cosmovisão das mulheres, a história do ponto de vista dos países não dominantes, são alguns pontos de vista propostos, o que pode englobar todas as minorias silenciadas.

Acredita-se que a história estudada possibilite uma construção a fim de entender o verdadeiro papel que ela traz fazendo uma relação entre o

passado e o presente com um olhar para o futuro. Estes conceitos e marcos temporais, acompanharam o ensino de História por vários anos. Neste ponto encontramos aproximações entre o conceito rüseniano de utopia e a expressão "horizonte de expectativas" de Reinhart Koselleck.

De acordo com Jörn Rüsen, o conhecimento dessas regras e suas competências para as empregar na prática definiram e definem o historiador como especialista. Esse conceito do método, em comparação com o primeiro conceito, mais orientado para teoria do conhecimento e da ciência, está muito mais perto da prática (Jörn RÜSEN, 2007, p. 101).

A fim de se compreender o processo de construção do conhecimento a partir de uma construção histórica o historiador cita ainda que a interpretação histórica é um trabalho de síntese, ela remete a perspectivas teóricas ao passado, nas quais o passado se reveste do caráter de histórico, com o conteúdo informativo das manifestações empíricas, mediante as quais esse passado se faz perceptivelmente presente (RÜSEN, 2007, p. 129). Portanto, o conhecimento histórico é dinâmico e complexo.

Em Rüsen o debate sobre a construção do conhecimento histórico perpassar pela discussão sobre didática da história, narrativa, pensamento histórico, experiência do tempo e especificamente no conceito de consciência histórica. Sobre essa categoria Rüsen destaca que

> A consciência histórica é a constituição de sentido sobre a experiência do tempo mediante uma narrativa que trate da realidade. A narrativa constitui (especificamente) a consciência histórica na medida em que recorre a lembranças para interpretar as experiências do tempo [...] A consciência histórica não é idêntica, contudo, à lembrança. Só se pode falar de consciência histórica quando, para interpretar experiências atuais do tempo, é necessário mobilizar a lembrança de determinada maneira: ela é transposta para o processo de tornar presente o passado mediante o movimento da narrativa. A mera subsistência do passado na memória ainda não é constitutiva da consciência histórica. Para a constituição da consciência histórica requer-se uma correlação expressa do presente com o passado – ou seja, uma atividade intelectual que pode ser identificada e descrita como narrativa (histórica) (RÜSEN, 2010, p. 62-63).

Rüsen aponta que a consciência histórica na atualidade não é homogênea, mas que se realiza segundo diferentes formas de geração de sentido histórico. É na narrativa que essa formatação da narrativa da significação

histórica; são diferentes modos da operação mental pela qual a consciência histórica toma forma (RÜSEN, 2010, p. 56-57). De forma mais clara Rüsen está falando que a apreensão do passado operada pelo pensamento histórico na consciência histórica baseia-se na circunstância de que as experiências, e o futuro apropriado como perspectiva de ação, se as experiências do tempo forem relacionadas com as do passado, o que se processa na lembrança interpretativa que as faz presente.

A consciência história funciona em parte para manter vivas as tradições. Rüsen afirma que a consciência histórica serve como um elemento de orientação chave, dando à vida prática um marco e uma matriz temporais, uma concepção do "curso do tempo" que flui através dos assuntos mundanos da vida diária. O historiador ainda ressalta que a consciência histórica deve ser conceituada como uma operação do intelecto humano para aprender algo neste sentido. A consciência histórica trata do passado como experiência, nos revela o tecido da mudança temporal dentro do qual estão presas as nossas vidas, e as perspectivas futuras para as quais se dirige a mudança (RÜSEN, 2010, p. 56-57). Na definição do autor, a consciência histórica é um fenômeno do mundo vial, imediatamente ligada, e pode ser entendida como "[...] a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo" (RÜSEN, 2010, p. 57).

A consciência histórica é uma das condições da existência do pensamento que não está restrita a um período da história, a regiões do planeta, a classes sociais ou a indivíduos mais ou menos preparados para a reflexão histórica ou social geral. Nesse sentido a consciência histórica pode ser entendida como uma característica constante dos grupos humanos, por maiores que sejam as suas diferenças culturais (Luís Fernando CERRI, 2011, p. 27-28).

Para Rüsen, o homem tem que agir intencionalmente, e só pode agir no mundo se o interpretar e interpretar a si mesmo de acordo com as intenções de sua ação e de sua paixão. pois, a consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraíza-se, pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática (RÜSEN, 2010, p. 78).

Ao pesquisar o local, Schmidt (2007) discute a questão da consciência histórica, que está presente tanto na relação da identidade como também na ação. Citando Rüsen, a autora considera que:

> A consciência histórica (...) é um pré-requisito para a orientação em uma situação presente que demanda ação. Isto significa que a consciência histórica funciona como um modelo específico de orientação nas situações reais da vida presente, tendo como função específica ajudar-nos a compreender a realidade passada para compreender a realidade presente. Desse ponto de vista, a consciência histórica dá à vida uma concepção do curso do tempo, trata do passado como experiência e revela o tecido de mudança temporal no qual estão amarradas as nossas vidas, bem como as experiências futuras para as quais se dirigem mudanças (SCHMIDT, 2007, p. 194).

A consciência é fundamental ao ser humano porque cria um entendimento sobre o mundo e si próprio, de modo a poder agir na vida prática, interpretando e articulando as experiências do tempo. Vale ressaltar que consciência histórica não é a mesma coisa que estado de consciência. É preciso atentar-se para os sinônimos que Rüsen utiliza, tais como "estruturas mentais", "operações do pensamento", "processos mentais de interpretação", "operações de constituição e/ou rememoração de sentido". Para Rüsen a consciência histórica seria universalmente humana (William C. Cipriani BAROM, 2012, p. 77; Rüsen, 2001, p. 78). A História no ambiente escolar deve formar a consciência histórica do aluno, ou a consciência histórica cultural/social do aluno deve ser levada em consideração na sua produção de sentido na vida prática, inclusive na própria compreensão da História ensinada no ambiente escolar.

Por esse mesmo viés caminha Hobsbawm (1998, p. 68), quando, como vimos anteriormente, pergunta-se sobre se a história progrediu. Não há nenhuma resposta óbvia a essa pergunta, na medida em que não há nenhum acordo entre historiadores sobre o que estão tentando fazer, ou, nesse sentido, sobre qual o seu tema de estudo. Segundo o autor, tudo que aconteceu no passado é história; tudo o que acontece agora é história.

Neste sentido, afirma o autor que quem quer que investigue o passado com critérios científicos reconhecidos é um historiador, e isso é quase tudo com que concordarão os membros da profissão (HOBSBAWM, 1998, p. 68).

Para entender a trajetória do ensino de história é importante destacar que,

> Um modo de evitar tais debates é ver o que tem acontecido de fato na pesquisa histórica no curso das últimas gerações e perguntar se isso indica uma tendência sistemática de desenvolvimento o tema. Isso não prova o "progresso", mas bem pode mostrar que essa disciplina não é apenas uma espécie e canoa acadêmica oscilando ao sabor das ondas do gosto pessoal, política e ideologia correntes, ou até meramente ao sabor da moda. Tomemos por exemplo, a metade da década de 1980, que constitui um ponto decisivo na história das ciências naturais modernas. A história como objeto acadêmico respeitável havia sido solidamente estabelecida. (HOBSBAWM, 1998, p. 68-69).

Ademais, os autores acima citados abordam o ensino de história numa perspectiva de entender a importância do conceito de história. Nesse sentido, Hobsbawm (1998, p.70) acrescentava que mesmo se deixarmos de lado todas essas ciências e disciplinas que, ao contrário dos historiadores, se recusavam a considerar a história – pelo menos de sua perspectiva – apenas como uma coisa deplorável em vista de uma outra empreendida preferencialmente por leis e grandes homens, a revolta contra a ortodoxia não se confinava a uma ideologia específica.

No entanto, é importante pontuar que nos escritos de Hobsbawm, o autor deixa claro sua intencionalidade em mostrar que a historiografia tem caminhado numa direção específica de várias gerações, independente das ideologias de seus profissionais, ele menciona que o que é mais importante – contra a resistência descomunalmente poderosa e institucionalmente entrincheirada da profissão de historiador (HOBSBAWM, 1998, p. 71).

Ensino de História e a formação do conhecimento histórico

Chegando a este ponto, cabe lembrar que as autoras Helenice Rocha e Flávia Eloisa Caimi (2014) no texto *A(s) história(s) contada(s) no livro didático hoje: entre o nacional e o mundial* enfrentam o debate sobre construção do passado histórico através de um estudo sobre ensino de História no Brasil com o intuito de destacar o lugar das múltiplas narrativas na organização do currículo de História. As autoras destacam a legitimidade das fontes, a centralidade do livro didático para o código disciplinar e PNLD como "termômetro de tendências".

O livro didático é o foco da discussão devido sua incidência e relevância tanto na produção acadêmica quanto no cenário escolar. As pesquisas sobre

livro didático o submetem ao critério fontes e métodos, assim tal recurso pedagógico apresenta o sentido das narrativas curriculares, em aspectos históricos. Helenice Rocha e Flávia Eloisa Caimi destacam que

> Acompanhando o debate entre intelectuais sobre o sentido da história, as narrativas da História Universal e da História Geral expressam as lutas para definição da história que deveria ser ensinada para se atingir os objetivos da formação do cidadão. Não é por acaso que, em dez livros escolares de História Geral utilizados no Colégio Pedro II entre 1838 e 1907, quatro possuíam denominações como "Compêndio Universal", "História da Civilização" e "História Geral". Os outros compêndios tratavam de partes dos conteúdos relativos a períodos dessa história, com destaque para a Idade Antiga e a Idade Média, ou seja, partes dessa História Geral (2014, p. 127).

De acordo as autoras a tentativa de identificar a maneira como vem sendo elaborada e apresentada a narrativa integrada no currículo de História, requer reflexões de cunho político, que perpassam especialmente pela redução das ciências humanas às disciplinas História e Geografia. As relações estabelecidas entre os conteúdos relativos à história do Brasil e os de história mundial, é algo que começa no século XIX no Colégio Pedro II e se estende aos debates contemporâneos postos na Base Nacional Comum Curricular.

Um outro foco deste projeto de pesquisa é que parte do diálogo com *paradigmas e epistemologias características do campo da produção do conhecimento*, o que se conecta diretamente ao caso da neurociência (como veremos no próximo subtópico). Aqui, gostaria de destacar que há alguns problemas específicos da epistemologia das ciências sociais e humanas, apontados por Ciro Flamarion Cardoso (2011), que certamente serão fundamentais para serem aprofundados no desenvolvimento desta pesquisa.

Para Cardoso (2011, p. 1), há cinco feixes de problemas que aparecem quando se consideram os aspectos epistemológicos das ciências sociais e humanas, logo, a história aqui inclusa. Destaco aqui três desses elementos. Nesse campo de ciências, "a consciência e a razão existem *tanto no sujeito quanto no objeto*, posto que nelas os seres humanos são tanto sujeito quanto objeto do conhecimento, o que torna a relação sujeito-objeto, bem como a objetividade do conhecimento científico, assuntos problemáticos". Em segundo lugar, "os seres humanos têm corpo, mente (razão) e também um inconsciente, bem como sentidos; possuem uma carga genética; existem em um nível individual, mas integram também conjuntos ou sociedades".

Em terceiro lugar, "as ciências sociais e humanas coexistem com outras: as formais e as naturais".

Assim, nota-se que questões referentes à produção do conhecimento, o debate sobre consciência e razão (caros à neurociência) também o são para a história enquanto disciplina. E, além disso, os seres humanos, objeto da história e da neurociência são considerados como tendo dimensões conscientes e inconscientes, culturais e genéticas, individuais e sociais e finalmente, a história não existe sozinha, mas está em coexistência com as chamadas ciências naturais e formais.

A afirmação de Jaime Pinsky e Carla Pinsky (2013, p.19), de que "a História é referência, sendo preciso, portanto, que seja bem ensinada", apresento como precedente para uma reflexão sobre o Ensino de História no Brasil baseado em concepções que acredito que seja pertinente e sirvam para pensar o ensino a partir de algumas mudanças, tanto na forma de ensinar quanto de aprender, permitindo formas distintas de compreendê-lo.

Começo então pelo que é História; sim, porque, antes de tê-la como referência ou como campo a ser investigado, é necessário saber qual o significado e o sentido que ela traz para a sala de aula e para o contexto de vida pelo indivíduo, sujeito de ação histórica.

Edward Hallett Carr, em sua obra *Que é História*, responde com perspicácia e sabedoria o que é História. E, "para que ninguém pense que a pergunta é sem sentido ou supérflua" (1982, p. 11), o autor principia sua explicação através de algumas reflexões que aparecem na publicação da obra *Cambridge Modern History*. Uma explica que História

> É uma oportunidade única de registrar, da maneira mais útil para o maior número, a abundância de conhecimento que o século XXI está em vias de legar. Pela divisão criteriosa do trabalho, deveríamos ser capazes de fazê-lo e levá-lo ao conhecimento de todos, o documento mais recente e as conclusões mais amadurecidas da pesquisa internacional (CARR, 1982, p. 11).

Nesta passagem, o autor dá margens suntuosas a múltiplas interpretações do que realmente seja História e sua função social. Ele vê o passado através dos olhos do presente de cada historiador ou de quem lê a narrativa produzida. Reconhece que alguns fatos históricos "básicos" são os mesmos para todos os historiadores, porém, cabe a cada um, apresentar maneiras dinâmicas de interpretar e zelar o alicerce empírico sobre o qual se constitui o fato Carr (1982, p. 8) ressalta ainda que, "se o historiador recria o que se

passa na mente dos que fizeram a História, o leitor tem que recriar o que está na mente do historiador". Assim, a dinâmica do conhecimento perpassa pelas gerações que pesquisam a História, dando sentido para cada fato vivido no passado e a interlocução com o presente.

De acordo com Carr (1982), "os fatos não são absolutamente como peixes na peixaria" (p.24), esperando serem vendidos, tratados e servidos à mesa. O peixe é livre em seu mundo oceânico. O que o pescador usa para atraí-lo à sua rede pesqueira dependerá da criatividade de ação na hora de pescá-lo. No contexto humano, o que atrai as pessoas ao conhecimento histórico é a maneira como este conhecimento é ensinado e o sentido que se dá a ele na hora de sua exposição.

Assim, Carr (1982) afirma que: "História significa interpretação" (p. 24), "libertar-se da mão morta do passado" (p. 25) e lançar sintonia do aprendido com possibilidades de aprendizagem da história já vivida e interpretada. Dessa forma, a História nunca ficará voltada apenas para o passado, ela estará sempre num processo de renovação.

A noção de História apresentada por Carr (1982), creio que seja a mais interessante para esta pesquisa, pois a sua concepção sobre esse campo, propõe-me a pensar o Ensino de História através de possíveis caminhos a serem percorridos que enfatizam a sua descrição enquanto Ciência[4]. E, sendo uma Ciência, promove diversas representações tanto no mundo acadêmico quanto na vida dos indivíduos, adicionando, subtraindo, reformando ou mesmo "apagando" fatos e acontecimentos que a narrativa original sustenta, sem perder de vista a originalidade dos fatos, pois "o historiador sem seus fatos, não tem raízes, é inútil" (CARR, 1982, p. 29).

A concepção de História defendida por Carr (1982) propõe necessariamente "um diálogo interminável entre o presente e o passado" (p. 29) para que os fatos e acontecimentos do presente busquem suas raízes em fatos passados, e assim a História se renova a cada dia.

A obra *Cambridge Modern History* ainda é muito atual, apresentando forte contribuição para se inferir a História e seu ensino de modo dinâmico e interdisciplinar na tarefa de interpretar aspectos da realidade passada, contextualizando-os, para que surjam novas inquietações a serem pesquisadas, oportunizando espaços para novas discussões.

.....

4. Ciência neste contexto tem o sentido de conhecimento metódico, profundo de algo, fenômeno ou fato. Corpo organizado por meio de pesquisas e reflexões que dão vida a esse corpo.

Passados quase quarenta anos da publicação dessa obra, a sociedade brasileira vive momentos de profundas mudanças em todas as suas esferas. O campo da educação, sendo uma delas, não poderia ser diferente. A eclosão tecnológica impulsiona a sociedade a ser moderna, permitindo-se novos desafios a cada instante. O uso da internet associada a computadores, celulares, sites, provoca o homem contemporâneo a enfrentar os dilemas que essas mudanças produzem social e cotidianamente.

No processo de mudança, em que tudo se transforma, o que é certo hoje, amanhã poderá não ser e o que era refutado ontem, hoje pode ser defendido. A busca pela verdade por meio da Maiêutica[5], na conjuntura atual poderá ser questionada. Estes e outros fatores abrem espaços para se pensar uma sociedade diversa e interdisciplinar.

Se antes as pessoas não sabiam o que fazer para obter uma informação, hoje não sabem como lidar com tanta informação que chega a todo instante. As mudanças antes lentas entram na era da rápida conexão e as ideias de um novo homem e concepção de Ciência são modificadas constantemente.

Em consonância às mudanças que vêm acontecendo, "o homem pode também se perguntar se essa modernidade criou condições para que ele aprofundasse a consciência de si mesmo e do outro" (Janice THEODORO, 2013, p. 50), pode questionar-se sobre os benefícios que esse mundo virtual trouxe para o campo das Ciências à proporção que as inopinadas mudanças geram uma maior capacidade de informação, "mas para isso é necessário aprender a pensar [...] para que possamos vencer o desafio da vida contemporânea temos que problematizar a realidade que nos cerca" (Ibidem). E para que essa reflexão ganhe força que a sustente, "o primeiro passo é conhecer" (THEODORO, 2013, p. 51).

Exatamente nesse primeiro passo, posto por Theodoro que o Ensino de História é situado na atualidade, através de um debate mais crítico sobre fatos e eventos passados e suas possíveis interlocuções contemporâneas, através de gestos significativos que esses fatos podem promover no presente e a abertura para possíveis diálogos com outras áreas do conhecimento.

É preciso "romper o anel de aço que existe entre as zonas do conhecimento" (Leandro KARNAL, 2013, p. 12) e oferecer condições para que o

5. Método criado por Sócrates, filósofo grego que se caracterizava pelo surgimento de argumentações relacionadas a diversos aspectos sociais, produzindo entre seus interlocutores a reflexão e a busca por respostas para suas próprias inquietações. A Maiêutica – que tem o significado de dar à luz, parir - recebeu este nome em referência à profissão de sua que era parteira.

Ensino de História seja sistematizado pelo viés de outras zonas do saber. O saber não se sustenta sozinho e, isso se mostra, nesse debate que, "não se trata de extinguir ou criar novas disciplinas, mas de mudar a abordagem sobre as disciplinas atuais" (José Alves de FREITAS NETO, 2013, p. 62).

O Ensino de História por mais que se ocupe de fatos passados, precisa está sempre atual e disposto a novas análises e abordagens. Dessa forma,

> O aluno deve aprender mais do que conteúdo e incorporar a reflexão crítica e a aquisição de valores, por intermédio dos temas apresentados pelos professores, para que sua compreensão da realidade seja mais abrangente e menos preconceituosa, como no caso da discussão com base no tema proposto (FREITAS NETO, 2013, p. 63).

Considero nas palavras de Freitas Neto, que o Ensino de História necessite ser analisado de forma que tenha significado tanto ao professor, como mediador do processo ensino aprendizagem, quanto ao aluno, como receptáculo do conhecimento gerido nesse processo, o que é aprendido e como é aprendido, e se essas aprendizagens terão sentido na vida pessoal e profissional desse educando. Sim! Porque a escola necessita preparar o cidadão para o convívio em sociedade, para o mercado de trabalho e para o prosseguimento de estudos posteriores.

É necessário, porém, acompanhar as novas tessituras do campo de História sem perder de vista as conexões do conhecimento histórico, o que o aluno necessita conhecer e o que poderá ter como dessas aprendizagens. Por isso, é importante que haja um diálogo entre os campos científicos, pois, por mais distintos que sejam seus objetos de estudo, sempre tematizam sobre o homem em sua existência.

Para que o Ensino de História tenha sentido para o aluno, é importante que a "História seja revalorizada e que os professores dessa disciplina se conscientizem de suas responsabilidades sociais perante os alunos, preocupando-se em ajudá-los" (Jaime PINSKY; Carla Bassanezi PINSKY, 2013, p. 22). Diante dessa revalorização defendida pelos autores, lembrar-se que esse ensino é vivo, faz toda a diferença.

Quando Karnal (2013, p. 8) menciona que "a História está envolvida em um fazer orgânico: é viva e mutável", ele oferece uma concepção de que por mais que seu ensino esteja apontado para narrativas em documentos passados, é o professor contemporâneo que o aponta, que o mostra, que o contextualiza. É ele quem oferece pontos para análises e reflexões do que foi,

do que poderia ser e do que pode ser extraído para compreensão da sociedade atual, nos seus aspectos políticos, sociais, educacionais e culturais. Ora, pois "sendo o fazer pedagógico mutável no tempo, seu exercício pedagógico também o é" (Ibidem).

Dependendo do exercício pedagógico em que a aula esteja envolta, os conteúdos trabalhados pelo professor podem ser vitalizados através de várias abordagens, podendo assim, permitir que outras disciplinas se interessem por suas temáticas e possam se integralizar nessa ação.

Numa sala de aula de Ensino Médio - num exercício de exemplificação que toca na proposta desta dissertação –, por que não pensar um conteúdo pertencente a uma série como a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, trazendo para a dinâmica de sua aula, fundamentos extraídos da Sociologia, da Filosofia, da Geografia, da Matemática e da Biologia?

Que reflexões os professores de História podem promover, relacionando o fato histórico aqui mencionado com campos distintos do conhecimento humano sem deixar de lado o objetivo principal de sua aula? Envolvidos em um processo de natureza interdisciplinar, quais textos, curiosidades e atividades eminentemente criativas o professor poderá propor, desde que possam gerar entendimentos mais abrangentes, sustentando-se na ideia de comunicação e associação de saberes?

Ana Lúcia Gomes da Silva (2014, p. 40) não responde os questionamentos acima, nem se propõe a isso. Todavia, afirma que "um processo interdisciplinar desafiador, onde se delimita um ponto de partida e um ponto de chegada, será resultante da compreensão, da intuição, da expressão e da sensibilidade". Sendo assim, a autora dá margem para se pensar em novos enfoques na produção do conhecimento a partir do que o educando já saiba e o que ele poderá conhecer em diante, dependendo da sua necessidade de aprendizagem.

Através de diferentes enfoques de ensinar e aprender História com a possibilidade de aproximá-la de outras áreas do saber é sem dúvida não perder de vista a especificidade de cada área e promover uma aproximação entre os saberes para que o aluno consiga visualizar para além do que é visto em sala de aula.

Tendo um olhar atento às aprendizagens escolares, o professor tende a manter o Ensino de História vivo e mutável. Como postula Karnal, sendo o exercício de linguagem interdisciplinar fundamental para que o ensino continue vivo e volúvel.

Existe um passado vivo e mutável e o exemplo dado sobre a Corte no Brasil é um fato "passado", assim como outros que compõem a sociedade brasileira, porém, "quem recorta, escolhe, dimensiona e narra este passado é o homem do presente" (KARNAL, 2013, p.7). Assim, "uma vez produzido, todo texto histórico torna-se ele mesmo objeto de História, pois passa a representar a visão de um indivíduo sobre o passado" (Ibidem).

Na assertiva de Karnal, o homem que escolhe, narra e dimensiona o passado, em se tratando de ambiente escolar é o professor que tem sob sua responsabilidade, dentro de seu comando de voz e postura metodológica, o desafio de ensinar conteúdos históricos e permitir ao seu aluno "uma aprendizagem mais prazerosa e consequente" (PINSKY; PINSKY, 2013, p. 36), dando-lhe sentido e repertório diversificados em vários ângulos de entendimento.

Sendo assim, um acontecimento que prenuncia uma riqueza cultural de compreensão é interdisciplinar, e, sendo assim, é gerador de múltiplas interpretações para uma mesma narrativa, como foi o exemplo citado sobre a transferência da Corte Portuguesa para solo brasileiro.

Na diversidade em que o Ensino de História se encontra hoje, nas etapas do ensino brasileiro, os conteúdos devem ser trabalhados através de exposições e sequências horizontalizadas nas quais haja uma facilitação para que o estudante possa citar, interpretar, relacionar, identificar fatos, dando-lhes enredos atuais e significados à organização do pensamento crítico.

Não se trata de "recuperar o passado tal qual como ele aconteceu" (Nilton Muller PEREIRA; Cleusa Maria Gomes GAEBIN, 2010, p.169), pois a sala de aula não é um ambiente mumificado. Pelo contrário, é um lugar de promoção de linguagens e narrativas na relação de força que a sociedade estabelece, priorizando mais a reflexão e menos a memorização. E, "estabelecer um diálogo entre o passado e o presente" (KARNAL, 2013, p. 7) é, sem dúvida, manter a História sempre atual.

A amplitude dos estudos sobre o Ensino de História vem permitindo maiores análises em seu emprego e em suas definições. Observando como era esse ensino, antes conservador, preocupado com a eficiência memorativa e como se situa atualmente, novas concepções foram se sistematizando e se dividindo entre as áreas, excluindo a cristalização e a naturalização que alguns eventos históricos continham em sua gênese tradicional.

A produção do moderno tomou conta das salas de aula e, hoje, ao professor, cabe à experiência de não apenas "contemplar o espetáculo da diferença alheia" (PEREIRA; GRAEBIN, 2010, p. 172), mas fazer com que seus alunos façam parte desse espetáculo de modo dinâmico e proativo, protagonizando o que a História de fato ensina. Só assim "o Ensino de História deixa de ser um julgamento do passado" (Ibidem) e passa a gerenciar ações e resultados em tempo real.

O não julgamento do passado e de ações em tempo real, terão sentido a partir do momento em que o passado se revele em tempo presente e se mostre aberto a indagações. Só assim poderá ser considerado um fato histórico e, sendo fato histórico,

> A História passa a ser o instrumento da ação; um instrumento capaz de equipar as novas gerações com as ferramentas para ler as representações que circulam na sociedade do momento presente e que circularam no passado. Em outras palavras, fazer do Ensino de História um campo de constituição de subjetividades capazes de pensar historicamente as coisas do mundo, e de pensar o outro sem aprisioná-lo no interior de nossas referências (PEREIRA; GRAEBIN, 2010, p. 172).

Nessa linha de entendimento, submeter o Ensino de História e a própria História como disciplina curricular sem aprisionar o outro em suas próprias referências, é permitir que o aluno construa sua própria visão de mundo, para, a partir dela, sustentar sua subjetividade, sua autorreflexão e o seu pensamento argumentativo. Dar liberdade ao aluno de buscar outras referências que possam respaldar o conhecimento construído.

Dessa forma, "pensar o Ensino de História significa buscar, se não soluções definitivas, ao menos uma compreensão mais clara sobre o que significa, hoje, ensinar História nas escolas" (FONSECA, 2011, p.7) e "*dar uma injeção de ânimo* em conteúdos desgastados que repetimos há muitos anos" (KARNAL, 2013, p.132, grifo do autor). Caso contrário, as práticas pedagógicas dos professores serão reduzidas ao pragmatismo e ao ensino estigmatizado, transmitido por instrução e repetição, que já não respondem às demandas atuais.

Motivo esse que acredito ser interessante o uso de metodologias interdisciplinares em sala de aula para que os professores mantenham um diálogo aproximado com os campos que tratam do currículo escolar, promovendo

a difusão do saber e a facilitação de interpretações de um fato ou evento histórico.

À medida que o Ensino de História for trabalhado de maneira satisfatória, no qual os fatos ganhem sentidos e interpretações diversos a ponto de ultrapassar os muros da escola, mais referente e substantivado ele se tornará, promovendo a construção de um conhecimento escolar individual, coletivo e social.Com as mudanças que a sociedade perpassou ao longo dos tempos, o Ensino de História também passou por diversas alterações. Hoje, é preciso fazer referência a fatos e acontecimentos passados, pois os elementos que compõem a História vêm se constituindo ao longo dos séculos, as pessoas não têm como evitá-los, mas tais elementos devem ser contextualizados com o presente e as múltiplas experiências que acompanham esses fatos ao longo de sua existência.

A experiência humana parte de um conjunto de conhecimentos historicamente construídos e transmitidos pelas gerações, pois, "ensinar o aluno não a contemplar o 'edifício da História' como algo já pronto, mas ensinar-lhe a edificar o próprio edifício" (RUIZ, 2005, p.77), torna-se importante no cenário atual no qual a educação brasileira se encontra.

Ao lidar com conhecimentos históricos que são discutidos em sala de aula, o professor precisa incentivar os seus alunos à pesquisa, à busca em fontes variadas que intensifiquem o que já sabem e o que poderão aprender a partir do desvelamento dos conteúdos trabalhados, pois "cada estudante precisa se perceber, como sujeito histórico, e isso só se consegue quando ele se dá conta dos esforços que nossos antepassados fizeram para chegarmos ao estágio civilizatório no qual nos encontramos" (PINSKY, 2005, p. 21).

Discutir o Ensino da História e as respectivas práticas do professor envolvem conhecimentos de várias dimensões como educacionais e culturais que sinalizam para um ensino fundamentado que possa subsidiar condições de acesso à erudição, aproximando-o da compreensão dos fenômenos históricos de maneira inovadora.

Os anos de práticas pedagógicas dimensionadas à luz do ensino por instrução e repetição, o qual os conteúdos disseminados eram humanistas e pacifistas, cedem espaços para os estudantes desenvolver-se pela reflexão e por mediações, permitindo-se adentrar no universo dos avanços tecnológicos, científicos e culturais, germinando novas formas de conceber o Ensino de História e as práticas sociais que este ensino se propõe a exercer. Dessa forma, "[...] pretendendo desenvolver com os alunos atitudes intelectuais de

desmistificação das ideologias, possibilitando a análise das manipulações dos meios de comunicação de massas e da sociedade" (BRASIL, 1997, p. 24).

No foco das atenções que antes era o ensino, agora passa a ser a aprendizagem; o aluno hoje pensa, reflete, constrói seus conhecimentos de maneira independente, ativa e questionadora. Com esse novo enfoque voltado à aprendizagem cognitiva, o processo de ensino ganha novos olhares em torno de diferentes significados em seu currículo formal.

Quando se analisa a viabilidade de integração entre os inúmeros campos do saber humano, os elementos históricos que dão forma ao campo da História se aproximam e tendem a explicar de modo interpretativo a compreensão do mundo através de sua visão multifacetada.

Nesse entendimento, as concepções atuais sobre a História permitem pensar um ensino voltado para o aluno, de como este concebe sua própria aprendizagem a partir de elementos históricos que lhes são ensinados, e, dependendo de como são ensinados, se oferecem oportunidade de interpretação em diferentes linguagens e narrativas.

Considerações finais

É necessário para o processo de formação histórica uma escola que proporcione ao aluno a possibilidade de promover o desenvolvimento de competências que lhe permitam ir da compreensão à imaginação e desta partir para a explicação, através da reconstrução de momentos históricos. Estas situações de aprendizagem devem ser concretas, e implicar os alunos em uma ação na qual se tornem verdadeiros protagonistas na sala de aula. Somente assim podemos apontar uma virada na abordagem de estratégias de sala de aula contribuindo para uma educação histórica mais exigente.

Por fim, reconhecer o aprendizado histórico como uma das dimensões e manifestações da consciência histórica é encarar a História como uma narrativa abrangente, global, na qual caibam o político, o social, o econômico, o grande acontecimento, o indigente ou o marginal, o grande homem ou o desconhecido, a História Local ou a História Universal, isto é, uma história viva. A opção por compreender o ensino de História na ótica do aluno se justifica à medida que ele é o principal componente no processo de aprendizagem e a sua construção do pensamento histórico passaria pela sua empatia pelo tema abordado.

Referências

AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Teoria historiográfica e prática pedagógica**:** as correntes de pensamento que influenciaram o ensino de história no Brasil. *Antíteses*, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, pp. 703-728 Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses. Acesso em 2 out. 2021.

BAROM, W. C. C. *Didática da História e consciência histórica: pesquisa na Pós-graduação brasileira (2001-2009)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Ponta Grossa, 2012.

BARROS, José D'Assunção**.** *Teoria da História I: princípios e conceitos fundamentais.* 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BITTENCOURT, Circe. (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 7º Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

BLOCH, Marc Leopoldo Benjamin. *Antropologia da História, ou O ofício do historiador.* Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CARR, Edward Hallet. *"O Historiador e seus Fatos" in "Que é História?"*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª Ed. 1982.

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de História e Consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011a.

CERTAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. MENEZES, Maria de Lourdes. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História & ensino de História***.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FREITAS NETO, José Alves de. A transversalidade e a renovação no ensino de História. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

HOBSBAWN, Eric J. *Sobre História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. 2° ed. São Paulo: Contexto, 2004.

KARNAL, Leandro. *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2013.

KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos***.** Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de História***.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 20019.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Apontamentos para pensar o ensino de História hoje***:** reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor. Revista Tempo, vol. 11, n.21, p. 49-64, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21a05.pdf.

PERREIRA, Nilton Muller; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Abordagem temática no ensino da História. *In*: BARROSO, Vera Lúcia Maciel [et al]. *Ensino de História*: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.

PINSKY, Jaime; PINSKY; Carla Bassanezi. Por uma história prazerosa e consequente. *In*:

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Mmarcelo; GONTIJO, Rebeca. *O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passad*o. Rio de Janeiro; FGV Editora, 2015.

RUIZ, Rafael. Novas formas de abordar o ensino de História. In: KARNAL. Leandro (Org.) *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

RÜSEN, Jörn. *História Viva. Teoria da História: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010a.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: Teoria da História: fundamentos da ciência histórica.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010b.

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do Passado: Os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010c.

SILVA, Ana Lúcia Gomes da. Arte. *In*: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). GODOY, Hermínia Prado (coordenadora técnica). *Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar e intervir*. São Paulo: Cortez, 2014.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Resende. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. *In*: MONTEIRO, Ana Mª F. C. et alii. *Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas* – Rio de Janeiro: Mauad X / FAPERJ, 2007.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Uma história (muito) bem contada IN: MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THEODORO, Janice. Educação para um mundo em transformação. *In*: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.* 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

Recebido em 20 de agosto de 2021.
Aprovado em 17 de setembro de 2021.

ENTRE BICHAS E BOFES: O AUÊ DAS PALAVRAS NO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981)

BETWEEN RIBBONS AND MALES: THE 'AUÊ' OF THE WORDS IN THE JOURNAL LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981)

ENTRE BICHAS Y BOFES: EL 'AUÊ' DE LAS PALABRAS EN LA REVISTA LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981)

Alisson Gonçalves[1]

Resumo

O presente artigo é parte do trabalho desenvolvido na dissertação de mestrado. Levando em consideração o contexto ditatorial brasileiro do final da década de 1970, houve um crescimento da chamada imprensa alternativa no Brasil, e por consequência o aparecimento do Jornal Lampião da Esquina em abril de 1978, ficando em vigência até meados de 1981. O periódico, produzido majoritariamente por homossexuais, era destinado principalmente à chamada população gay do gueto, e tinha como objetivo dar visibilidade não somente aos gays, lésbicas e travestis, mas também a outras parcelas marginalizadas pelas políticas autoritárias da época. Ao longo das suas 38 edições lançadas mensalmente, o jornal mostrava em seus editoriais e reportagens uma linguagem diferente daquela presente nas demais mídias impressas, recorrendo a um palavreado muitas vezes debochado e recheado de gírias e termos usados pela população gay da época. A presente pesquisa tem por objetivo apresentar termos e a linguagem usada pelo jornal, e como esses termos foram sendo ressignificados numa tentativa de aproximar- se com seu público alvo, além de ser um imperativo de luta contra o preconceito existente. Bicha, bofe, boneca, pintosa, gay- macho, além de serem termos presentes no jornal também representavam estereótipos e formas de identificação dos sujeitos gays quanto a sua homossexualidade na sociedade dos anos de 1970, mesmo que tais marcações gerassem discordâncias tanto à identificação quanto ao próprio uso dos tempos pelos leitores. Conclui- se que o jornal enfatizou principalmente as figuras da bicha e do bofe como marcadores para que os sujeitos gays se percebessem como tal e assim pudessem assumir com naturalidade sua condição sexual.

Palavras- chave: Jornal Lampião da Esquina. Imprensa Gay. Bichas. Bofes.

Abstract

The present article is part of the work developed in the master's thesis. Taking into account the dictatorial Brazilian context of the late 1970s, there was a growth of the

1. Mestrando pelo Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa-Pr. E- mail: alisson.profhistória@gmail.com .

so-called alternative press in Brazil, and consequently the appearance of the newspaper Lampião da Esquina in April 1978, remaining in force until mid-1981. The periodical, produced mostly by homosexuals, was aimed mainly at the so-called gay population of the ghetto, and had the objective of giving visibility not only to gays, lesbians and transvestites, but also to other groups marginalized by the authoritarian policies of the time. Throughout its 38 monthly editions, the newspaper showed in its editorials and reports a language different from that present in other print media, resorting to a vocabulary often debauched and filled with slang and terms used by the gay population of the time. This research aims to present terms and the language used by the newspaper, and how these terms were being resigned in an attempt to get closer to its target audience, besides being an imperative to fight against the existing prejudice. Bicha, bofe, boneca, pintosa, gay-male, besides being terms present in the newspaper also represented stereotypes and forms of identification of the gay subjects regarding their homosexuality in the society of the 1970s, even if such markings generated disagreements both to the identification and the very use of the times by the readers. It is concluded that the newspaper emphasized mainly the figures of the faggot and the hottie as markers for the gay subjects to perceive themselves as such and thus could assume their sexual condition with naturalness.

Keywords: Lampião da Esquina Newspaper. Gay Press. Queers. Faggots.

Resumen

El presente artículo forma parte del trabajo desarrollado en la tesina del Máster. Teniendo en cuenta el contexto dictatorial brasileño de finales de la década de 1970, se produjo un crecimiento de la llamada prensa alternativa en Brasil, y en consecuencia la aparición del periódico Lampião da Esquina en abril de 1978, manteniéndose vigente hasta mediados de 1981. La revista, producida principalmente por homosexuales, se dirigía sobre todo a la llamada población gay del gueto, y pretendía dar visibilidad no sólo a gays, lesbianas y travestis, sino también a otros grupos marginados por las políticas autoritarias de la época. A lo largo de sus 38 ediciones publicadas mensualmente, el periódico mostraba en sus editoriales y reportajes un lenguaje diferente al presente en otros medios impresos, utilizando una palabra a menudo libertina y llena de argot y términos utilizados por la población gay de la época. Esta investigación tiene como objetivo presentar los términos y el lenguaje utilizados por el periódico, y cómo estos términos estaban siendo resignificados en un intento de acercarse a su público objetivo, además de ser un imperativo para luchar contra los prejuicios existentes. Bicha, bofe, boneca, pintosa, gay-masculino, además de ser términos presentes en el periódico también representaban estereotipos y formas de identificación de los sujetos gays en cuanto a su homosexualidad en la sociedad de los años 70, aunque tales marcas generaran desacuerdos tanto a la identificación como al propio uso de los tiempos por parte de los lectores. Se concluye que el periódico enfatizaba principalmente las figuras del maricón y del cachondo como marcadores para que los sujetos homosexuales se percibieran como tales y así pudieran asumir con naturalidad su condición sexual.

Palabras clave: Revista Lampião da Esquina. Periódico Gay. Maricas. Maricones.

Nascido em meio ao governo ditatorial brasileiro o Jornal Lampião da Esquina se propunha dar voz a uma parcela marginalizada da população homossexual, a chamada população do gueto. O jornal que teve seu início em abril de 1978 é tido como um marco na imprensa gay por ter alcançado uma abrangência que ia além dos círculos de amigos ou de centros urbanos. Trazia em suas páginas uma gama variada de temas nas suas reportagens que envolviam desde vivências homossexuais a debates políticos, feminismo, questões ambientais.

Em seus três anos de existência, o Jornal Lampião da Esquina juntou-se a outras mídias impressas num momento de reabertura política do Brasil, os jornais alternativos ganharam força com a ascensão dos movimentos sociais e novos debates na sociedade brasileira. De modo geral, adotou o formato tabloide, com capas e reportagens que chamavam a atenção de seus leitores.

Outra característica que chamava a atenção para o jornal era a linguagem usada. O repertório de gírias e termos usados pela entre homossexuais e demais pessoas inclusas no *meio gay* se fazia presente nas reportagens e textos, muitas vezes usados em tom de deboche e sarcasmo. Esse processo pode ser entendido de duas formas, inicialmente como uma forma de aproximação com o público-alvo e ainda como uma forma de resistir aos preconceitos sofridos pelos homossexuais, lésbicas e travestis, ou seja, ressignificando e se apropriando dos termos usados de forma pejorativa.

O Jornal Lampião se destacava também por questionar estruturas e padrões existentes, inclusive aqueles presentes no meio homossexual, como as figuras do *gay macho* em oposição ao *gay afeminado*, bem como os estereótipos criados sobre eles.

Este artigo, pretende apresentar esses dois pontos presentes no jornal, o debate que se fazia sobre a masculinidade entre *bofes e bichas*, e a forma desbocada de linguagem usada pelos editores.

Entre bofes e bichas: a masculinidade social

Os anos de 1970 no Brasil ditatorial foram ao mesmo tempo um período de rigidez político-social marcada por instrumentos opressivos e de censura, mas também foi um momento de efervescência cultural com grande criatividade artística, um momento de debates com novos movimentos sociais, e ainda como se diria na época foi um 'desbunde', termo que remetia a

farra, curtição e uma suposta despolitização. Segundo Jorge Caê Rodrigues (2010) quando aplicado ao contexto ditatorial brasileiro o 'desbundar' era associado a uma mudança radical de comportamento, uma nova moralidade em oposição ao sistema conservador e moral vigente, questionando principalmente os padrões ligados à sexualidade.

O ideal normativo de masculinidade vigente de forma hegemônica nos anos de 1960 e 1970, segundo Natanael de Freitas Silva (2016) apresentava de forma geral um sujeito dentro de um modelo tradicional de virilidade, com elementos intrínsecos como a força, a potência sexual, a segurança e a independência, e nada que vinculasse ao feminino ou afeminado. Esse estereótipo de homem viril prevalecia tanto entre os segmentos políticos de esquerda quanto aos de direita.

A ideia de masculinidade em 1970 estava compreendida dentro do que R. W. Connell (1995) chama de 'papel do sexo masculino', ou seja, um conjunto de práticas, atitudes e expectativas que definiam apropriadamente a masculinidade, sendo pensado como um lugar como quando se tratava do gênero masculino. O próprio conceito de masculinidades ganha força a partir desse período com o aumento no número de pesquisas sobre gênero e críticas às hierarquias sociais de até então, podendo ser compreendido como,

> uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de "masculinidades" (CONNELL, 1995, p. 188).

Esse conceito é percebido e entendido de forma hegemônica, usado para justificar e perpetuar a dominação de homens nas relações de poder em relação às mulheres ou a outros grupos de homens subjugados (gays, por exemplo).

A masculinidade hegemônica se distingue das demais, principalmente por se tratar de algo com caráter normativo, incorporando em suas práticas aquilo que é compreendido como um fator legitimador da sua dominação, como a violência ou a persuasão. Segundo Freitas Silva (2016), este homem, dentro da sua condição sexual e social, precisa o tempo todo provar e legitimar a sua condição de dominação.

Ao longo das suas produções e dentro dos seus objetivos iniciais, o Jornal Lampião da Esquina se propôs lutar contra o machismo. Uma das formas iniciais desse processo foi o questionamento dos padrões de masculinidade percebidos na sociedade, a partir da figura do "machão"

> de saída *vamos desmistificar o nosso machão que não é machão coisa nenhuma, mas um pobre coitado às voltas com problemas terríveis de virilidade, afirmação pessoal e sede do domínio. Frágil, débil, condicionado há milênios a ser antes de tudo um forte*, o machão se realiza muito mal no amor e só consegue salvar as aparências porque a mulher brasileira é ainda pior do que ele. Segundo dados recolhidos por estudiosos do comportamento humano, apenas dois por cento de nossas mulheres chegam a conhecer a plenitude do orgasmo, por culpa, em grande parte, do seu parceiro masculino, que as oprime de maneira intolerável e covarde. [...] *O machão tem pouca confiança em si mesmo*. (VIEIRA, n° 03, 1978, p.02, grifos nossos).

Com isso percebemos que Zsu Zsu Vieira (1978) define a figura do machão como um ser condicionado a ser forte, porém inseguro quanto a sua performance e para manter essa imagem precisa sempre se colocar em uma posição de superioridade e dominação. A autora ainda considera que essa mentalidade predomina na sociedade, incluindo as mulheres nessa organização.

O texto ainda continua situando essa figura controversa, que ao mesmo tempo em que oprime é oprimido por uma construção social de masculinidade exacerbada diretamente ligada ao controle dos prazeres sexuais, uma consequência que estaria vinculada a homens e mulheres.

As masculinidades podem ser entendidas sob a mesma ótica das relações de gênero. O conceito em si nasce a partir das experiências dos sujeitos, que são moldados e transformam as suas percepções sobre a realidade, ainda que este processo seja mutável de acordo com fatores externos como etnia, geração, escolaridade, entre outros. O mesmo conceito de *masculinidade*, apresentado por Connell e Messerschmidt (2013) foi concebido dentro de um debate heteronormativo de gênero que se baseava apenas na lógica biológica *macho/fêmea* e refutava a ideia de gêneros construídos social e culturalmente.

Partindo inicialmente da proposta de Guacira Lopes Louro (1995) em que o conceito de gênero refere-se "à construção social e histórica dos sexos, ou seja, buscando acentuar o caráter social das distinções baseadas

no sexo" (LOURO, 1995, p.103), e também de Teresa de Lauretis (1994), que usa uma visão teórica foucaultina a partir da 'tecnologia sexual' que gera sexualidades, podemos entender o gênero como uma "representação e como auto- representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, [...] e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana" (LAURETIS, 1994, p. 208), o conceito de masculinidade, seja ela hegemônica ou não, também pode mudar ou ate mesmo ser substituído.

A partir de meados de 1970, as masculinidades passam por esse processo, de ressignificar os modelos adotados para visibilizar a homossexualidade. Segundo Regina Facchini e Julio A. Simões (2009) essa mudança foi percebida também dentro do movimento homossexual, começando nos EUA, com uma significativa substituição o modelo homossexual próximo a androginia que transgredia os padrões de gênero para um modelo que celebrava o "crescente culto ao "macho" na masculinidade estampada em bigodes, cabelos curtos e músculos definidos" (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 47).

Essa mudança foi percebida no Brasil, e apresentada pelo Jornal Lampião da Esquina na edição 08, de janeiro de 1979. Através da tradução de um texto originalmente publicado na revista norte-americana Christopher Street, os autores do tablóide brasileiro apresentam um cenário aparentemente comum percebido em boates e bares de Nova York e outros estabelecimentos, inclusive em boates brasileiras em que as mudanças comportamentais entre os gays é perceptível, sendo descrita da seguinte forma

> uma estudada masculinidade. *Nada de desmunhecadas ou requebros excessivos*. A maneira de andar e de falar, o tom de voz, as roupas, a aparência em geral são corretíssimos: estamos em terra de machos. [...] Na verdade, *os jovens homossexuais parecem ter abjurado o efeminamento com universal sucesso. Corpos musculosos laboriosamente cultivados durante todo o ano parecem ser o padrão; a agilidade atlética e cheia de juventude é o estilo adotado por todos* (CONSELHO EDITORIAL, n° 08,1979, p. 08, grifos nossos).

A referida reportagem, intitulado pelo Jornal Lampião da Esquina de *"Gay- Macho: Uma nova tragédia americana?*[2]*",* mostra claramente uma padronização masculinizada presente no meio gay a partir da glamourização dos

2. O artigo original foi publicado inicialmente por Seymour Kleinberg na revista norte- americana Christopher Street, e depois no jornal Gay News.

corpos, vinculando-os ao sentimento de desejo de poder, da mesma forma que aqueles que seguem os parâmetros encontrados entre os 'machões hegemônicos'.

Uma das consequências da mudança desse padrão é o fortalecimento do desprezo pelos homossexuais que se comportavam de maneira afeminada, como mostrado na sequência da matéria:

> É esta a mensagem central do mundo das boates machistas: a masculinidade é a única verdadeira virtude; os demais valores são desprezíveis. E a masculinidade, no caso, não é alguma noção filosófica ou um estado psicológico: não está sequer vinculada moralmente ao comportamento. Ela redunda exclusivamente da glamurização da força física. A ideia da masculinidade é tão conservadora que quase chega a ser primitiva. (CONSELHO EDITORIAL, n°08, 1979, p. 08).

Desta forma identifica-se aqui a supervalorização de uma masculinidade entre os homossexuais, permeando os padrões heterossexuais que por sua vez inferiorizam a população homossexual. Essa mudança de comportamento pode ser entendida também como uma forma de minimizar as opressões sofridas pelo segmento.

Nos anos de 1970 era possível identificar dois modelos de sociabilidade homoerótica pautados em modelos médico- psicológicos, segundo Facchini e Simões (2009) o primeiro deles priorizava a hierarquia de gênero dividindo os homossexuais em ativos (bofes) e passivos (bichas), sendo que apenas o segundo grupo era considerado homossexual. Já o segundo modelo enfatizava a igualdade de orientação sexual, indiferente de masculino ou feminino criando novas categorias, como 'entendidos' e 'entendidas', 'homossexuais', 'gays', 'lésbicas', para identificar os sujeitos que se relacionavam com pessoas do mesmo sexo.

Ambos os modelos foram pensados a partir do ponto de vista de modelos assimétricos de sujeitos heterossexuais, em sua posição hierárquica em relação aos homossexuais. Em relação às diferentes categorias criadas para distinguir os homossexuais, Ronielysson C. S. Pereira (2017) apresenta a variedade de nomenclaturas e termos usados pelo Jornal Lampião da Esquina para tipificar esses sujeitos que estabeleciam as relações homoeróticas:

> "homossexual", "o travesti", "caricatura grotesca de mulher", "homem fantasiado de mulher","a bicha que virou mulher", "homem normal", "gay", "gay-macho", "guei", "tricha", "bicha","bicha histórica", "bichinha", "bichinha

> da boate", "bicha pintosa", "bicha assumida e erudita", "bicha de classe média", "bicha louca", "boneca", "a louca", "maricona", "viado", "veado", "entendido", "bofe", etc (PEREIRA, 2017, p. 135).

Entretanto o grande debate tanto entre os editores quanto entre os próprios leitores do jornal girava em torno de dois eixos principais, a figura do "gay macho" com características masculinizadas e que passaria despercebido na sociedade, não sofrendo os estigmas decorrentes da não aceitação. E a figura da *bicha pintosa* que agia com trejeitos afeminados, que não se atinha a seguir um determinado padrão comportamental.

Essa mesma designação de *bicha pintosa*, era direcionada às travestis e transexuais[3]. Os dois estereótipos, estavam ligados a elementos culturais, econômicos, físicos e comportamentais comparando um ao outro, ou seja, a *bicha* ao *bofe*.

Pensando de forma mais específica sobre essa divisão, a figura do *gay macho* pouco apareceu em reportagens do jornal, o próprio termo aparece em apenas duas edições[4], entretanto a sua repercussão entre os leitores foi de maior impacto.

Podemos entender que a repercussão deste tema ocorreu em decorrência da ascensão dos debates acerca da própria masculinidade que ganha espaço na década de 1970, como já dito anteriormente, e que não se dissociava a homossexualidade de masculinidade.

É importante ressaltar que o Jornal Lampião da Esquina buscou representar as diferentes *identificações homossexuais*, sendo assim mesmo diante das críticas manteve-se fiel ao seu objetivo de trazer a tona os grupos marginalizados, inclusive os que eram desprezados entre os próprios gays.

Por outro lado, as figuras do gay pintoso, da bicha assumida, e da boneca, tiveram um espaço maior dado pelo jornal em suas páginas, da mesma forma que outras identificações como as travestis e lésbicas. O termo bicha aparece em todas as edições do jornal, e ainda com variações de terminologia e adjetivos.

Aqui faz- se necessário entendermos como surge o termo e de que forma passa a ser associado aos homossexuais, principalmente de forma pejorativa com intuito de ridiculizar tais sujeitos por seus trejeitos, afeminados ou

.....

3. No jornal, travestis e transexuais eram apresentadas no gênero masculino, "o/os travesti/s" em decorrência da não compreensão da identidade de gênero feminina para tais pessoas.
4. O termo foi encontrado nas edições n° 08 de janeiro de 1979, e n° 12 de maio de 1979.

espalhafatosos. O termo bicha foi criado por volta dos anos de 1930, e referia-se aos homens afeminados que mantinham relações com outros homens, para a época seria o gay passivo.

> Uma explicação para a origem do termo como uma expressão endógena da subcultura homossexual é a de que ele seria uma adaptação espirituosa da palavra francesa *biche*, que significa corça, feminino de veado. Parece plausível que os homens que frequentavam essa subcultura estivessem simplesmente fazendo um trocadilho com a palavra viado, ao que adicionavam um toque de sofisticação com o uso do termo francês. Além disso, biche era também usado na França como um termo afetuoso para uma jovem mulher. Portanto, os jovens homossexuais podem ter criado um novo uso da palavra bicha, tanto como um jogo de palavras como para ironizar com a mordacidade do termo viado, ao adotá-lo como uma expressão afetiva para se referir a outro homem efeminado (GREEN, 2000, p. 145-146).

Num primeiro momento o termo usado entre pares, foi sendo apropriado no submundo social de prostitutas, cafetões e homossexuais. Já nos anos 1960, adquire um teor pejorativo, usado por pessoas de fora desse meio com objetivo de desmerecer os possíveis criadores e usuários do termo. No Brasil, a palavra bicha passou a ser o referencial que diferenciava o comportamento masculino, heterossexual ou não, do comportamento dos homossexuais efeminados sendo o principal contraste entre esses grupos.

Com a ascensão dos movimentos populares, no fim dos anos de 1970, em especifico o movimento homossexual, o termo bicha passou a ser usado principalmente pelos próprios gays, numa tentativa de ressignificar e quebrar o teor negativo associado ao termo, dando a ela agora a associação a um sujeito militante e consciente da sua condição sexual.

Entre os editores do jornal, essa associação se dividia entre os que eram adeptos ao uso do termo de forma geral para ajudar no processo de ressignificação enquanto outros ainda viam o teor negativo do termo. Essa divisão também refletia as opiniões dos leitores, alguns se identificavam com o estigma levantado pelo termo bicha como sendo um dos componentes de discriminação social. Em relação a isso o jornal recebeu críticas quanto à tentativa de criar uma clientela mais esclarecida, assumida sexualmente e militante com as causas homossexuais, desmerecendo a parcela menos favorecida social e economicamente. Tal crítica fica mais aparente com a carta de um de seus leitores publicada na edição 08,

> Sendo eu leitor do conceituado LAMPIÃO, venho por meio desta tentar alguns esclarecimentos: o que significa a palavra gay? Eu conheço homossexual. Se gay está enquadrada nesta categoria, pergunto eu, então: porque esta avassaladora, vergonhosa e humilhante onda de discriminação? Por que o Jornal mantém esta política de grupo tão privado, de grupo tão selecionado? Ou somos todos ou não somos nenhum!
>
> *A bicha pobre da Avenida Ipiranga ou da Cinelândia ou da Praça Tiradentes ou da Praça da República não será homossexuais iguais àquelas que na semana de carnaval desfila suas plumas e paetês nas passarelas de luxo? Não será gay também? Para mim são todos!* [...] agora não me venha com esta de que estão escrevendo no jornal em prol do homossexualismo, vocês não estão fazendo nada pelas bichas pobres! [...] (FERREIRA, n°08,1979, p. 13, grifos nossos).

Neste sentido podemos pensar a bicha sendo interpretada como um estigma da subcultura, encarada como uma figura alheia a vida politizada proposta pelo Jornal Lampião da Esquina, principalmente em meados de 1979, quando o mesmo já se ligava ao movimento homossexual organizado. Assim, essa figura ainda era vista como um ser inconsciente, que desobedecia a comportamentos e poderes dominantes através do requebrar dos seus quadris na rua, dos gestos delicados e afeminados, do linguajar cheio de gírias e palavras conhecidas apenas pelos próprios homossexuais e travestis.

Um dos primeiros textos lampiônicos a tratar mais especificamente da bicha, enquanto figura singular e rejeitada da sociedade encontra-se na edição 04 de agosto de 1978, o texto *"Sobre tigres de papéis"* trata-se de uma defesa sobre o posicionamento de Joao Antônio Mascarenhas criticado por desdenhar de gays afeminados. E contrapondo-se a tal crítica o autor, enumera alguns pontos do porquê não despreza nem as bichas nem os gays-machos, embora o texto seja designado aos gays afeminados

> 1 - Julgo que não devemos dividir os homossexuais, a fim de não os enfraquecer, afigura-se-me imprescindível que as minorias oprimidas relevem eventuais divergências para empenharem se, coesas, na luta contra a desinformação, uma das causas dos preconceitos,
>
> 2 - Se eu, como lampiônico, sou contra os preconceitos, que geram o desprezo dos mal-informados, seria contraditório que agisse da mesma forma que os preconceituosos, considerando-me superior aos que não têm procedimento idêntico ao meu,
>
> 3 - Eles até merecem a minha simpatia, pelo fato de ostensivamente assumirem a própria situação, arrastando os problemas daí decorrentes e, também, o meu

> respeito por forçarem os que não querem ver a admitir a existência do homossexualismo e, ainda, merecem a minha admiração, por rebelarem- se contra a rigidez dos padrões sexuais impostos pela casta dominante,
>
> 4 - Se, pelos motivos acima, tanto as bichas- pintosas como os travestis credenciam-se ao meu apreço, há facetas do procedimento deles que, em minha opinião, são inconscientemente machistas e, portanto - sempre no meu entender – erradas (MASCARENHAS, n° 04, 1978, p. 09).

O primeiro ponto defendido pelo autor é referente a união entre os diferentes segmentos homossexuais com o intuito de fortalecer o discurso de combate as opressões sofridas por todos, afirmando seu apreço por todos e sem as distinções sugeridas nas críticas dos leitores.

> Quando o homossexual fala com voz de falsete, faz ademanes alambicados, dá gritinhos e requebra os quadris, ele, sem se dar conta, está, de um lado, imitando a mulher objeto- sexual, a mulher cidadã de-segunda classe, a mulher idealizada pelos machistas e, por outro lado - por deixar de aceitar sua orientação sexual com naturalidade (pois a efeminacão é evidentemente artificial), acha- se a fornecer argumentos aos machistas que se, negam a admiti-lo como um homem comum, que usa sua sexualidade de forma não convencional. [...]
>
> Além disso, a bicha pintosa, é agressiva, agressividade que - diga-se de passagem - se compreende, pelas pressões que ela sofre, [...]
>
> O sujeito pintoso agride, e agride porque se sente inseguro e, no fundo, tem um sentimento de culpa, porque interiorizou os valores machistas, e os interiorizou a tal ponto que passou a considerar que, por ser homossexual precisa mostrar a todos, dar bandeira, que constitui parte de um grupo anatematizado (MASCARENHAS, n° 04, 1978, p. 09).

Mascarenhas continua seu texto, falando dos gays afeminados, de situações em decorrência dos seus trejeitos, das tentativas de se "enquadrar" na sociedade ou de sua agressividade para com outros são na grande maioria das vezes resultado dos discursos machistas assimilados por ele mesmo. O pequeno texto é concluído reiterando o objetivo principal do jornal, em dar voz aos grupos oprimidos contra as inseguranças sociais e as lutas contra o machismo da época

> LAMPIÃO surgiu para mostrar a todos os grupos oprimidos e, em especial aos homossexuais — assumidos com descontração, enrustidos, pintosos ou travestis — que, no fundo, os machistas são tigres de papel, desde que nós não

> concordemos em reconhecer-lhes os direitos que eles mesmos se atribuem. Paz e amor (lantejoulas, plumas e paetês aos que gostem delas) (MASCARENHAS, n° 04, 1978, p. 09).

Com este trecho podemos perceber que a bicha pintosa, estava em uma posição que expunha sua sexualidade e sua feminilidade enfrentando os discursos heteronormativos e junto a isso dando um passo na quebra de estigmas sociais existentes entre os próprios homossexuais.

Quando o Jornal Lampião da Esquina tratava das bichas, não eram somente as críticas sobre sua postura ou a valorização de sua coragem em enfrentar os preconceitos, em determinados momentos o termo aparece no jornal associado à violência sofrida pelos homossexuais, que na grande parte das vezes assumiam o papel de vítima culpada pelas ocorrências que envolviam homossexuais. A edição 06 de novembro de 1978 traz na sua capa a manchete "Crimes Sexuais", e no seu interior as reportagens *"Anormal assassinado em Copacabana... (cada um tem a morte que fez por merecer)."* na página 05, *"No Vale do Paraíba, a caça as bichas- bruxas"* e *"Nos jornais um eterno suspeito: o homossexual"* na página 07, as três reportagens tratavam de uma coisa comum, a violência e assassinatos de homossexuais.

Na primeira reportagem são quatro casos de homossexuais mortos por eventuais parceiros sexuais, a bicha era o alvo fácil para os assassinos que se aproximavam de suas vítimas já com tais intuitos, roubar e matar. Esses tipos de crimes não eram casos isolados, e não chegavam a ser casos concluídos pela polícia na maioria das vezes como fica denunciado pelo próprio Jornal Lampião da Esquina

> Ao aceitar apressadamente, nestes crimes evidentemente que acabamos de lembrar, os motivos apresentados pelos criminosos – latrocínio, legitima defesa da honra etc. – a polícia e a justiça, pilares do Sistema, nada mais fazem senão referendar a ideologia que levou Anival Fonseca, o matador de Fred Feidman, ao crime: '' Bicha tem mais é que morrer". Não é surpresa para ninguém que seja esta a atitude da polícia e da justiça (SILVA, n° 06, 1978, p.06).

Assim, subentende-se que a bicha ao final dos anos de 1970, enfrentava muito mais que a negação da sua personalidade afeminada e seus trejeitos por seus pares, que presumiam que a masculinidade era também um método de defesa, o que fica claro ao percebermos que o jornal enfatiza que a maioria dos crimes de assassinato eram associados às bichas pintosas por serem vistos como pessoas mais fragilizadas socialmente.

Como já dito o termo bicha aparece em todas as edições do jornal, bem como suas variantes e adjetivos, e já na edição experimental número 00, já se traça uma hipótese sobre a necessidade da imprensa homossexual e seu interesse em ampliar as discussões acerca da inserção de gays nos debates políticos e sociais, ou seja, conscientizando tais sujeitos da sua realidade sexual. O texto *"Qual é da nossa imprensa?",* escrito pelo argentino Frederico Jorge Dantas, relatando ao Jornal Lampião da Esquina suas dificuldades e experiência com o folhetim *Eros.* O autor, fala desse processo da seguinte forma,

> Reconheço ser a bicha atual um estágio necessário para se atingir um tipo ideal de homossexual conscientizado de sua verdadeira realidade sexual. Escrever o que se conseguiu aprender é o correspondente para o esboço de um futuro melhor, onde possamos reagir com racionalidade e coesão às repressões sociais que nos são impostas pelo grupo majoritário onde o machista credenciado desrespeita a própria regra das liberdades individuais (DANTAS, ed. experimental n° zero, 1978, p. 05).

Com isso podemos perceber que o jornal novamente enfatizava a busca da conscientização social de uma parcela da população gay. Nesse sentido podemos pensar que tal processo deveria ocorrer de forma clara, usando uma linguagem prática e objetiva, que se aproximasse dos gays desde o gueto até os intelectualizados.

O 'babado' era a linguagem do Jornal

Uma das características presentes no Jornal Lampião da Esquina era seu linguajar, o modo debochado, e com palavreado associado aos seus leitores. Tendo como objetivo central a conscientização da comunidade homossexual, o jornal evitava fazer o chamado colunismo social,

> veiculando informações culturais, como dicas de filmes, livros ou espetáculos, trazia artigos de contexto mais denso como as novas questões de gênero, a perseguição e assassinato de homossexuais, a questão do prazer sexual – assunto polêmico para a época – ou a relação entre Igreja e homossexualidade (SIMÕES JR. 2006, p. 16).

Ainda que apresentasse tais temas com seriedade, "resgatou-se a linguagem do gueto, com um uso constante de termos até então considerados palavrões, como "bicha", por exemplo" (MACRAE, 2018, p. 148),

os autores faziam uso de metáforas e jogos de linguagem, que podiam confundir e brincar com leitores desavisados sobre o periódico, principalmente quando se tratava de assuntos mais específicos do que podemos chamar de "mundo gay". Segundo João Silvério Trevisan (2018) essa tática usada era um passo dado para garantir uma maior aceitação entre seu público-alvo e também como uma forma de ir contra a "interdição de certas palavras, a decência das expressões" (FOUCAULT, 2006, p. 27) presentes na imprensa e nos discursos apresentados.

Essa troca de informações, gírias e palavreados específicos facilitava o contato com os leitores e por consequência garantia um número de vendas que garantiria o sustento do jornal.

A linguagem deveria ser simples, atrativa, desmunhecada e abusada como o linguajar do gueto, das bichas e travestis, e que fosse entendida por gays- machos também. Se o objetivo era ir ao encontro com a população do gueto, o *'bichês'* deveria ser a língua mais apropriada para esse contato.

É evidente que para o senso geral, algumas palavras quando usadas na sociedade tinham um caráter pejorativo, 'bicha', 'boneca', 'pintosa', 'viado' e assim por diante. Como já dito anteriormente neste texto, a partir dos anos de 1960 alguns termos passam a ser usados como xingamentos e ofensas ao se referir aos homossexuais, entretanto com os novos ares do fim dos anos de 1970, e a ascensão dos movimentos sociais que buscavam um reconhecimento sócio-político para seus sujeitos, deu- se início a uma tomada de termos pejorativos para que fossem usados com maior frequência, ressignificados e somados aos novos debates identitários.

É importante lembrar que sempre houve discordâncias entre os editores, colaboradores e leitores sobre diversos posicionamentos, e em relação aos termos usados no jornal não foi diferente.

E com o intuído de apaziguar os ânimos exaltados acerca do uso dos termos pejorativos, na edição 03 de agosto de 1978, Aguinaldo Silva lança o texto *"As palavras: para que temê- las?"* defendendo o uso dessas palavras seria uma estratégia para esvaziar seu potencial ofensivo e segregacionista,

> muita gente se declarando indignada pelo fato de LAMPIÃO utilizar com muita frequência palavras tidas como pejorativas: bicha, boneca, etc, às quais o uso comum deu sempre um tom de ofensa, de epíteto humilhante. Para alguns, o uso destas palavras indicaria uma apelação ao baixo nível que não fica bem em nosso jornal.

> *O uso de palavras em LAMPIÃO da Esquina na verdade, tem um propósito. O que nós pretendemos é resgatá-las do vocabulário machista, para em seguida desmistifica-las. Vejam bem, até agora elas foram usadas como ofensa, serviram como o meio mais simples para mostrar a "separação" que existe entre o nosso mundo e o dos outros* (SILVA, n° 03, 1978, p, 05, grifos nossos).

Já de imediato percebemos o objetivo do Jornal, em retomar os termos e palavras usadas no meio machista e quebrar os mitos negativos acerca delas. Na sequência do texto, o autor apresenta os motivos de validar tais termos entre os homossexuais, encorajando-os para assumir uma postura quase de enfrentamento aos opressores de forma natural e sem violência,

> A primeira coisa a fazer, portanto, é perder o medo das palavras. O caminho para isso é usá-las: bichas, bonecas, etc. [...] classificar os grupos que não rezam por sua cartilha como coisas exóticas, é uma das armas mais comuns do Estabelecido (é na verdade o primeiro passo para reprimi-los): não aceitar que esse tipo de classificação seja possível – lutar contra ele- é obrigação desses grupos. [...] Nossa posição é oposta: se nos chamarem de bichas responderemos que somos mais que isso – somos trichas (SILVA, n° 03, 1978, p, 05).

Assim é possível perceber a tomada dos termos para seus sujeitos, que ao assumir-se como bichas já desqualificavam a ofensa verbal do agressor. E como era de se esperar, o Jornal recebe algumas respostas em relação ao seu posicionamento sobre a apropriação dos termos pejorativos. A mais evidente é a carta do leitor Alfredo Rangel, do Rio de Janeiro, publicada já na edição seguinte, número 04:

> Quanto ao termo guei, achei inteligente a idéia, mas quanto aos outros bicha, boneca, etc., continuo achando inoportuno e inconveniente o uso dos mesmos pelo jornal. Mais explicitamente, a palavra. Isto é. o significante traz consigo algo bem mais amplo que é o seu significado, isto é, o conceito pela maioria das pessoas, no caso em foco. A meu ver, usar os mesmos termos que a sociedade machista usa para marginalizar a classe homossexual contribui para que os mesmos permaneçam arraigados na mente de nosso povo.
>
> Acho que quando algo se encontra já consagrado pelo uso, ainda mais de maneira deletéria, como no caso em foco, devemos usar a nossa imaginação e capacidade criadora para substitui-lo para algo novo. Falando em termos de língua, a única maneira de se fazer com que ouso de um determinado termo tenda a desaparecer, é criando-se e difundindo- se um novo termo, tendo-se cuidado

> para que o mesmo não receba a conotação do primeiro. Entenderam oque eu quero dizer?
>
> Não adianta vocês usarem determinadas palavras com um propósito, se aqueles que as recebem, os leitores em sua maioria, já estão habituados a vê- las de outra forma. Acho que isso só poderá fortalecer os estereótipos e nunca liberar realmente as pessoas oprimidas por sua condição sexual. Não devemos aceitar o anátema que a sociedade nos lança, como coisa irrelevante, pois é da luta contra o mesmo que poderemos abrir espaço para uma luta mais ampla que é a afirmação da livre expressão da nossa bissexualidade na sociedade (RANGEL, n° 04, 1978, p.18).

A angústia do leitor carioca quanto à apropriação dos termos pejorativos pelo jornal coloca em dúvida se tal processo não daria mais força aos agressores e opositores da visibilidade homossexual na sociedade. Em sua fala ainda podemos perceber a influência do sistema heteronormativo, evidenciado pelo fato do leitor acreditar que o uso desses termos iria permanecer na mente da população.

Entretanto a resposta do jornal ao leitor ocorre na mesma edição já na sequência enfatizando que o uso das palavras ressignificadas deveria se manter, para que elas não deixassem de existir, apenas passariam a ser interpretadas em outro sentido, e não mais apenas o ofensivo.

> Olha. Alfredo, a gente continua mantendo nossa posição sobre o assunto. Não é por falta de uso que as palavras morrem, não, elas só morrem e, portanto, deixam de ser usadas quando perdem o sentido. Para isso é preciso ir até o fundo das possibilidades de cada uma, esmiuçá-la, esgotá-las. No nosso caso particular. Essa preocupação com as palavras também inclui um mergulho profundo nas nossas possibilidades, é preciso ter consciência. Inclusive, de que essa "livre expressão" do que você fala, não é através de LAMPIÃO que vamos conseguí-la, já que este é apenas uma esfinge que devora a si mesma (CONSELHO EDITORIAL, n° 04, 1978, p. 18).

Com este posicionamento o jornal, demonstra seu interesse em manter o uso dos termos, bem como validá-los de forma positiva. Os debates referentes a terminologia empregada no jornal, e sobre seu uso ser ou não pejorativo ainda reaparece em outras edições, principalmente nas respostas dos leitores.

Mas o que nos chama a atenção na temática da linguagem usada, além da apropriação dessas palavras, era o uso escrachado que se fazia delas.

Principalmente após a criação da seção *Bixórdia*, "uma apimentada 'coluna social' criada a partir da edição 05 de outubro de 1978, "na qual a personagem Rafaela Mambaba exercitava o linguajar ferino e malicioso atribuído às travestis e às bichas loucas" (SIMÕES; FACCHINNI, 2009, p. 88-89). O nome dessa seção vem depois de uma carta, em que o leitor faz uma ardente defesa das bichas pintosas e usa a palavra *bixórdia,* misturando bicha e mixórdia. A seção ficava por conta de Rafaela Mambaba,

> uma personagem fictícia criada pelos editores do jornal e era responsável por comentários ferinos que apareciam nas páginas do Lampião, [...] Interessante pensar que é uma personagem com linguajar próximo daquele do gueto (SOUZA NETO, 2013, p. 02).

Mas o que vinha a ser a Bixórdia, exatamente? A apresentação da nova seção já vinha escrita com certo teor do linguajar usado no gueto, se tornado assim mais próxima da realidade da maioria dos leitores.

> O QUE VEM A SER BIXÓRDIA?
>
> Está no dicionário de Mestra Mambaba: BIXÓRDIA, s.f; em machês, palavra originária de bicha, s. i. (substantivo indefinido), somada a mixórdia s.f mistura, bagunça. Representação do que é livre autopermitido. Tudo é sério, nada é triste. Paradoxo vivo (finíssimo, adorei) em que se misturam viados, bichas, perobos, tias, sobrinhas, primas, entendidos, gueis, transadores, mariconas, paneleiros, frescos, frutas e xibungos. Por ext.: Vale tudo, né queridinhas? (MAMBABA, n°05, 1978, p.12)

A ideia de ter uma personagem fictícia no jornal dava uma liberdade extra aos editores, que poderiam se colocar atrás do pseudônimo de Mambaba. A seção foi criada pelos editores, e segundo Jose Augusto de Castro Heeren (2011) serviu para amenizar o caráter politizado do jornal e dar uma leveza e descontração em meio à seriedade das reportagens, e com um humor acido, a fictícia autora tecia comentários para criticar os estigmas das rodas sociais dos homossexuais que rotulavam a multiplicidade de sexualidades existentes, "de uma maneira geral Rafaela Mambaba procurava criticar através da ironia e do deboche o quanto o universo estereotipado gay era perverso para aqueles que nele viviam" (HEEREN, 2011, p.177).

Ainda dentro da tentativa de desmistificar a negatividade do termo bicha, a seção Bixórdia propõe novas nomenclaturas e variações para serem

utilizadas de maneira proposital entre os gays, autora apresenta algumas variantes em duas edições;

> Algumas variantes da bichisse oblige. A saber:
>
> POLICHA- É a que ultrapassou os limites da tricha. Toma hormônios já que seu grande sonho é se tornar a Fafá de Belém.
>
> BICHEQUE- É aquela que por qualquer coisa puxa um talão de cheques. Até pra pagar um cafezinho.
>
> BICHENE- fã de Marlene. Daí surge uma serie de variações: BICHY (fã de Cauby), BICHINHA (fã de Emilinha), BICHAL (fã de Sidney Magal), e a BICHA- TORRACA.
>
> E por aí vai. Qualquer semelhança com pessoas colunáveis será mera coincidência: de bichas e contrabichas cada um tem um pouco. Ah, ia me esquecendo, tem mais uma; é a:
>
> BICHATA- É aquela que se enquadrou em alguma das variações aqui, mas vai escrever pra cá falando mal do LAMPIÃO (MAMBABA, n°06, 1978, p. 09).

A 'autora' satirizava tanto os fãs, quanto personalidades do cenário artístico nacional ao fazer a associação aos referidos artistas.

Nesse mesmo contexto de termos e significados para homossexuais, Rafaela Mambaba volta com sua acidez na edição 24, em maio de 1980, trazendo um novo glossário mais 'técnico' para aqueles que quisessem participar dos próximos Encontros Brasileiros de Homossexuais (o 1° havia ocorrido em abril de 1980). Alguns termos e suas definições apresentados pela autora:

> MACHISMO - Qualquer tentativa de se impor sobre a vontade de uma outra pessoa, seja de que sexo for. Palavra extremamente útil como acusação dirigida à pessoa cuja palavra você quer cassar.
>
> AUTORITARISMO - Idem machismo.
>
> LIDERANÇA - Idem autoritarismo. Algo a ser evitado a qualquer custo, para garantir a continuidade da balbúrdia reinante numa reunião.
>
> CONSENSO- Estado de sonolência e aborrecimento que leva as pessoas à incapacidade de votar a favor ou contra qualquer proposta concreta.
>
> REPRESSÃO - Regras que são inventadas pela classe dominante, e cuja intenção é nos proibir daquilo que nós queremos.
>
> DUPLA REPRESSÃO - Quando uma pessoa é sujeita a duas repressões. Especificamente bichas negras e mulheres homossexuais.

> TRIPLA REPRESSÃO – Quando a pessoa é sujeita a três repressões. Exemplo: mulher negra homossexual.
>
> QUÀDRUPA REPRESSÃO - Estado de graça no qual a pessoa está sujeita a quatro repressões. Exemplificando: bicha negra homossexual gorda. (N.B. - As pessoas que somam o maior número de repressões gozam de altíssimo status e são a inveja dos que têm menos; aqueles que não sofrem qualquer tipo de repressão - é o caso dos heterossexuais brancos masculinos - são criaturas simplesmente desprezíveis).
>
> BICHA - Termo para designar o homossexual masculino militante (não pode ser confundido com a mesma palavra fora do meio militante; neste último caso, trata-se de uma ofensa grave). Ê também usado por alguns para se referir a homossexuais de ambos os sexos; neste caso, para as lésbicas, trata-se de uma manifestação de machismo de quem o utiliza.
>
> HETEROSSEXUAL – Quem não é bicha ou lésbica. Pessoas extremamente perigosas, cujo maior prazer parece ser o de criar novas formas requintadas e sutis de repressão.
>
> BISSEXUAL - Algo que não existe; quem se diz bissexual é apenas uma bicha não assumida, com tendências ao machismo, ao autoritarismo. Há quem diga, também, que o bissexualismo é apenas uma manifestação esquizofrênica.
>
> FACISMO - A palavra ideal para substituir "autoritarismo" e "machismo" quando sequer dar a estes insultos um peso histórico. É como se um heterossexual, em vez de chamar um homossexual de "bicha", preferisse dizer "sodomita" (MAMBABA, n° 24, 1980, p. 15).

Desta forma, com um linguajar mais atrevido e satirizando a política, acontecimentos e pessoas, a seção Bixórdia e sua mítica autora, Rafaela Mambaba, caíram nas graças dos leitores homo e heterossexuais que buscavam saber mais do palavreado e expressões usadas no gueto gay. Como fica evidente em uma carta, escrita por uma estudante de Letras de São Paulo,

> Aí então me surgiu a ideia de escrever para vocês, na certeza de obter dados mais profundos para minha pesquisa. Seria apenas uma relação de vocábulos e expressões utilizadas pelos gays que estabelecem a comunicação entre eles, seguidas do significado que teriam para nós, leigos que somos nesse campo.
>
> P.S. - Gostaria de pedir ainda mais um favor - vocês mencionaram no jornal algo a respeito do "Dicionário de Mestra Mambaba". Eu poderia encontrá-lo facilmente em algum lugar? Onde? Grata,
>
> Sueli Almeida - São Paulo, capital (ALMEIDA, n°07, 1978, p. 14).

A escrita do Jornal Lampião da Esquina juntava elementos para que seu público se identificasse com o jornal e com seus pares, o resgate e uso dos vocábulos do gueto em tom de chacota e até mesmo seu uso como uma ressignificação social estavam diretamente ligados ao objetivo central do jornal.

Conclusão

A partir do que foi aqui exposto, podemos perceber que a sociedade brasileira no fim da década de 1970 era nitidamente marcada por sistemas binários, que viam a feminilidade como um fator negativo e de inferioridade, principalmente quando se tratava de sujeitos com sexualidades dissidentes como era o caso de gays e travestis. A masculinidade assumiu uma forma viril, com barba e músculos definidos, se sobrepondo a um estereótipo que se aproximava da androginia e brincava com os padrões masculinos e femininos. Entretanto essa masculinidade existente, inclusive entre os homossexuais, passou a ser percebida e questionada pelos leitores que buscavam legitimar suas vivências homossexuais com base no jornal.

Essas identificações dos leitores quanto às figuras da bicha ou do gay macho, bem como as devolutivas sobre o uso de termos tidos como pejorativos e suas ressignificações geraram inúmeros posicionamentos em relação ao jornal. Assim, podemos entender que ao longo da sua existência o jornal foi alcançando seu objetivo de dar voz aos homossexuais do gueto, que se viam e se faziam presentes nas páginas do Jornal Lampião da Esquina.

Referências

ALMEIDA, Sueli. Uma questão de linguagem, *Jornal Lampião da Esquina***.** Rio de Janeiro, ano I, edição n° 7, dez/1978.

CONNELL, Raewyn W. Politicas de Masculinidade. *Revista Educação e Realidade***.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva. UFRGS: Porto Alegre- RS. Jul/dez. 1995.

CONSELHO EDITORIAL, Ainda o auê das palavras. *Jornal Lampião da Esquina***.** Rio de Janeiro, ano I, edição n° 04, ago/set. 1978.

CONNEELL, Robert W., MESSERSCHMID, James W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, UFSC: Florianópolis- SC. Jan/abr. 2013.

CONSELHO EDITORIAL, Gay--Macho: uma nova uma tragédia americana? *Jornal Lampião da Esquina*, ano 1, nº 8, janeiro de 1979.

DANTAS, Frederico J. Qual é a nossa imprensa? *Jornal Lampião da Esquina***.** Rio de Janeiro. Ano I. Edição experimental. Abril/ 1978. p 5.

FACCHINI, Regina. SIMÕES, Júlio Assis. *Na Trilha do Arco Iris: Do movimento homossexual ao LGBT* / São Paulo: Editora Fundação Pcrscu Abramo, 2009.

FERREIRA, Bailarino Roberto. Mas que (*) é esta? *Jornal Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano I, nº 8, janeiro de 1979.

FOUCAULT, Michel. A Implantação Perversa. *IN: História da Sexualidade I- A vontade de Saber***.** Trad. Maria T. da C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Editora Graal. 17ª ed. 2006.

FRY, Peter. MACRAE, Edward. Pecado, Crime, Doença e Sem- Vergonhice. In: *O que é homossexualidade.* São Paulo: ed. Abril Cultural, ed. Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1985.

GREEN, James Naylor. Sexo e vida noturna- 1920- 1945. In: *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX.* Tradução Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. – São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HEEREN, Jose Augusto de Castro, *O armário invertido: comunicação e discurso sobre a luz do Lampião***.** Dissertação (mestrado em comunicação). Faculdade Casper Libero: São Paulo. 2011.

LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero.* In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.), Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura . Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

MACLAREN, Margaret A. Políticas de Identidade: Sexo, gênero e sexualidade. *IN: Foucault, feminismo e Subjetividade***.** São Paulo: Intermeios, 2016.

MACRAE, Edward.: *A construção da igualdade- política e identidade homossexual no Brasil da "abertura"*. Salvador: EDUFBA, 2018.

MASCARENHAS, João Antônio. Assumir-se? Por quê? *Lampião da Esquina,* Rio de Janeiro, ano I, n. 2, jun/jul 1978.

MAMBABA, Rafaela. Escolha o seu nome. *Jornal Lampião da Esquina***.** Rio de Janeiro, ano I, edição n° 6, nov/1978.

MAMBABA, Rafaela. Novocabulário guei. *Jornal Lampião da Esquina***.** Rio de Janeiro, ano II, edição n° 24, mai/1980.

MAMBABA, Rafaela. O que vem a ser a bixórdia? *Jornal Lampião da Esquina***.** Rio de Janeiro, ano I, edição n° 5, out/1978.

MASCARENHAS, João Antônio. Sobre tigres de papel. *Jornal Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro. Ano I, n° 04, agosto- setembro 1978.

NETO, Miguel Rodrigues de Souza, MOVIMENTO GAY E IMPRENSA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981). XXVII Simposio Nacional de História – conhecimento histórico e dialogo social , Natal – RN 22 a 26 de julho de 2013, p 2 disponível em <http://www.snh2013.anpuh.org/resou rces/anais/27/1364954035_ARQUIVO_MovimentogayeimprensanoBrasilcontemporaneo-MiguelRodriguesdeSousaNeto.pdf>. Acesso 02 jul. 2021.

PENTEADO, Darcy. Homossexualismo: Que coisa é essa? *Jornal Lampião da Esquina***.** Rio de Janeiro, ano I, n. 2, jun/jul 1978.

PEREIRA, Ronielysson Cesar Souza. **"***Gay Macho", "Travesti", ou "bicha pintosa"? a produção discursiva sobre representações homoeróticas no Jornal Lampião da Esquina***.** Dissertação (Mestrado em História) UNIOESTE: Marechal Candido Rondon 2017.

RANGEL, Alfredo. Ainda o auê das palavras. *Jornal Lampião da Esquina***.** Rio de Janeiro, ano I, edição n° 04, ago/set. 1978, p. 18.

RODRIGUES, Aristóteles. Em Busca de uma Nova Moral. *Jornal Lampião da Esquina***.** Rio de Janeiro, ano II, n. 15, ago/1979.

RODRIGUES, Jorge Caê. *Impressões de Identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil***.** Niterói: EdUFF, 2010.

SCOTT, Joan w. A invisibilidade da experiência. Trad. Lucia Haddad. Rev. téc. Marina Maluf. *Revista Projeto História*. São Paulo: Puc- SP. Fevereiro 1998.

SIMÕES JUNIOR. Almerindo Cardoso. *E havia um Lampião da Esquina: memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil no fim da ditadura (1978- 1980)*. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Rio de Janeiro: UNIRIO. 2006, p. 16.

SILVA, Aguinaldo. Anormal assassinado em Copacabana... (cada um tem a morte que fez por merecer). *Jornal Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro. Ano I, n° 06, novembro 1978.

SILVA, Aguinaldo. As palavras para que temê-las? *Jornal Lampião da Esquina***.** Rio de Janeiro, Ano I, ed 03, jul/ago. 1978.

SILVA, Natanael de Freitas. Masculinidades hierarquizadas: entre o "gay- macho" e a "bicha louca", performances de gênero nos anos 1970. *Contemporâneos- Revista de Artes e Humanidades***.** Edição 14, maio – outubro, 2016.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia a atualidade*. 4ª ed. revista, atualizada e ampliada, 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TREVISAN, Joao S., LAVENDER, James. Uma entrevista que ninguém ousou publicar: Leyland fala sobre atuação política. *Jornal Lampião da Esquina***.** Rio de Janeiro, ano I, edição n° 2, jun/jul. 1978.

VIEIRA, Zsu Zsu. A doença infantil do machismo. *Jornal Lampião da Esquina***.** Rio de Janeiro, N° 03, Ano I, Jul/ago. de 1978.

Recebido em 20 de agosto de 2021.
Aprovado em 17 de setembro de 2021.

UM LIVRO... O PORVIR DE CINTURA FINA

A BOOK... CINTURA FINA'S FUTURE

UN LIBRO: EL PORVENIR DE CINTURA FINA

Rick Afonso-Rocha[1]

RESENHA

MORANDO, Luiz. *Enverga, mas não quebra: Cintura Fina em Belo Horizonte*. Uberlândia: O sexo da palavra, 2020.

Um livro... Páginas, letras, capa, orelha, autoria, edição... Relações de força. Poder. Resistência. Sujeição. Afetação. Circulação de emoções. Subjetividades capturadas. Construção de narrativas. Veridicção. Enfeite. Produção de verdades. Deslegitimação. Normalização. Legitimação. Naturalização. Produção de sujeitos. Mutilações. Fabricação de ficções. Produção da realidade. Memória. Silêncio. Arquivo. Um livro é um arquivo. Faz lembrar. Faz dizer. Ilumina. Cria campos de visibilidades. Faz proliferar dizeres. Reforça enunciados. Silencia. Apaga. Oblitera. Faz calar. Enquadra. Nisso, um livro pode ser tomado como um micro espaço das relações de força.

Um livro se estrutura desde um regime enunciativo. Um livro obedece, assim, a uma organização, isto é, regras específicas que legitimam posições subjetivas, estabelecendo as condições de fala, de escuta e de visibilidade. Das suas páginas, emergem formas de ver, formas de dizer e formas de escutar. Não quaisquer formas. Mas formas reclamadas – e postas em jogo – por força da memória, do social, da história, da língua. Um livro não é apenas

1. É uma bicha, nordestina, branca, contra-CIS-identificada: doutoranda e Mestra em Letras: Linguagens e Representações, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (PPGL/UESC). Bacharela em direito (UESC) e advogada (OAB/BA). Bolsista FAPESB. Integrante do grupo de pesquisa *O Espaço Biográfico no Horizonte da Literatura Homoerótica* (GPBIOH), do *Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais* da UFRPE (NuQueer) e do Grupo de Pesquisa *Estudos Literários Contemporâneos: Fontes da Literatura de Jornal* da UEFS.

um livro. É uma trama. Uma urdidura. Um livro é um campo de batalha que indicia determinadas formações discursivas e formações de visibilidades.

É o corpo que emerge verdadeiramente de suas páginas. Todo livro é um traço da história dos corpos. Um livro não é formado de palavra, mas sim de órgãos. O signo verbal revela-se signo corpóreo. Cada palavra, linha, cada parágrafo, frase, capítulo desvela-se parte de uma operação do poder, de uma engrenagem enunciativa que legitima formas de ver, de dizer e de escutar os corpos em dada formação social e histórica. A biblioteca infinita de Borges mostrar-nos-ia a história, igualmente infinita, do corpo.

É a partir dessas considerações que quero pensar o livro *Enverga, mas não quebra: Cintura Fina em Belo Horizonte*, de Luiz Morando, publicado pela editora *O sexo da palavra* em 2020. Esse é um livro que reduplica o signo corpóreo. Radicalmente, não é um livro unicamente verbal. Não há apenas palavras. Não há apenas letras. Não há apenas enunciações. Há corpos. É um livro feito de órgãos. É um livro que faz ver as tramas pelas quais o corpo nomeado como Cintura Fina foi dito, visto e escutado. É um livro que obriga a enunciar as formas pelas quais Cintura Fina foi lançada em jogo, isto é, as formas pelas quais esse corpo circulou na economia social dos afetos:

> Afeminado. Invertido sexual. Pederasta. Pederasta passivo. Anormal. Faz uso do travesti. Horizontal. Ladrão. Elemento desordeiro e brigador. Vadio inveterado. Vadio, desordeiro e provocador de escândalos. Autêntico profissional do crime. Incorrigível [...]. À medida que os delitos praticados por Cintura Fina geram inquéritos policiais e ações penais, a imagem da imprensa ricocheteia e reverbera aquela que o aparelho policial-judicial vai moldando, dando complexidade e cristalizando uma personagem multifacetada. (MORANDO, 2020, p. 21-22).

Aqui, cabe destacar que esse livro é, digamos, uma biografia. Por isso, não podemos desprezar as condições de invenção desse gênero e seus efeitos na produção dos regimes de olhares e dizeres pelos quais os corpos foram historicamente legitimados ou deslegitimados. A biografia esteve atrelada, por muito tempo, a ideia de dignidade da vida narrada. Não era qualquer vida que "poderia" ser colocada em jogo enunciativo. Era preciso que a vida biografada fosse uma vida digna de memória. A escrita sacraliza a vida. O traço torna-a imortal.

É a vida dos santos, dos reis, dos nobres que mereceriam ser narradas. Em seguida, a dignidade do traço alcança as vidas dos artistas, das grandes personalidades. O gênero biográfico é atravessado, assim, por um nítido

interesse de classe. Não é o operário, o servo, o escravo, a puta, a bicha, o prisioneiro que serão traçados. A grafia não alcança o baixo, pois nega-lhe dignidade. Muito mais do que interesse de um suposto público leitor, a negação do traço às *vidas infames*, para usar um termo foucaultiano (1993), parece corresponder a um exercício da memória. Afinal, um livro é um arquivo. Faz memória. Faz lembrança. Grava. Registra. Biografar uma vida indigna significa fazer dela algo, torná-la existente.

Se para a vida digna inventa-se a biografia como técnica de bioarquivamento, de fazer memória, para a vida indigna é preciso impedir a memória, é preciso que dela não haja lembrança, que ela seja impedida de narrar-se ou de ser narrada com quaisquer indícios de dignidade. É preciso que a vida indigna tenha como memória apenas sua condição de infâmia, de monstruosidade, de periculosidade. Inventam-se os registros médicos, hospitalares, os registros dos hospícios, das prisões, os boletins das delegacias, das casas de reclusões, os registros de jornais que narram e produzem a periculosidade das vidas indignas. Inventam-se técnicas de necroarquivamento. Técnicas que visam a produzir a eternidade da ameaça, da anormalidade. Que visam a legitimar as formas dominantes de ver, de dizer e de escutar aqueles corpos como vidas indignas. Técnicas que visam a produzir e naturalizar os mecanismos que negam humanidade a tais corpos:

> Normalmente, tais vidas chegam até nós apenas pelos vestígios do corpo-a-corpo com o poder, materializados em escassos arquivos como os relatórios dos hospitais psiquiátricos e as fichas de controle dos presídios. Contudo, devemos considerar que, em diversos contextos [...] tais arquivos são minimamente controlados e produzidos, de modo a desaparecer com as corporalidades infames [...] (AFONSO-ROCHA, 2021, p. 115).

As técnicas destinadas a fazerem tais vidas desaparecem, produzindo apenas um arquivo de sua infâmia, de sua monstruosidade e anormalidade são, então, corrompidas, pelas tramas de resistências, a produzirem a memória dessas vidas, mas também a memória da luta, do embate, da batalha, a memória do silenciamento. As vidas indignas corrompem o necroarquivamento e produzem a memória do impossível. Fazem do traço do poder, o rastro daqueles impedidos de produzirem vestígios. Os relatórios médicos, psiquiátricos e prisionais são obrigados a atestarem a existência das vidas indignas. Por eles, tais vidas fraturam o regime de olhares, de visibilidades e de dizeres dominantes. Por eles, conseguimos entrever a artimanha do poder

em biografar determinadas vidas como ameaças sociais. Conseguimos entrever as vidas produzidas como indignas de arquivo. Conseguimos entrever as engrenagens que produzem as vidas a serem esquecidas, vidas impossíveis de memória.

É por meio desses dizeres e olhares que vemos emergir Cintura Fina. A obra mostra-nos como esse corpo foi narrado desde a monstruosidade, a anormalidade, a perversão, a doença, o pecado, a anomalia, a criminalidade... A obra faz ver uma Cintura Fina produzida sob o signo da indignidade. Uma vida impossível de memória. Vida produzida para provocar medo. Vida que foi, portanto, despossuída de corpo, vida relegada à carne, vida-sem-corpo. Do sofrimento da carne, não deve haver compaixão, nem memória. Desse arquivo, Cintura comparece como mera carne, vida destinada a não produzir afetos positivos, vida destinada a legitimar as ações mortíferas do poder.

É nesse sentido que penso o livro de Morando como uma contra-biografia, pois ele perverte a lógica do necroarquivamento. Por meio dos documentos do poder, Morando fratura a instabilidade da memória da ameaça, apresentando-nos Cintura Fina como um corpo produzido desde as enunciações do poder. O livro faz ver a engrenagem do poder e faz questionar a legitimidade das mutilações imposta no corpo de Cintura. Esse só poderia ser um livro impossível, um livro porvir. O porvir aqui pensado como a memória do futuro, logo a memória do impossível, mas também a memória do infinito.

Morando não os oferece apenas um livro, mas uma navalha, um livro-navalha, um livro de cortes, um livro que decepa o corpo do poder, retira-lhe os órgãos, faz-lhe jorrar sangue e expõe suas entranhas... Um livro que se aproveita dos registros do poder para contar, para narrar a indigna vida de uma vida sem corpo. Um livro que faz a história da infâmia e que faz ver a assunção da periculosidade como *forma-de-vida*, que faz enunciar a rejeição da integração e que faz escutar o chamado da ameaça como constituição afetiva. Um livro que faz questionar o ideal liberal de assimilação e faz ver que a "ameaça" – nossa periculosidade, nossa anormalidade – pode ser uma ética. Uma ética contra o poder, uma ética bélica que faz reconhecer que a tentativa de produzir nossa não-ameaça, nossa normalidade esbarra no gozo fascista "deles". É um livro-navalha que faz enunciar:

> É fundamental que abandonemos a posição de vítima – mesmo quando o estado, a polícia, o homem branco e o homem cis têm historicamente demostrado sua incapacidade de abandonar a posição de agressor. Não há saída senão aceitar de uma vez por todas que fomos inscritas numa guerra aberta contra a nossa existência e a única forma de sobreviver a ela é lutar ativamente pela vida (MOMBAÇA, 2021, *online*).

Penso que muito mais do que dar dignidade a Cintura Fina, Morando mostra a dignidade da vida indigna, faz ver a dignidade da vida que rejeita, consciente ou não, a normalização; fazendo ver a ética da indignidade. Em sua narrativa, Morando faz ver que, queiramos ou não, nós, os excluídos, seremos narrados como ameaçadores, como anormais, como perigosos. Logo, cabe-nos ressignificar a ameaça como tática de luta, como resistência. Diante dos gritos histéricos que nos acusam de corromper a masculinidade, de destruir a família, de ameaçar os valores cristãos,

> Cabe a radicalização nossa também, de afirmar com todas as letras o que é uma estratégia política crítica anti-sistêmica: 'ah, vocês querem destruir a família…' Sim, queremos. Porque se a gente não quiser, não vai ser ameaça. E se a gente não perceber isso, a direita faz questão de corrigir nossa burrice, porque eles falam isso pra gente. 'Vocês só são ameaça se quiserem mexer na família. Se quiserem desregrar o sexo e desnormatizar o desejo' e a gente diz o quê? Que não quer ser ameaça? (PALHA, 2019, *online*).

Enverga, mas não quebra situa-se em uma constelação de outras obras como *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*; *Eu, Pierre Riviere, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, ambas de Michel Foucault; *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg; *Poems from Guantánamos: the detainees speak*, de Marc Falkoff e tantos outros livros-navalhas que fazem, dos arquivos do poder, o lugar da lembrança infame, o lugar das enunciações impossíveis, que fazem, dos registros do poder, o contra-enquadramento das vidas destinadas a não deixarem rastros, das vidas indignas de traço, das vidas destinadas a fazer memória apenas da periculosidade, do pecado, da doença, da perversão, da injúria, da anormalidade. Ao lançar luzes nas engrenagens do poder que produzem determinadas vidas como dignas de arquivo e de lembrança, ao passo que, necessariamente, fabricam outras vidas como indignas de memória e de reconhecimento, *Enverga, mas não quebra* mostra-se um importante livro para as áreas dos Estudos de gênero e sexualidade, dos Estudos biográficos, da Micro-história, dos Estudos da biopolítica, da Arquegenealogia etc.

Referências

AFONSO-ROCHA, Rick. *O perigo cor-de-rosa: ensaios sobre a deimopolítica*. Salvador: Devires, 2021.

FOUCAULT, Michel. *La vida de los hombres infames*. Buenos Aires: Altamira, 1993.

MOMBAÇA, Jota. *Publicação em perfil do Instagram Afrotonizar*. Sem título. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CR4uYBFFdYR/?utm_medium=copy_link.>. Acesso em: 04 ago. 2021.

MORANDO, Luiz. *Enverga, mas não quebra: Cintura Fina em Belo Horizonte*. Uberlândia: O sexo da palavra, 2020.

PALHA, Amanda. O movimento LGBT e o fim da família. *In*: *Seminário internacional democracia em colapso*, São Paulo, 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-mIi2tFYbGmc>. Acesso em: 20 ago. 2021.

Recebido em 21 de agosto de 2021.
Aceito em 27 de setembro de 2021.

HISTÓRIA PÚBLICA LGBTQIA+ E *QUEERIZAR* A HISTÓRIA: ENTREVISTA COM BENITO BISSO SCHMIDT

LGBTQIA + PUBLIC HISTORY AND QUEERIZING HISTORY: ENTERVIEW WITH BENITO BISSO SCHMIDT

HISTORIA PÚBLICA LGBTQIA+ Y QUEERIZAR LA HISTÓRIA: ENTREVISTA A BENITO BISSO SCHMIDT

Henrique Cintra Santos[1]

Benito Bisso Schmidt é licenciado, bacharel e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Benito é desde 1994 professor do Departamento de História na UFRGS, atuando em atividades de ensino na graduação e pós-graduação, projetos de pesquisa e extensão diversos, assim como prestando consultoria para acervos, exposições, produções cinematográficas, entre outros. Além disso, Benito foi presidente da Associação Nacional de História (ANPUH) entre 2011 e 2013.

Apesar de sua versatilidade em transitar em suas pesquisas por vários campos da História, grande parte de sua trajetória de pesquisa tem se destinado aos estudos das biografias. O livro "Flavio Koutzii: biografia de um militante revolucionário – de 1943 à 1984", lançado em 2017, é destaque de sua produção acadêmica em torno de biografias, tendo sido um dos finalistas do Prêmio Jabuti em 2018. Recentemente, Benito tem se voltado à produção de uma historiografia LGBTQIA+, principalmente sobre as intersecções entre trauma, memória e narrativas transnacionais LGBQTIA+. Além disso, o pesquisador tem tido papel protagonista no CLOSE - Centro de Referência da História LGBTQIA+ do Rio Grande do Sul, projeto ligado à UFRGS.

Em entrevista realizada em agosto de 2021, entre os diversos tópicos abordados Benito apresenta sua trajetória e suas principais influências

1. Doutorando em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina. henriquecintra@outlook.com.

intelectuais; discute o desenvolvimento recente de um campo historiográfico LGBTQIA+ no Brasil e alguns dos marcos tanto nos anos 1990 quanto recentemente e que caracterizam esse processo; discorre sobre seus interesses de pesquisas atuais; e defende um projeto *queer* para a História LGBTQIA+ no Brasil e que consiga problematizar as narrativas *mainstreams*.

Henrique Cintra Santos: Você poderia relatar um pouco de sua formação acadêmica e de pesquisa? Como você descreveria o seu contexto intelectual formador e quais influências que marcam essa sua trajetória?

Benito Bisso Schmidt: Eu fiz o meu curso de graduação no final dos anos 1980, entre 1987 e 1991, me formando tanto em licenciatura como bacharelado em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em nosso curso ainda havia alguns professores que representavam uma historiografia bastante tradicional e factual. Por outro lado, tínhamos também um outro grupo, principalmente formado por mulheres, que já estava tendo sua formação em pós-graduação, tanto mestrado quanto doutorado, muito influenciada pelo marxismo e, principalmente, pelo Gramsci. Nesse meio, algumas professoras também trabalhavam com outras vertentes teóricas: a Profa. Céli Pinto, por exemplo, tinha voltado da Inglaterra onde havia feito seu Doutorado com muitas discussões a partir do Foucault e da Análise do Discurso. Então era um ambiente de muita discussão ao redor do que se chamava de "Nova História", a qual ainda era pensada muito como uma nebulosa contendo várias tendências diferentes. Isso era acompanhado um pouco por uma oposição entre a "Nova História" - às vezes chamada naquele momento de história pós-moderna – e o Marxismo. Então me formo em um contexto de recepção da "Nova História" no Brasil, mas também de uma resistência a essas perspectivas.

Eu sou de uma geração que ainda não emendava graduação, mestrado e doutorado, e da qual não era exigida a formação em pós-graduação para o ingresso na docência em cursos superiores. Então, eu comecei a dar aula em uma universidade do interior do Rio Grande do Sul (RS), a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), ficando lá em 1992 e 1993. Em 1994 entro ao mesmo tempo no Mestrado na UFRGS e como professor no Departamento de História. Iniciei, dessa forma, como discente de pós-graduação e como docente de graduação ao mesmo tempo. A partir disso, fui direcionando minhas pesquisas cada vez mais para a discussão

sobre biografia na História. Isso respondeu não necessariamente a um gosto prévio pelas biografias, mas foi algo que foi aparecendo através de sugestões, como de minha orientadora na época, a Profa. Silvia Regina Ferraz Petersen, a qual propôs que eu trabalhasse com a biografia de um militante socialista que viveu entre o fim do século XIX e início do século XX justamente na região sul do estado, em Rio Grande. Tal escolha se deu em um contexto historiográfico mais amplo que chamamos de "volta" da biografia, mas que não se tratava mesmo de um retorno da biografia, já que não era aquela biografia tradicional, heroica, mas uma biografia muito marcada pelas ideias da micro-história, da história social inglesa, de pensar o indivíduo como um ponto de observação de relações sociais mais amplas. Então, meu Mestrado articulou o estudo de biografia, a partir desse militante socialista, e foi muito marcado pela História do Trabalho e História Social. Depois no Doutorado, fui para a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) ainda bastante atrelado a uma perspectiva de História Social e trabalhando com biografias de militantes socialistas – agora com personagens não do sul do Estado do RS, mas de Porto Alegre, e no mesmo período entre o final do século XIX e início do século XX. Em minha trajetória, portanto, eu continuei trabalhando com biografias, mas fui mudando de perspectiva teórica – de pensar menos a questão da representatividade, por exemplo, e mais a questão da singularidade desses indivíduos – assim como outros contextos. Fiz uma biografia da jornalista Gilda Marinho (1900 – 1984), por exemplo, que viveu em Porto Alegre e acompanhou todo o século XX, projeto no qual trabalhei bastante com gênero e História Oral, já que era uma personagem que tinha vivido até um período mais contemporâneo – então havia várias pessoas que conviveram com ela e que pude entrevistar. Mais tarde realizei um outro projeto que levei 10 anos para finalizar: a biografia do militante Flavio Koutzii, que lutou contra as ditaduras de Segurança Nacional no Brasil, no Chile e na Argentina (local em que ele teve atuação mais destacada no período em estudo, sendo preso e torturado). O grande desafio desse trabalho foi fazer a biografia de um personagem ainda vivo, algo que até então não havia feito e que colocou uma série de implicações éticas e também teórico-metodológicas para a pesquisa e a constituição da narrativa.

Depois de finalizado o trabalho com o Flavio, foi então que comecei a investir em um tema relativamente novo na minha carreira: a história LGBTQIA+, a qual nomeio dessa forma, mas ciente do anacronismo que

a sigla possa significar quando pensamos em outros períodos. Até então – sem mencionar outras diversas atividades de ensino e extensão - tive dois projetos de pesquisa ligados a essa área: primeiro fiz um projeto onde cruzei biografias de três personagens de Porto Alegre e que em algum momento foram interpelados por discursos que os chamavam ou insinuavam que essas pessoas eram pederastas, homossexuais e termos afins em diferentes momentos do século XX. Agora estou redigindo alguns resultados dessa pesquisa, com algumas publicações em curso. Mais recentemente venho realizando um projeto – do qual apresentei algumas prévias no Seminário Nacional de História da ANPUH e no Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, ambos em 2021 – sobre a constituição de uma memória transnacional LGBTQIA+ a partir da análise de algumas experiências de museus e de monumentos. Então, a história LGBTQIA+ entra muito recentemente na minha carreira, provavelmente de 2015 para cá, porque antes, embora me reconhecesse no meu espaço de atuação acadêmica como um homem cisgênero gay, ainda não era um campo que me interessava particularmente. Até então, conhecia poucas coisas da área por curiosidade: me lembro quando fiz a disciplina de História Antiga, por exemplo, e havia indicação de livros bastante importantes, como o Nos Submundos da Antiguidade (Catherine SALLES, 1982); assim como trabalhos sobre períodos mais recentes, como o livro do James Green (2019). Entretanto, essas leituras constituíam uma curiosidade pela minha história pessoal, mas não um objeto de pesquisa que me interessasse particularmente.

H.C.S.: Enquanto em outras áreas das ciências humanas, especialmente na antropologia, as dissidências de sexualidade e/ou gênero já recebiam maior atenção a partir da década de 1970, os historiadores começaram a se voltar para tais questões mais tardiamente. O artigo de Joana Maria Pedro e Elias Ferreira Veras (2014), ao tratar sobre os silêncios de Clio sobre a homossexualidade no Brasil, é uma das principais tentativas por sistematizar e interpretar esse processo na História. Como você entende essa relutância particular no campo da história? É possível periodizar em que momento começou a haver uma atenção de pesquisa expressiva para com as dissidências de gênero/sexualidade entre os programas de pós-graduação em História no Brasil?

Benito: Eu acredito que atualmente é muito difícil no campo da História alguém aconselhar o outro para que não trabalhe com esse tema ou dizer

que este não teria relevância. Eu acho e espero que hoje uma afirmação como essa seja mal vista. Mas a gente sabe que a LGBTfobia e a cis-heteronormatividade são estruturais, assim como o racismo, a misoginia, o classismo e outras opressões. Então muitas vezes as pessoas internalizam tais opressões – inclusive pessoas LGBTQIA+ - e algumas resistências aparecem de formas muito sutis. Eu pensaria em duas formas principais: a primeira seria a suposta inexistência de fontes para o tema. Temos vários outros campos historiográficos sobre os quais também foi dito isso no início: sobre a história da escravidão, por exemplo, havia nos anos 1980 uma lenda de que o Ruy Barbosa teria queimado todos os documentos sobre a escravidão e de que não teria como estudá-la. Porém, se refletirmos sobre isso hoje, vemos que o campo dos estudos da escravidão e do pós-abolição é uma das pontas de lança de nossa historiografia, onde as coisas mais sofisticadas acontecem, inclusive em termos do uso de fontes. A segunda forma de resistência um pouco mais "afiada" seria a dúvida sobre a relevância do tema, a qual sugere uma certa hierarquia entre temas, o que causa efeitos no campo. Podemos ainda mencionar o discurso de que se você é LGBTQIA+ e estudar esse tema, você se identificaria muito com seu objeto e supostamente não teria o distanciamento necessário - algo que historiadores e historiadoras negras já mostram há muito tempo que não é o caso. É uma acusação que foi feita bastante para os estudos de gênero de uma forma geral, como se fosse uma história muito "identitária". Eu acredito que esses são alguns ruídos que apareceram e dificultaram a inserção do tema no campo. E como eu disse, para o campo historiográfico há efeitos práticos: porque implica a possibilidade ou não de passar em um concurso, publicar o seu artigo ou adquirir postos de poder, como diz o Bourdieu, nas disputas institucionais que se manifestam em vários momentos. Como exemplo, cito a Revista Brasileira de História, que é o nosso principal periódico e onde temos um único estudo publicado sobre o tema - algo que acredito que vai mudar a partir dos próximos números – com o artigo do antropólogo Luiz Mott (1994) trabalhando com relações raciais e sodomia no Brasil Colônia. Então acho que a História é uma área tradicionalista com muita dificuldade de transformação, enquanto a Antropologia tem uma versatilidade maior em várias questões, não sendo uma peculiaridade dos estudos LGBTQIA+. E na Antropologia temos alguns nomes que ganharam proeminência no campo, processo que também aconteceu com os historiadores mais tarde: a presença de alguns estadunidenses ou ingleses que junto de um certo prestígio e autoridade dada

pelo Norte Global começaram a falar sobre esse tema nas universidades brasileiras. Muitos desses brasilianistas que aqui vieram se estabeleceram principalmente em alguns programas de pós-graduação em Antropologia, como o da Unicamp. É importante destacar que tivemos outras pessoas que não tinham esse carimbo do Norte Global, como o Néstor Perlongher, por exemplo, que fugiu da ditadura argentina e era um ativista também no movimento homossexual. Então o campo da Antropologia me parece acolhedor, o que não significa que essas pessoas também não tenham sofrido resistências institucionais. Já na História, com um pouco mais de dificuldade, podemos falar do James Green, o qual possui prestígio de intelectual estadunidense, alguém que também militou e milita pelas causas LGBTQIA+ e que colocou sua experiência de militância no campo acadêmico. Além disso, ele vem de uma universidade importante e possui excelentes relações acadêmicas e pessoais no Brasil, sendo muito respeitado. Alguns outros nomes nos anos 1990 também podem ser lembrados e que contribuíram para a inserção do tema no campo da História: destaco, assim, o trabalho da Celeste Zenha Guimarães (1994) com sua dissertação de mestrado abordando os discursos médicos sobre a homossexualidade.

Entretanto, só bem mais recentemente - nos anos 2000, ou diria até mesmo a partir da segunda década dos anos 2000 - é que nós podemos falar de um campo historiográfico LGBTQIA+. Eu seria injusto de citar um ou dois trabalhos desse período – já que são inúmeros – porém posso apontar nomes de professores e professoras que se dispuseram, por exemplo, a orientador os trabalhos e que possuem o prestígio suficiente para a inserção desse tema nos grupos de pós-graduação. Temos, por exemplo, o Prof. Durval Muniz de Albuquerque Júnior no Nordeste, que não é uma pessoa que se dedica especificamente a esse campo, mas que escreveu sobre isso e que se propõe a orientar, tendo alcançado muito prestígio; o Prof. Fábio Henrique Lopes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); algumas professoras mais ligadas ao campo dos estudos de gênero, como a Profa. Raquel Soihet da Universidade Federal Fluminense (UFF) ou a Profa. Joana Maria Pedro na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Eu também entro nesse meio, embora tardiamente, assim como o Prof. Elias Ferreira Veras, que apesar de jovem, entrou com força na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E claro, essas pessoas formam redes, como é próprio dos intelectuais, apoiando uns aos outros, criando conexões, propondo dossiês e publicações. E podemos falar de um marco importante,

que é o Simpósio Temático "Clio 'sai do armário': Homossexualidades e escritas da História" - organizado pela Rita de Cassia Colaço Rodrigues e pelo Elias Ferreira Veras no Simpósio Nacional de História em 2019 - atividade da qual acabei participando. A partir dele podemos citar a criação da Rede de Historiadorxs LGBTQIA+[2], a publicação do livro "Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+" (RODRIGUES; VERAS; SCHMIDT, 2021) e o segundo simpósio temático sobre o tema realizado no Simpósio Nacional de História em 2021. Então, acredito que em algum momento alguém com maior distanciamento registrará essa história do campo, o qual possui também vários conflitos internos. Tivemos uma cobrança, por exemplo, muito importante da falta não só de representatividade, mas de inserção nas discussões da questão étnico-racial. A sigla LGBTQIA+ tem ela mesmo visibilidades diferentes e que significam disputas de espaço político e também acadêmico.

Portanto, repito que eu marcaria alguns trabalhos com certo pioneirismo nos anos 1990. O James Green fala, por exemplo, que ele esperava que após a publicação do "Além do Carnaval" no Brasil fosse acontecer um *boom* de publicações sobre o tema, o que não houve, acontecendo só mais tarde. Eu acho que, como eu disse, apesar dos trabalhos pioneiros isolados anteriores, um campo ou um grupo sólido que estabelece relações e pensa em projetos acadêmicos e políticos comuns é algo bastante recente.

HC.S.: Nesse sentido, as duas últimas edições do Simpósio Nacional de História, organizados pela ANPUH, marcam uma conquista que deve ser celebrada. Na edição de 2019 ocorreu o primeiro Simpósio Temático (ST) na história do evento destinado a discutir historiografias LGBTQIA+. Esse primeiro ST, organizado pelo Elias Ferreira Veras e a Rita Colaço e intitulado "Clio 'sai do armário': homossexualidades e escrita da História", interrompe a ausência de um espaço como tal no principal evento acadêmico em História no país. As discussões empreendidas durante esse ST acabaram sendo traduzidas para o livro "Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+", organizado por você e os organizadores do ST e publicado no primeiro semestre de 2021. Você poderia falar um pouco da obra e quais as especificidades e potencialidades observáveis entre as pesquisas dessas novas produções?

.....

2. A rede conta com perfil ativo no Instagram e Youtube.

Benito: Logo no final do ST, o Elias e a Rita me convidaram para organizar o livro junto deles. Nem todas as apresentações do ST se transformaram em capítulos: alguns trabalhos ainda estavam em uma fase embrionária e outros não puderam participar pois já haviam sido publicados em outros lugares. Portanto, não é um espelho do ST, mas uma amostra, um aperitivo do que foi o ST. Primeiro acho interessante que, embora os trabalhos sobre homens cis e gays tenham predominância, nós temos já uma quantidade expressiva de trabalhos sobre lésbicas e feitos por mulheres cis lésbicas. Embora tenhamos trabalhos sobre mulheres trans, não há trabalhos sobre homens trans no livro, o qual é, no entanto, um grupo que pouco a pouco começa a fazer sua entrada acadêmica. Devemos destacar ainda que embora haja trabalho sobre mulheres trans, este não é feito por uma mulher trans, o que mostra a dificuldade de acesso dessas pessoas ao ensino básico e, principalmente, à pós-graduação - situação essa que muito à conta gotas vem sendo solucionada por políticas de ações afirmativas. Então, ainda existe certamente essa discrepância das letrinhas - das identidades e orientações sexuais. Como ponto positivo, devo marcar a significativa quantidade de trabalhos fora do eixo Rio-São Paulo, o que não significa a exclusão do interior desses estados – já que, por exemplo, temos trabalhos sobre Campo de Goytacazes, no interior do Rio de Janeiro. Com uma maior mobilidade geográfica nós conseguimos ter uma visão muito mais efetivamente nacional dessa história. E algo que eu sempre incentivo é sairmos desse eixo Rio-São Paulo – claro que é necessário continuar fazendo trabalhos nesse recorte, mas não podemos tomar a parte pelo todo como às vezes os intelectuais do Rio e de São Paulo fazem para vários assuntos. É importante também não se dirigir só para as capitais dos estados, mas observar experiências que acontecem em cidades menores e na zona rural. Isso é um bom exercício para o campo e não significa que agora precisamos fazer pesquisas sobre todas as cidades, mas apontarmos para outras dinâmicas: como, por exemplo, o que significa ser LGBTQIA+ em uma cidade pequena, a qual pode ter outras dinâmicas fora daquela urbana do anonimato da cidade grande; que há outras formas de estabelecimento de laços sociais, de resistência e também de opressão. Enfim, podemos perceber também uma diversidade de fontes muito grande, o que é algo que também aparece no livro. Outro traço é que há ainda o predomínio de trabalhos sobre períodos bem recentes: da ditadura e redemocratização para cá. Isso eu acho que tem a ver com a própria produção de fontes,

já que temos mais possibilidades de fontes dos próprios agentes sociais, seja pela história oral ou pela documentação dos movimentos, produção de biografias e assim por diante. A partir disso posso apontar mais um ponto importante da historiografia LGBTQIA+ no país que é o Relatório da Comissão Nacional da Verdade do Brasil. Este foi, se eu não me engano, até pelo seu caráter muito tardio, talvez o único no mundo a incluir um capítulo sobre perseguições aos LGBTQIA+. Isso teve consequências como a publicação do livro do Renan Quinalha e do James Green (2014), a qual reuniu um grupo muito grande de pesquisadores e pesquisadoras.

H.C.S.: Em suas pesquisas há também um interesse particular pelas discussões sobre História Pública. Podemos observar hoje em dia, por exemplo, uma intersecção entre a preocupação com os novos meios digitais de divulgação e a História Pública. Em uma rápida pesquisa pelo YouTube é possível encontras engajamentos seus na divulgação de suas pesquisas e reflexões: destaco, por exemplo, sua participação no canal *História da Ditadura* em 2020[3] e no canal *Historiar*-se em 2019[4]. Você acha que tais espaços digitais e de livre acesso podem realmente contribuir para lutarmos contra o apagamento da História de sujeitos e narrativas dissidentes? Quais você consideraria os principais desafios para a promoção de uma História Pública LGBTQIA+?

Benito: Eu não gosto de dizer sempre, pois parece algo meio ilusão biográfica do Bourdieu, mas há muito tempo me interesso por trabalhar com projetos na interface da academia e a sociedade. Eu já coordenei um centro de documentação do poder judiciário, já fiz trabalhos para sindicatos, como livros voltados para um público mais amplo, já realizei curadoria de exposições, e já trabalhei na equipe de um filme de curta-metragem. Essas experiências em geral – antes de entrar no aspecto LGBTQIA+ - sempre me enriqueceram muito como historiador, tanto do ponto de vista de pensar como nosso conhecimento circula como também a forma que se produz conhecimento fora da academia. Essas atividades também nos instigam a pensar muito sobre a interdisciplinaridade do nosso trabalho, dialogando com arquivistas, museólogos, cineastas, designers, jornalistas, entre outros.

3. Disponível em: https://youtu.be/m0nh3SG8Ie8
4. Disponível em: https://youtu.be/LbBMn0wskCo

No campo específico da história LGBTQIA+, devemos lembrar que ela tem o seu nascimento, digamos assim, em geral por militantes que se interessavam muito em divulgar essas histórias. No início isso ocorria, sobretudo, através da imprensa LGBTQIA+. No periódico Lampião da Esquina, por exemplo, nós temos vários artigos de caráter histórico sobre personagens do passado, entrevistas, fotografias, entre outros. Já atualmente, com a ascensão do termo História Pública no Brasil, algo também muito recente, eu acho que muitos projetos têm sido feitos nessa área com uma qualidade bastante impressionante. Eu sou uma pessoa que tem muitas limitações para trabalhar com os meios digitais, pois me atrapalho ou acho que fiz tudo errado. Ou porque também me acostumei a falar de outra forma, como um conferencista, como um palestrante. Então acho que o primeiro desafio é o da linguagem mais rápida, mais precisa, que muita gente tem e realiza trabalhos muito interessantes. Outro desafio me parece que é esse fio da navalha – que não é para cair para um lado ou outro, mas ficar no fio mesmo – entre as nossas responsabilidades acadêmicas, em termos de metodologia e cuidados teóricos e com as fontes, e uma linguagem que precisa por sua característica talvez recorrer mais a anacronismos, ser um pouco mais livre de certas amarras, de precisão linguística ou conceitual. A gente precisa caminhar nessa navalha. Eu acentuaria também que no Brasil o principal campo de atuação pública é a sala de aula do Ensino Básico. Então eu acho que a gente tem que ter uma atuação importante tanto nos meios digitais quanto no meio do patrimônio também, mas a sala de aula é um espaço fundamental para contar essas histórias. Isso envolve outras questões que englobam toda a legislação que nos ampara para adentrarmos esses espaços formais – pensando, por exemplo, nas convenções internacionais de direitos humanos que o Brasil assina, na Constituição ou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Portanto, precisamos conhecer como nós podemos encontrar e adentrar brechas, tendo atenção com a questão de linguagem e a estratégia pedagógica. Isso tudo é necessário para refletirmos sobre como nós podemos tratar de questões referentes à orientação sexual e à identidade de gênero nas aulas de História: como parte constitutiva dessas aulas de História e também para pensarmos em sala sobre fontes, temporalidades, lutas sociais, conceitos, entre outros. O importante é que isso não seja só um adendo: esses assuntos não podem estar restritos aos momentos em que vamos falar de direitos humanos ou no mês do orgulho LGBTQIA+, por exemplo. É preciso que a gente possa pensar nesse conteúdo como conteúdo

historiográfico. Portanto, eu incluiria nas discussões de história pública o Ensino Básico, com suas especificidades, claro. Não é que nós vamos ter que dar uma aula sobre teoria queer, mas pensar como essas questões podem entrar quando a gente está tratando da aula de História, podendo alterar determinadas periodizações, até mesmo ajudando a entendermos melhor a formação nacional do Brasil ou os processos de colonialismo. Enfim, como que uma perspectiva de gênero e sexualidade pode se inserir nesse campo, já que isso é importante, é parte constitutiva da vida das pessoas. Há várias experiências sobre a questão em outros países que apontam que quando esses conteúdos entram na sala de aula, aumenta a tendência para, por exemplo, diminuir o bullying ou casos de LGBTfobia.

De forma geral, então, os projetos de História Pública são muito importantes. Eu destacaria o projeto que eu coordeno e, portanto, já conheço bem – mas tem outros muito interessantes: o CLOSE (Centro de Referência da História LGBTQIA+ do RS). Esse centro possui três espaços principais de atuação: o CLOSE nas fontes, um trabalho com arquivos, patrimônio e de organizar um pouco um material que muitas vezes se encontra disperso, garantindo a integridade deste; o CLOSE na sala de aula, que se volta para o ambiente escolar; e o CLOSE nas ruas que tem um âmbito mais da História Pública, de pensar e apresentar o espaço urbano como marcado por essa história e memória LGBTQIA+.

H.C.S.: Você pode falar mais um pouco sobre o CLOSE? Descrever, por exemplo, um pouco a história do Centro, seu papel e projetos realizados nele.

Benito: o CLOSE[5] foi criado em 2019 oficialmente depois de receber verba do CNPq através de um Edital Universal e a partir daí houve uma confluência de pessoas da academia, tanto docentes quanto discentes (graduação e pós-graduação), que se envolveram com o projeto. Destaco a presença de pessoas que têm uma inserção na sala de aula como professores das redes estaduais, municipais ou privadas, além de discentes do ProfHistória. Então em 2019 começamos a pensar na estruturação de uma plataforma digital, a qual já está estruturada e agora está carecendo de mais alimentação; e

5. O CLOSE possui páginas ativas no Facebook, no Instagram e no YouTube. Além das redes sociais, o centro possui página própria vinculada à UFRGS.

também em intervenções em sala de aula, principalmente através de dois projetos. O primeiro foi um curso para a formação de professores de Ensino Básico, o qual hoje seria impossível realizar presencialmente devido à aglomeração que provocaria com o alto número de inscritos. Já o segundo projeto é um livro paradidático que a gente vem organizando sobre História LGBTQIA+ do Rio Grande do Sul, não no sentido cronológico, mas a partir de alguns assuntos que podem entrar na discussão em sala de aula. Então, por exemplo, abordamos sexualidades não cis-heteronormativas – para usar um termo atual – entre os povos originários que habitavam o território do que viria a se tornar o Rio Grande do Sul. Apresentamos também, por exemplo, a Coligay, a primeira torcida de futebol gay do Brasil organizada em torno do Grêmio e surgida ainda na época da ditadura em 1977, tendo se desfeito em 1983. Assim, esses temas e muitos outros, como o movimento LGBTQIA+ no RS e experiências em cidades do interior, são focalizados e são tratados como conteúdos de um livro paradidático. Então, por exemplo, a Coligay nos serve de mote para pensar a questão LGBTQIA+ no plano dos esportes e as próprias questões de gênero – por quê, por exemplo, alguns esportes são masculinos e outros considerados femininos. Para esse projeto, tivemos um gás bem importante esse ano que foi um edital do Ministério Público do RS com verbas do Banco Santander, iniciativa essa que é uma compensação do Banco Santander por ter fechado a exposição *Queermuseu*[6] antes do prazo previsto. Assim, a partir do edital do projeto "Eu sou respeito"[7], foram escolhidas seis propostas, desde projetos mais de memória como outros mais artísticos, ligados a esse universo da diversidade, não só a sexual e de gênero, mas étnico-racial também. Então fomos um dos projetos comtemplados e isso deu literalmente um gás e uma sustentação para desenvolvermos outros três projetos além desses que a gente já vinha realizando em torno da plataforma e do livro paradidático. Teremos, então, um filme curta-metragem, uma exposição – que a gente pretende que seja não em um museu ou instituição, mas dispersa pela cidade e que contemple essa nossa proposta de marcação do espaço urbano – e um livro de cunho mais acadêmico – provavelmente uma coletânea sobre a história LGBTQIA+ no RS reunindo os trabalhos concluídos ou em andamento na graduação, no

6. *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* foi uma exposição realizada em 2017 na cidade de Porto Alegre e que foi encerrada pelo espaço Santander Cultural após uma série de protestos de alas conservadoras e grupos de direita contra a exposição.
7. Mais informações disponíveis na página do projeto: https://www.eusourespeito.com

mestrado e doutorado, com o intuito de ser um pouco o estado da arte de nossa produção e também um incentivo para novas pesquisas, observando inclusive quais são nossas lacunas. É importante, por exemplo, repararmos aquilo que não estamos pesquisando e quais caminhos de pesquisa temos a partir dessas lacunas.

Há uma crítica que ouço bastante que é a nossa fama de bairristas aqui no RS, mas do meu ponto de vista não tem nada disso, já que trabalhamos dentro de nossas possibilidades. Se fizéssemos uma História LGBTQIA+ brasileira, por exemplo, não teríamos condições para dar conta da extensão da pesquisa. E também já existem propostas de arquivamento e de História Pública em outros estados e cidades. Portanto, eu acredito que tratamos daquilo que conseguimos dar conta, mas sempre pensando o recorte no Rio Grande do Sul não como o fim, mas como o laboratório para a gente pensar em questões teóricas, historiográficas, políticas, éticas, entre outras. Aqui conhecemos as pessoas, os arquivos, os movimentos sociais e os professores, mas a nossa expectativa, por exemplo, é que esse livro paradidático, com muita pretensão, possa servir não de modelo, mas de inspiração para outras iniciativas em outros estados.

H.C.S.: Em discussões recentes de seus trabalhos, como na última edição do Seminário Nacional de História ou no Fazendo Gênero 12, desponta uma preocupação sua em se voltar para espaços de memória e os silenciamentos que atravessam tais construções. A presença ou omissão, por exemplo, do Triângulo Rosa em Museus destinados à História do Holocausto é um dos pontos de entrada para essa discussão. Você pode relatar um pouco quais estão sendo seus principais interesses e recortes em suas pesquisas recentes?

Benito: Eu tenho trabalhado nesse projeto, que é apoiado com bolsa de produtividade do CNPq, que trata do que eu chamei de uma "cultura da memória transnacional". As discussões sobre memória, silêncio e trauma são discussões que gosto muito. Me lembro que uma vez eu dei uma disciplina optativa sobre memórias do Holocausto e a gente trabalhou com narrativas fílmicas, de memória, lemos obras dos Primo Levi, trabalhamos com histórias em quadrinhos, museus e monumentos. Então é um tipo de bibliografia que gosto de trabalhar, tendo ministrado outras disciplinas sobre memória, do ponto de vista mais teórico, refletindo a partir de Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Michael Pollak, entre outros. Isso sempre acompanhou um pouco as minhas aulas - até porque

sou professor de Teoria e Metodologia da História - e também por conta do meu interesse pelas relações entre história e memória, os sombreamentos e afastamentos. Também trabalhei bastante com história oral, então acho que isso exige do profissional um trabalho sobre a memória. Então, resolvi unir o útil ao agradável: a História LGBTQIA+ com as discussões sobre memória. É a primeira vez que estou fazendo um projeto, talvez desde o Mestrado, que não é biográfico. E é uma questão que me interessa muito: esse aspecto tanto transnacional e como essas narrativas circulam em diversos países, sendo apropriadas, ressignificadas ou reforçadas. Aspectos de uma história transnacional já me interessavam na pesquisa sobre o militante Flavio Koutzii, por ele ser uma pessoa que cruzava fronteiras e levava e absorvia discussões de diversas localidades, transmutando essas discussões conforme o seu *background*. E a discussão sobre patrimônio também me interessa pela minha própria atuação como historiador público, tendo feito curadoria e administrado acervos. Acredito que acabo sendo um pouco eclético, não sendo daqueles historiadores – os quais acho maravilhosos – que estudam o mesmo período e sujeitos a vida toda, chegando a um grau de detalhamento que eu fico encantando: o de já conhecer todas as pessoas das suas fontes pelo nome. Isso eu acho que é um tipo de carreira e o meu tipo de carreira é um pouco de transitar por campos, o que também apresenta riscos, já que parece que sempre estou lendo a bibliografia básica de todos os campos. Portanto, eu tento em minhas pesquisas recentes, através do estudo de alguns monumentos e de alguns museus, ver como determinadas narrativas sobre a História LGBTQIA+ circulam transnacionalmente. Quando eu comecei, consegui mapear poucos museus ou monumentos, mas isso tem se transformado agora. Uma das tarefas que tenho feito junto com as minhas bolsistas é fazer uma tabela dessas experiências patrimoniais no mundo: arquivos, museus, bibliotecas, entre outros, dedicados a essa temática – detalhes como: onde se localizam, o tipo de financiamento, se é público ou privado, quais os principais acervos, linha de ação, etc. Assim, tentamos verificar algumas tendências. Na América Latina, por exemplo, esses locais têm proliferado muito, o que não era o caso antes. Ao olhar para esses espaços, procuro observar tanto como se forma uma narrativa mais *mainstream*, que no geral é a narrativa progressista e estadunidense "das trevas para a luz" ou "da opressão à libertação" - e aí as vitórias, como a questão do casamento, são consideradas o apogeu dessa narrativa. Nesse sentido alguns traumas acabam sendo importantes para essa história: como o trauma dos Triângulos Rosa nos museus e monumentos do Holocausto; e o trauma da AIDS, que é muito menos visível, mas aparece nas

narrativas. Também podemos sublinhar a presença de algumas memórias mais subterrâneas: a memória das pessoas trans é um desses exemplos e que tem sido objeto de investimentos muito mais recentes; ou então a memória de grupos menos *mainstreams* como, por exemplo, sadomasoquistas, pessoas com outras práticas sexuais para além do sexo monogâmico, entre outros. Essas narrativas são bastante relevantes como forma de diversificar um pouco essa narrativa *mainstream*, a qual às vezes pode ser muito aprisionadora e promotora de imagens fixas sobre tais indivíduos: para exemplificar isso, sempre sugiro refletir, por exemplo, sobre quais são as imagens que aparecem quando você digita LGBTQIA+ no Google. Portanto, fiz um recorte analítico e acho que, por enquanto, como produto vão sair dois artigos – sobre os quais tenho dado algumas prévias em eventos recentes: um artigo sobre os museus do Holocausto e a presença ou não dos Triângulos Rosa; e outro sobre memoriais relativos ao HIV/AIDS.

H.C.S.: De certa forma, quando nos voltamos a tais espaços de memória e observamos os silenciamentos em relação às dissidências de sexualidade e/ou gênero, nos aproximamos de discussões como as da museologia queer. Em uma aula magna para o Programa de Pós-Graduação em História da UFG em 2020[8], você frisou a importância de abrangermos uma proposta queer para a história ou, como em suas palavras, a noção de *queerizar* o conhecimento histórico. Se trazer novos sujeitos e narrativas para o interesse das pesquisas histórias é um exercício necessário, mas não suficiente, de qual forma você entende a necessidade de *queerizar* a história? A partir de quais propostas teórico-metodológicas você enxerga tal potência para a História LGBTQIA+?

Benito: Eu acredito que com essa pesquisa eu tive que me aproximar de outros campos do saber, como o da museologia. E existe uma discussão muito forte, tanto teórica quanto metodológica, relacionada às propostas queer e que provoca um tensionamento das identidades de gênero e orientações sexuais. É uma discussão que é complicada porque coloca em xeque a ação política, já que esta é identitária normalmente. Nós estamos reivindicando direitos para quem, para quais grupos? Quando a gente vai fazer uma política de ação afirmativa, por exemplo, a gente reafirma identidades. Portanto,

8. Disponível em: https://youtu.be/E_TARJcR3Ak

embora a aposta queer seja uma aposta na fluidez, quando a gente faz política pública, acabamos precisando de identidades, nem que seja a partir de uma autodefinição: geralmente requerer-se o acompanhamento de alguma documentação, por exemplo. Então é algo muito tenso porque em um momento em que nós temos que reivindicar direitos e evitar mortes e violências, pensar em uma teoria *a priori* anti-identitária ou pós-identitária é desafiador. Mas no campo da museologia o que eu vejo é uma aposta contrário à - para usar o termo da Joan Scott - teoria do suplemento. Ou seja, propõe-se pensar na discussão LGBTQIA+ como parte integrada ao museu, não como uma sala em anexo ou uma exposição temporária. O importante é ter espaço para mudar a narrativa *mainstream*, o que é uma luta também das feministas, do movimento negro, entre outros grupos. Então do meu ponto de vista, queerizar a história, tanto a acadêmica quanto a pública e escolar, significa que essas provocações sobre identidade de gênero e orientação sexual tensionem as narrativas consagradas. E então voltamos um pouco ao início de nossa conversa: na aula de Brasil Colônia, por exemplo, o professor pode até colocar em seu plano um tópico sobre sodomia e tensões afins, mas eu sempre brinco que se faltar luz ou se acontecer uma greve, essa será a primeira aula a ser cortada, não a das Capitanias Hereditárias. Aparecem, assim, as hierarquias. Quando a gente estuda os currículos da universidade, por exemplo, a História LGBTQIA+ pode ser uma optativa, mas deve-se sempre continuar como obrigatória as disciplinas sobre História Antiga, Moderna, Contemporânea, Brasil, etc. A intenção é que essas provocações queer servissem para repensar as próprias periodizações, por exemplo. Outra coisa que eu acho muito potente e que tenho insistido a partir da bibliografia que tenho lido é a questão de marcar os supostamente "universais". Por que a gente parte do pressuposto da cisgeneridade e da heterossexualidade para a História? Assim como é importante marcar a branquitude, é também necessário marcar a cisgeneridade e a heterossexualidade. Então não deve ter essas discussões em uma disciplina a parte – o que seria certamente interessante para aprofundar as discussões – mas isso tem que estar ali atravessando tudo: a História Contemporânea, História da África, etc., para que possamos questionar esses pressupostos universalistas. E nas próprias periodizações: por que a gente não pode ter a disciplina de História Contemporânea cuja perspectiva seja a história das sexualidades? Ou, por exemplo, se formos falar de catástrofes, por que não falar da AIDS como uma das catástrofes do século XX? Então acredito que além de a gente já partir de um pressuposto cis-heteronormativo por medo da LGBTfobia,

por exemplo, também há um pouco de comodismo acadêmico. Assim, é necessário pensar isso como escolha também e destacar que há formas plurais de ver a história, localizando quem é que decide o que é ou não é importante. Sobre alguns autores, podemos pensar em clássicos como Judith Butler ou Paul Preciado, mas no Brasil tem uma produção importante, inclusive de intelectuais trans: penso na Amara Moira ou na Helena Vieira, por exemplo, que têm colocado questionamentos importantes. Temos também no campo da história uma geração que está se formando agora na pós-graduação e que está colocando diversos questionamentos e provocações interessantes para o conhecimento, mostrando o caráter colonial do nosso conhecimento, das nossas periodizações e assim por diante.

H.C.S.: Há toda uma discussão sobre se há realmente uma potencialidade para a teoria queer no Sul Global, especialmente no Brasil. Seja a própria limitação linguística que dificulta a tradução do termo *queer*, sejam as origens bastante ligadas ao Norte Global do termo e da teoria que nomeia, há uma série de discussões teórico-epistemológicas sobre a plausibilidade de empregarmos uma perspectiva *queer*. Como você enxerga isso? De que forma o Sul Global e a partir de quais especificidades este pode se engajar em uma perspectiva queer?

Benito: Claro, o próprio termo *queer* que tinha uma potência política no Norte pelo seu teor injurioso perde essa potência quando chega como teoria *queer*, principalmente aqui na universidade. Na academia estadunidense o *queer* significou uma afronta. Para nós o queer já chega muito higienizado, muito acadêmico. Dizer que você é um teórico queer é até chique no Brasil. Então acho que há outras propostas de se pensar a história aqui e que auxiliam a transmitir essa radicalidade, como a História Transviada, a História Bicha, entre outras. Mas acredito que o Sul Global tem uma contribuição primordial - e tem feito muito isso - que é a de racializar o *queer*. Inclusive o Sul Global tem aproveitado as discussões sobre interseccionalidade que, a priori, teriam se originado no Norte Global, e levado isso para a sua potência máxima. O Sul Global pode, por exemplo, pensar em outras formas de se refletir sobre as bichas, as trans e a própria figura da identidade travesti – a qual é bastante Sul Global. Então o Sul pode contribuir muito para repensar temporalidades, recortes, sujeitos e, principalmente, refazer os grandes marcos da História LGBTQIA+. Pensar talvez, por exemplo, o trauma da

Inquisição nas colônias em relação à sodomia muito antes do trauma dos Triângulos Rosa. Então acho que temos um potencial de questionar narrativas *mainstreams*, sobretudo interseccionando nossas discussões LGBTQIA+ com raça e classe.

Referências

GREEN, James N. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina do Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GREEN, James; QUINALHA, Renan Honório. *Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade*. São Carlos: Edufscar, 2014.

GUIMARÃES, Celeste Zenha. *Homossexualismo: mitologias científicas*. 1994. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

MOTT, Luiz. "A Inquisição no Maranhão". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 28, v. 14, p. 45-73, 1994.

RODRIGUES, Rita Colaço; VERAS, Elias Ferreira; SCHMIDT, Benito Bisso. *Clio sai do armário: Historiografia LGBTQIA+*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

SALLES, Catherine. *Nos Submundos da Antiguidade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Flavio Koutzii: biografia de um militante revolucionário – de 1943 a 1984*. Porto Alegre: Libretos, 2017.

PEDRO, Joana Maria; VERAS, Elias Ferreira. "Os silêncios de Clio: escrita da história e (in) visibilidade das homossexualidades no Brasil". *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90 - 109, 2015. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306132014090. Acesso em: 19 ago. 2021.

Recebido em 19 de agosto de 2021.
Aprovado em 30 de setembro de 2021.